



PROFHISTÓRIA

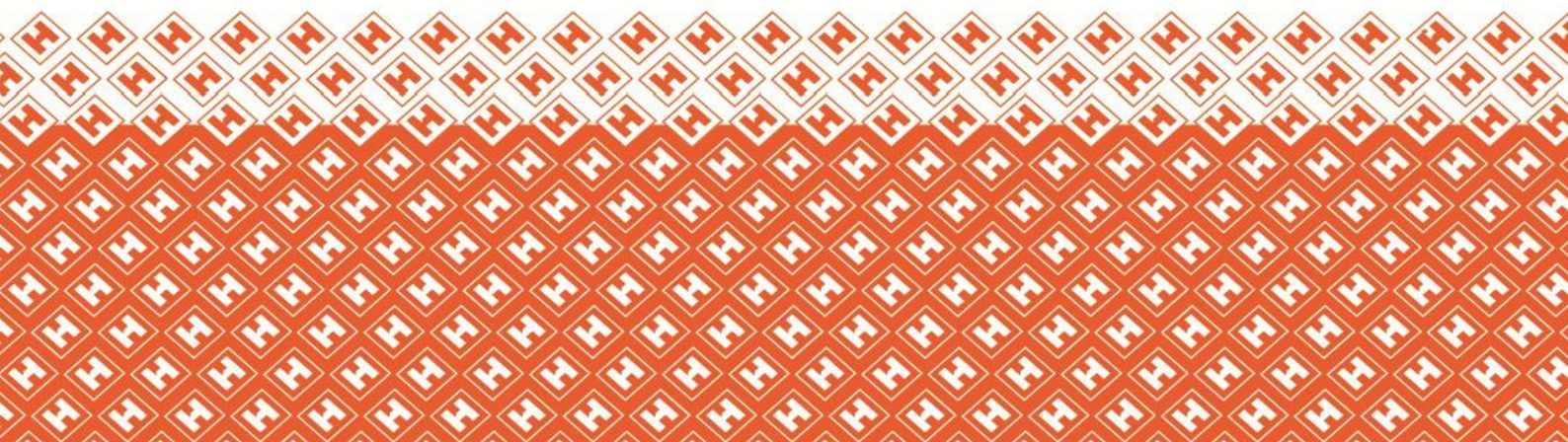
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

CAIO FERREIRA ROCHA

LITERATURA DE VIAGEM: a construção do Aracati oitocentista a partir
de relatos de viajantes e naturalistas

UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO NORTE-UERN

JULHO/2025





UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE-UERN
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA-PROFHISTÓRIA

CAIO FERREIRA ROCHA

**LITERATURA DE VIAGEM: a construção do Aracati oitocentista a
partir de relatos de viajantes e naturalistas**

MOSSORÓ
2025

CAIO FERREIRA ROCHA

LITERATURA DE VIAGEM: a construção do Aracati oitocentista a partir de relatos de viajantes e naturalistas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História/Mestrado profissional em ensino de história (PROFHISTÓRIA), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre. Linha de pesquisa: linguagens e narrativas históricas – produção e difusão.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Cândido Rolim

MOSSORÓ

2025

© Todos os direitos estão reservados à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

R672I Rocha, Caio Ferreira
LITERATURA DE VIAGEM: A construção do Aracati
oitocentista a partir de relatos de viajantes e naturalistas.. /
Caio Ferreira Rocha. - Mossoró, 2025.
157p.

Orientador(a): Prof. Dr. Leonardo Cândido Rolim.
Dissertação (Mestrado profissional em Programa de
Pós-Graduação Profissional em Ensino de História).
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Literatura de viagem. 2. Aracati. 3. Século XIX. 4.
Viajantes. I. Rolim, Leonardo Cândido. II. Universidade do
Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

CAIO FERREIRA ROCHA

LITERATURA DE VIAGEM: a construção do Aracati oitocentista a partir de relatos de viajantes e naturalistas

Dissertação apresentada à Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN, como parte das exigências do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História-PROFHISTÓRIA, para a obtenção do título de Mestre.

Data da Defesa: 26/08/2025

Banca examinadora

Documento assinado digitalmente



LEONARDO CANDIDO ROLIM

Data: 29/09/2025 23:09:03-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor Dr. Leonardo Cândido Rolim

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN

Documento assinado digitalmente



ANA LUNARA DA SILVA MORAIS

Data: 30/09/2025 09:53:18-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professora Dr^a. Ana Lunara da Silva Moraes

Universidade Federal de Campina Grande-UFCG

Documento assinado digitalmente



SONIA REGINA MIRANDA

Data: 30/09/2025 22:31:27-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professora Dr^a. Sônia Regina Miranda

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus.

À minha mãe Edineuda Ferreira Rocha (in memoriam).

À minha família e amigos.

Aos docentes, gestores e funcionários da Escola de Ensino Médio Beni Carvalho.

Aos professores da área de Ciências Humanas, em especial à professora Mestra Tamara Soares Marques, pelas valorosas contribuições.

Ao PROFHISTÓRIA, pela oportunidade conhecimentos relevantes à prática docente.

Ao prof. Dr. Leonardo Cândido Rolim por suas orientações e apoio durante a produção dessa dissertação. A você, professor, minha eterna gratidão.

RESUMO

A dissertação investiga as representações sobre a cidade de Aracati, no Ceará, a partir de relatos de viajantes estrangeiros e naturalistas do século XIX. Estruturada em três capítulos, a pesquisa propõe uma análise historiográfica crítica da literatura de viagem como fonte para a compreensão da construção de imaginários sociais, ambientais e urbanos sobre o Aracati oitocentista. No primeiro capítulo, é explorado o campo da literatura de viagem, situando-o no debate historiográfico e discutindo seus entrelaçamentos com a ficção e a realidade. Com base em autores como Mary Louise Pratt e Michel Foucault, analisa-se como os relatos de viagem, embora revestidos de pretensões descritivas e científicas, são atravessados por subjetividades, intenções ideológicas e visões eurocêntricas. São abordadas também as origens desse tipo de literatura no Brasil e sua instrumentalização por projetos coloniais e imperiais. O segundo capítulo discute o naturalismo como ferramenta para a leitura da paisagem e das sociedades locais no século XIX. Ao analisar o papel dos naturalistas europeus e seus métodos de descrição e classificação da natureza, evidenciamos como essas práticas estavam imbricadas em projetos científicos e econômicos vinculados ao expansionismo europeu. O Aracati, nesse contexto, é interpretado como espaço de observação científica e de apropriação simbólica, onde a paisagem natural e os grupos humanos foram descritos sob a ótica da ciência ocidental. No terceiro capítulo, a pesquisa se debruça especificamente sobre os relatos de viajantes como Henry Koster, George Gardner, Francisco Freire Alemão e outros que visitaram ou escreveram sobre o Aracati. A partir desses registros, são analisadas as representações sobre a cidade, sua paisagem urbana, atividades econômicas, práticas culturais e organização social. O capítulo evidencia as tensões entre a visão estrangeira e a realidade local, bem como a persistência de estereótipos de “atraso” e “progresso” nas descrições dos viajantes. Ao final, a dissertação propõe o uso pedagógico desses relatos como instrumentos de valorização e ressignificação da história local no Ensino de História. Assim, a dissertação objetiva contribuir não apenas para o campo da historiografia regional e da história intelectual, mas também para o debate sobre fontes históricas e as possibilidades de trabalhar a história local na escola a partir de fontes narrativas e documentais.

Palavras-chave: Relatos de Viagem. História Local. Naturalismo. Século XIX. Ciência.

ABSTRACT

The dissertation investigates representations of the city of Aracati, in the state of Ceará, based on accounts from foreign travelers and naturalists from the 19th century. Structured in three chapters, the research offers a critical historiographical analysis of travel literature as a source for understanding the construction of social, environmental, and urban imaginaries about 19th-century Aracati. The first chapter explores the field of travel literature, situating it within historiographical debates and examining its intersections with fiction and reality. Drawing on authors such as Mary Louise Pratt and Michel Foucault, analyze how travel narratives, although framed as descriptive and scientific, are shaped by subjectivities, ideological intentions, and Eurocentric perspectives. It also addresses the origins of this literary genre in Brazil and its use in colonial and imperial projects. The second chapter discusses naturalism as a tool for interpreting landscapes and local societies in the 19th century. By analyzing the role of European naturalists and their methods of describing and classifying nature, the author highlights how these practices were intertwined with scientific and economic agendas linked to European expansionism. Within this context, Aracati is interpreted as a site of scientific observation and symbolic appropriation, where natural landscapes and human groups were depicted through the lens of Western science. The third chapter focuses on the accounts of travelers such as Henry Koster, George Gardner, Francisco Freire Alemão, and others who visited or wrote about Aracati. These records are used to analyze representations of the city, its urban landscape, economic activities (such as jerky and cotton production), cultural practices, and social organization. The chapter highlights the tensions between foreign perspectives and local realities, as well as the persistence of stereotypes of “backwardness” and “progress” in the travelers' descriptions. Ultimately, the dissertation proposes the pedagogical use of these narratives as tools for valuing and re-signifying local history in the teaching of History. Thus, the work contributes not only to the field of regional historiography and intellectual history but also to debates on historical sources, otherness, and the possibilities of engaging with local history in schools through narrative and documentary sources.

Keywords: Travel Accounts. Local History. Naturalism. 19th Century. Science.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
 Capítulo 1: ANÁLISE DA LITERATURA DE VIAGEM NO CAMPO HISTORIOGRÁFICO	22
1.1 Literatura de Viagem: pontos de convergência entre o ficcional e o real	22
1.2 Relatos de viagem nos primórdios da historiografia	28
1.3 Marco Polo e suas viagens	29
1.4 Viagem: diálogo entre ficção e realidade na obra literária de Júlio Verne	30
1.5 Por que narrar? A intencionalidade da escrita dos viajantes e Naturalistas	32
1.6 Origens da literatura de viagem no Brasil	38
1.7 Literatura de Viagem e ciência no Século XIX	42
 Capítulo 2: O NATURALISMO COMO ELEMENTO DE ANÁLISE DA PAISAGEM E DAS PESSOAS NO BRASIL DO SÉCULO XIX	46
2.1 O Naturalismo como Corrente Científica	46
2.2 Lineu e suas Influências nas Práticas Imperiais	54
2.3 Naturalismo na Literatura de Viagem no Brasil	57
2.4. Paisagem e História	60
2.5. O pesquisador-naturalista: as narrativas sobre as paisagens	63
2.6. Representações sobre o Ceará pela ótica dos viajantes e Naturalistas	66
 Capítulo 3: A CONSTRUÇÃO DE ARACATI NO SÉCULO XIX: RELATOS DE VIAJANTES	73
3.1 Contextualização Histórica de Aracati	73
3.2 Viajantes, naturalistas e suas Narrativas sobre Aracati	76
3.3. Francisco Freire Alemão	86
3.4. Reis Carvalho e a Comissão Científica do Império no Aracati	96
3.5. O Aracati das águas	98
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	104

REFERÊNCIAS.....	108
-------------------------	------------

APÊNDICES	115
------------------------	------------

INTRODUÇÃO

A presente dissertação se propõe a realizar uma reflexão sobre as possibilidades, no campo de pesquisa em História, referentes às narrativas contidas nos relatos de viajantes estrangeiros e expedições de naturalistas que visitaram a cidade de Aracati, na Província do Ceará, no transcorrer do século XIX. Busca-se, desta forma, através da compreensão e apropriação deste tipo de fonte documental, contribuir para jogar luz sobre o passado oitocentista e que ainda é pouco explorado por pesquisadores.

Esse processo visa, em última análise, instigar uma consciência histórica mais robusta sobre seu passado, com o propósito de incentivar uma análise ampla da sua paisagem urbana, e os padrões de sociabilidade existentes na época delimitada, resultando em uma reinterpretação desta última.

No que se refere à discussão sobre como tornar o conhecimento histórico mais significativo, Rüsen (2010, p. 34) afirma que “competência histórica se exprime na narrativa histórica, e narrativas sempre incluem valores básicos, estruturantes e normas. Ademais, as narrativas históricas sempre encerram em si a referência da subjetividade dos 'narrantes'”. A interconexão entre competência histórica e narrativa histórica ressalta que a capacidade de compreender e interpretar o passado se manifesta na habilidade de construir narrativas históricas. Ele enfatiza ainda que as narrativas históricas são permeadas por valores fundamentais, estruturais e normas que moldam sua construção. Por fim, destaca que as narrativas históricas são inevitavelmente influenciadas pela subjetividade dos narradores, sugerindo que a perspectiva individual dos contadores de histórias desempenha um papel significativo na maneira como o passado é representado e compreendido.

Pereira (2008) considera que “o documento não pode ser considerado nem verdadeiro e nem falso e afirma que o ofício do historiador é investigar as condições históricas em que foi produzido”. Ele é o produto de um engenho político, um instrumento de poder e ao mesmo tempo uma manifestação dele.

Chartier (2002, p. 63) pondera que é possível compreender os relatos de viajantes do século XIX não como simples registros objetivos da realidade, mas como construções discursivas orientadas por esquemas específicos de percepção e por categorias culturais próprias de seu tempo. Segundo o autor, os textos constroem o

real de acordo com regras de representação que não são neutras, mas mediadas por códigos culturais e por estratégias de inteligibilidade.

Ao descreverem a floresta como um espaço caótico, o sertão como árido e inóspito, ou o indígena como preguiçoso, os viajantes não reproduziam uma realidade tal como ela era, mas a estruturavam simbolicamente para que fizesse sentido a um público europeu ou nacional culto, formulando desta forma as imagens do Brasil e de seus habitantes por meio de um repertório marcado por visões eurocêntricas e hierarquizadas.

Além disso, Chartier destaca a centralidade dos processos de leitura e apropriação na construção do sentido dos textos (idem, p. 23). Os relatos de viagem circularam amplamente por diferentes suportes (como periódicos, livros e relatórios institucionais) e foram incorporados por diferentes públicos, tanto na Europa quanto nas elites locais brasileiras. Essas elites, imbuídas do desejo de modernização, higienização e civilização do país, apropriaram-se dessas narrativas como modelos de representação do Brasil.

No que se refere às consequências desse processo na formação de uma identidade nacional, atenta-se ao fato de que contribuíram para a reconfiguração da autoimagem do país com base em parâmetros externos, frequentemente excludentes. A leitura desses relatos, no âmbito da apropriação de seus discursos, não era passiva, ela ativava processos de identificação, exclusão e reforma simbólica que afetaram profundamente as formas como o Brasil passou a representar a si mesmo.

Chartier (idem, p. 62) também problematiza a rigidez das fronteiras entre os textos documentais e os textos literários. Os relatos de viagem, ainda que se apresentassem sob o véu da cientificidade ou da objetividade informativa, eram fortemente atravessados por elementos narrativos, estilísticos e subjetivos. Esses textos incorporavam metáforas, dramatizações e recursos próprios da sensibilidade romântica, revelando que mesmo os discursos aparentemente descritivos continham uma dimensão ficcional. Por isso, ao serem utilizados como fontes históricas, os relatos de viagem devem ser abordados com atenção às suas estratégias discursivas, às convenções da época e às intenções de seus autores, reconhecendo que se tratam de textos situados, e não de representações neutras do mundo social.

Nesse sentido, a noção de representação, tal como desenvolvida por Chartier, não se reduz a uma imagem passiva do real, mas constitui uma forma ativa de

produção de sentidos. Representar é organizar o mundo a partir de categorias cognitivas, linguísticas e culturais e esse processo está intrinsecamente ligado a disputas simbólicas e posições sociais. Assim, as representações são também instrumentos de luta simbólica, nos quais determinados grupos buscam impor sua visão de mundo, seus valores e sua autoridade sobre os demais.

Não há, portanto, uma separação estanque entre literatura e documento histórico: ambos são formas de construção do real, operando com lógicas próprias e produzindo efeitos de verdade. A literatura, nesse contexto, não deve ser entendida como mera ficção, porém como uma prática legítima de configuração do mundo social, portadora de uma racionalidade discursiva própria que participa da luta por significados e pela dominação simbólica.

Torna-se assim necessário se questionar: De que maneira os relatos de viajantes e naturalistas do século XIX como Henry Koster, George Gardner e Francisco Freyre Alemão contribuíram para a construção de representações sobre o Aracati e sua paisagem social, natural e urbana no contexto da historiografia local e da literatura de viagem?

A opção pelo objeto de pesquisa desta dissertação nasceu de um diálogo propositivo com meu orientador do profhistória, doutor Leonardo Cândido Rolim que, ao ler minha proposta anterior de dissertação no projeto da disciplina de Teoria da História, assinalou um aspecto específico dela e atentou para as múltiplas possibilidades de análise que poderiam ser postas em evidência a partir do estudo das narrativas construídas sobre o lugar social e temporal delimitado no escopo desta produção voltada a atender às exigências do mestrado profissional.

O uso de relatos de viajantes ainda é pouco explorado academicamente como substrato para novas abordagens no âmbito da história local e regional cearense, assim como o próprio gênero da literatura de viagem, ao qual estes se inserem.

Ao reconhecer a abrangência e relevância do tema de pesquisa apresentado, busquei construir familiaridade com ele, empenhando-me em não apenas selecionar relatos de viajantes e naturalistas do século XIX que passaram por este município situado às margens do rio Jaguaribe, mas também buscando fontes auxiliares e referenciais teóricos que norteiam esta produção acadêmica voltada ao mestrado profissional.

Antes de fazer um detalhamento das discussões historiográficas e conceitos-chave que serão tratados nesta dissertação, contarei um pouco do meu percurso

como pesquisador e farei um breve resumo de minha trajetória profissional que justifica minha participação no mestrado do profhistória.

Tornei-me licenciado em História no ano de 2009 pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Desde então, manifesto minha predileção pelo campo da história social e ambiental, objetivando entender os aspectos que compõem a história local. Minha monografia de conclusão de curso enfocou a relação entre a sociedade aracatiense e o rio Jaguaribe tendo como pano de fundo a grande enchente de 1985. Embora esta dissertação não se refira à temática da história ambiental, poderemos perceber ao lê-la a existência da relação complexa e umbilical entre o homem e o seu meio no decorrer do século XIX na cidade de Aracati.

No ano de 2018, realizei pós-graduação em Educação a Distância pela Universidade do Estado do Ceará (UECE), tendo como objeto de pesquisa o uso de redes sociais para o desenvolvimento de atividades voltadas à finalidade educacional dentro da área do Ensino de História.

Em 2010, tornei-me professor efetivo nos quadros do magistério estadual pela Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC). Tenho vínculo de quarenta horas semanais na Escola de Ensino Médio Beni Carvalho, uma instituição que há 58 anos forma jovens e adultos no Vale do Jaguaribe e que possui a quantidade de 2.400 estudantes matriculados no ano de 2023, possuindo um quadro de 93 professores e 25 funcionários.

Minha experiência como professor efetivo da rede pública do Estado do Ceará há quinze anos me insta à necessidade imperativa de despertar em meus alunos o desejo de que eles possam ser capazes de se apropriar do patrimônio histórico e cultural local com o objetivo de ressignificá-lo sob diferentes perspectivas. Aproximar fontes históricas, sejam elas patrimoniais e documentais tem sido um grande desafio da minha práxis docente ao longo de quinze anos de atuação docente.

Coleciono, desde o início da minha trajetória profissional, multifacetadas vivências pedagógicas que me levam a permanentemente repensar as metodologias que uso em minhas aulas. Através de diferentes caminhos metodológicos e didáticos busquei familiarizá-los com fontes históricas e espaços de memória de diferentes tipos que ajudam a identificar quais narrativas sobre o passado do município foram neles construídas para suscitar problematizações que favoreçam a abertura de novos campos de pesquisa para a história local que ainda apresenta muitas lacunas.

O currículo do Novo Ensino Médio representa, nas percepções de educadores, avanços e retrocessos. Considero como um aspecto positivo a possibilidade de se ter parte de sua carga horária flexível, oferecendo aos estudantes da Primeira Série a possibilidade de cursarem disciplinas eletivas em seu itinerário formativo que enriquecem de saberes que não são contemplados pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e pela Política Nacional de Livros Didáticos (PNLD).

Há dois anos optei por lecionar o componente curricular eletivo “História do Ceará”. Por meio dela busquei, sempre que possível, entrelaçar o contexto histórico estadual e regional com a própria história do Aracati, utilizando imagens e fontes documentais que ajudaram a elaborar uma noção de apropriação e ressignificação do passado por parte do estudante. Acredito que o âmbito local e o cotidiano mais amplo estão profundamente inter-relacionados. Essa cidade apresenta relevância histórica sendo uma das mais antigas do Ceará e figurando, atualmente, entre as vinte mais ricas economias do Estado.

Após expor minha formação e atuação enquanto profissional do ensino de História, faz-se necessário ponderar que esta dissertação não se relaciona ao campo da Didática do Ensino de História, mas ao campo da historiografia, analisando elementos que a narrativa contida desses relatos oferece.

A prática da exegese de textos produzidos em um dado momento do tempo requer do artesão de narrativas sobre o passado, o historiador, um olhar distanciado em relação àquilo que deseja compreender – ainda que teoricamente. Entretanto, as marcas do passado nos rodeiam. Estão em nossas ações, sejam estas conscientes e inconscientes, estão em monumentos, em prédios, em marcas que sinalizam eventos comemorativos ou catastróficos e também aparecem impressas em documentos de diferentes tipos.

A paisagem urbana identificada pelos viajantes, como se verá, aparece-nos em relatos de viajantes como uma moldura oitocentista da Província do Ceará ao qual se insere o Aracati. Tive a oportunidade, em diferentes ocasiões, de permitir ao estudante da referida instituição de ensino em se dirigir ao centro histórico do município para que ele pudesse “sentir” o seu passado em um caminhar de pouco mais de 01 quilômetro. É a partir dessas experiências educativas que o discente passa a atribuir um novo significado aos lugares que estão diante de seus olhos.

Na Formação Geral Básica, o currículo da disciplina de História é temporalmente, geograficamente e culturalmente abrangente onde a abordagem dos

assuntos que a compõem perpassa por uma habilidade de abstração do professor que objetiva aproximar esses saberes da vivência dos discentes.

A consciência histórica se constrói mais efetivamente quando existe um sentimento de proximidade entre o sujeito que busca conhecer com um objeto de estudo e pesquisa.

Tomando como referência a ótica local e regional, a “grande história” assume novas perspectivas, tendo em vista que existe um movimento dialógico entre o cotidiano de um lugar e de um contexto mais amplo. Não estamos desconectados do mundo. A todo instante recebemos dele um conjunto de influências que impactam nosso modo de ser ao longo do tempo.

Em diversas aulas de campo da eletiva, propiciamos aos estudantes da E. E. M. Beni Carvalho a possibilidade de compreender e situar a importância do município de Aracati no processo de ocupação e colonização do Estado do Ceará. Ao se depararem com as centenárias construções da rua Cel. Alexanzito, mais conhecida como Rua Grande, o estudante se vê diante dos mais variados tipos de questionamentos: Quem morou nessas casas? Que fatores econômicos permitiram que estas fossem construídas? Que estilos seguem a arquitetura de seus solares? Sua estética atual é a mesma de séculos atrás? Como a cidade se inseriu em um contexto mais amplo? Onde moram aqueles que as construíram? Cada época produz novas perguntas sobre a paisagem urbana histórica, num esforço de olhar para o passado na busca de compreender o presente. Parte dessas perguntas encontram-se nas descrições daqueles que visitaram o Aracati no século XIX, seja pelas lentes de curiosos viajantes-escritores ou pelas de pesquisadores ávidos por desnudar uma região pouco estudada.

Muito embora Aracati ainda seja a maior economia dentre as cidades margeadas pelo rio Jaguaribe, esta, ao que será descrito nos capítulos dessa dissertação, conserva uma fração da importância econômica que possuía em tempos de outrora. Hoje o turismo e demais empreendimentos do setor terciário garantem a maior parte da empregabilidade dos munícipes.

A Rua Grande, no passar de quase dois séculos, tornou-se um mausoléu da riqueza econômica do seu passado. Antes este era o coração nevrálgico da urbe, onde viviam seus cidadãos mais abastados e que controlavam o jogo político local. O comércio de carne de charque auferiu considerável riqueza para sua elite

agropastoril, permitindo importar artigos de luxo como porcelanas inglesas, azulejos portugueses e balaústres que adornam as fachadas de residências.

O chamado ciclo das Charqueadas entrou em declínio a partir da seca de 1777, que dizimou consideravelmente quantidade de bovinos e se aprofundou nas décadas finais do século XVIII.

A partir do século XIX se desenvolveu o ciclo econômico do algodão em Aracati. A cidade ganhou um novo impulso, assumindo uma posição de centralidade no escoamento interiorano dessa e de outras mercadorias que, pelas águas de seu porto fluvial, se destinavam aos mercados nacionais e internacionais. Era uma relevante porta de entrada para que visitantes e comerciantes pudessem realizar conexões com o mundo e com o interior do sertão.

O Ceará tornou-se um destino frequente de viajantes estrangeiros e naturalistas que percorriam o interior do Brasil em busca de conhecimentos científicos, observações geográficas e experiências culturais. Esses relatos, ainda que variados em seus propósitos, tiveram papel central na construção de representações sobre o território cearense, sua natureza, seus habitantes e formas de sociabilidade.

A diversidade de olhares sobre o espaço sertanejo revela não apenas diferentes interesses científicos, econômicos, políticos ou etnográficos, como também distintas formas de interpretar e representar o “outro” e o “novo mundo”. Contemplam olhares pré e pós independência sobre esse lugar do Nordeste: *Brazil, the River Plate, and the Falkland Islands; with the cape Horn route to Australia. Including notices of Lisbon, Madeira, The Canaries, and Cape Verds, de William Hadfield (1854), Louis Agassiz e seu livro A Journey in Brazil (1868)*, dentre outros.

Neste contexto pré e pós-independência, visitantes estrangeiros como Henry Koster e George Gardner visitaram a cidade de Aracati e deixaram importantes relatos descritivos do que viram em seus livros de viagem: a paisagem urbana, a economia, a sociedade e costumes locais.

Em agosto de 1859, a Comissão Científica do Império Brasileiro visitou o Aracati. Um dos seus participantes foi Francisco Freire Alemão, naturalista e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, que também registrou em suas anotações o que vivenciou no lugar. Sua passagem por esta terra resultou em um extenso texto repleto de informações sobre o cotidiano local.

O objetivo maior desta dissertação é o de apresentar a história local como um fecundo campo de pesquisa historiográfica e documental que pode contribuir para formação e reforço de uma identidade local a partir das apropriações que dela podem ser feitas.

Quanto às fontes que subsidiam esta pesquisa, selecionamos os relatos de quatro estrangeiros que documentaram suas passagens pelo Ceará e Aracati no século XIX ou que escreveram sobre ambos: Ferdinand Denis, Daniel P. Kidder, Francisco Freire Alemão, George Gardner e Henry Koster. Seus livros de viagens são, respectivamente: *Le Brésil, ou, Histoire, moeurs, usages et coutumes des habitants de ce royaume*; *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil*; *Diário de Viagem*; *Viagem ao Interior do Brasil*; *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Essas publicações se encontram disponibilizadas em domínio público e oferecem valiosas percepções e narrativas sobre o cotidiano local e regional. Com elas, faremos uma contextualização geral sobre a paisagem cearense inter-relacionando com as construções argumentativas sobre o Aracati oitocentista.

No primeiro capítulo discorreremos sobre a literatura de viagem e seu diálogo com o campo da pesquisa em história, visando apresentar seus discursos contidos em livros de viajantes estrangeiros e naturalistas editados no transcorrer do século XIX e situar dentro de um contexto em que o capitalismo se firmava hegemonicamente no contexto global.

A crítica documental que nela consta buscará evidenciar como valores eurocêntricos e capitalistas das nações europeias se apresentaram como elementos importantes para moldar as narrativas que estes fizeram sobre a paisagem social e natural da província do Ceará e do referido município do vale do rio Jaguaribe e como serviram de base para justificar as políticas imperiais de domínio e sujeição da América aos interesses da Europa.

Em âmbito macro este estudo busca situar o uso deste tipo de documentação como portador de elementos importantes para tecer percepções sobre o imaginário desses viajantes sobre diferentes aspectos da vida social no contexto espacial e temporal delimitado por este projeto assim como nos revela visões de mundo que se articulam com um projeto global e nacional de integração e de exploração econômica da burguesia que, graças aos métodos de análise da história natural, classifica paisagens naturais, sociedades humanas e regiões sob critérios realísticos de barbárie e civilização, de atraso e de progresso.

Outro ponto importante que será considerado é que a literatura de viagem não é um ramo novo que subsidia a produção da historiografia. Da antiguidade à era contemporânea, seja no âmbito ficcional ou descritivo, ainda é capaz de mobilizar a atenção de públicos-leitores, oferecendo um panorama para compreender as relações entre culturas, a evolução das sociedades e as mudanças que passaram ao longo do tempo.

Desde os primeiros relatos de viagens registrados nas antigas civilizações até os escritos contemporâneos que narram aventuras globais, a literatura de viagem revela não apenas as experiências pessoais dos viajantes, mas também os contextos históricos, sociais e culturais que moldaram essas narrativas. Também é uma ferramenta importante para a análise das mudanças nas perspectivas eurocêntricas ao longo da história, principalmente no século XIX, marcado pela progressiva expansão do capitalismo industrial e financeiro para novos horizontes.

No que se refere ao Brasil, os processos históricos resultantes da vinda da Família Real Portuguesa e posteriormente a sua independência contribuíram para a sua produção, que apresenta distinções de fases precedentes, uma vez que o país passou a ampliar o contato diplomático com outras nações, favorecendo a vinda de estrangeiros e, dentre estes, principalmente os de procedência inglesa, que fizeram registros do que viram submetendo-os a sua esfera de valores.

A análise da literatura de viagem também permite compreender a evolução das relações internacionais e do comércio global. As descrições de rotas comerciais, portos e centros urbanos em muitos relatos de viagem oferecem novos ângulos sobre as redes de intercâmbio de mercadorias, ideias e tecnologias que moldaram o curso da história.

Utilizamos como referencial teórico os estudos sobre relatos de viagem empreendidos por Mary-Louise Pratt, onde fundamenta que a escrita de viagens teve um papel importante na construção da identidade imperial e na legitimação das práticas coloniais. Pratt analisa como os escritores de viagens, muitas vezes colonizadores e exploradores europeus, representavam as terras e povos colonizados em seus relatos, moldando assim a percepção do "outro" e justificando a dominação imperial. Argumenta ainda sobre as complexidades envolvidas na construção da escrita de viagens e como ela está umbilicalmente ligada ao processo de colonização e imperialismo.

Pratt (1999) também discute a noção de "olhar imperial", que se refere à perspectiva eurocêntrica e muitas vezes etnocêntrica através da qual o mundo colonial era percebido e representado. Introduz ainda o conceito de "transculturação" para descrever o processo pelo qual culturas diferentes entram em contato e interação, resultando em mudanças mútuas e hibridização cultural.

No segundo capítulo, faremos uma discussão sobre o naturalismo como elemento de análise da paisagem e das pessoas no século XIX. No contexto do século XIX, o naturalismo trouxe uma visão detalhista e científica da natureza. Artistas e escritores influenciados por essa abordagem buscavam representar a paisagem com um nível de precisão maior, muitas vezes incorporando descobertas científicas e teorias geológicas emergentes. Eles procuravam capturar a realidade da paisagem natural, refletindo a crença de que a natureza deveria ser estudada e compreendida em seus termos reais.

As expedições científicas da época foram muitas vezes motivadas por interesses imperialistas e a forma como a paisagem foi descrita e registrada reflete essas agendas. A categorização e a análise da flora e fauna eram muitas vezes usadas para afirmar a superioridade europeia, criando assim uma narrativa de progresso e civilização versus atraso e barbarismo.

No terceiro capítulo, faremos o contraste entre as percepções dos viajantes e naturalistas estrangeiros e as perspectivas locais. Ao comparar as narrativas de diferentes observadores, podemos identificar pontos de convergência e divergência das narrativas sobre a paisagem urbana do Aracati do século XIX.

Ao analisar como as imagens e estereótipos foram construídos a partir dos discursos contidos nos relatos de viajantes podemos refletir sobre as relações de poder e as dinâmicas sociais que influenciaram essas representações. Essa análise comparativa permite uma abordagem crítica dos registros históricos e uma visão mais ampla da diversidade de experiências e interpretações que moldaram a percepção do Ceará e de Aracati no século XIX. Noções de "atraso" e "progresso" são marcas evidentes que moldam narrativas desses viajantes.

Também observamos que as percepções registradas por viajantes e naturalistas nos permitem valorar sobre as características geográficas, econômicas, ambientais e culturais dessa região, as transformações ocorridas ao longo dos séculos XIX e a relação que as pessoas passaram a estabelecer entre si mediadas

pela existência do rio Jaguaribe que, como uma estrada aquática, permitia que pessoas, mercadorias e ideias transitassem por ele através de seu porto fluvial.

Neste capítulo teremos como subsídio documental para analisar a construção do espaço histórico e social do município de Aracati os relatos de dois viajantes estrangeiros que visitaram a cidade na primeira metade do século XIX: Henry Koster, através de seu livro *Viagens ao Nordeste do Brasil* e George Gardner, com seu livro *Viagens no Brasil*. Também utilizaremos as percepções do médico fluminense Francisco Freire Alemão ao visitar a cidade como membro da Comissão Científica do Império em 1859 para analisar o Aracati oitocentista.

Por meio destes, investigaremos as construções imagéticas das descrições do Aracati no século XIX, sua relação com a natureza além de aspectos econômicos, sociais e políticos evidenciados por estas narrativas.

Em anexo, será apresentada uma sequência didática referente aos usos didáticos dessas narrativas como forma de expandir a compreensão da história local no contexto do século XIX. O objetivo desta atividade será o de permitir que o conhecimento histórico seja construído entre alunos do Ensino Médio de forma a trazer, como resultado, senso de criticidade em relação às fontes históricas além de trabalhar competências como leitura e interpretação de texto.

Para a realização desta dissertação empreendemos uma análise de produções acadêmicas disponibilizadas em repositórios virtuais da Capes e IBICT que se interconectam com a proposta deste trabalho.

Capítulo 1- ANÁLISE DA LITERATURA DE VIAGEM NO CAMPO HISTORIOGRÁFICO

1.1 Literatura de Viagem: pontos de convergência entre o ficcional e o real

O entrelaçamento entre a realidade e a ficção que se identifica em obras de viajantes e naturalistas nos convida a uma profunda imersão e reflexão, no âmbito da historiografia, sobre a natureza da verdade e da imaginação contida no relato histórico.

Burke (2005), ao tecer críticas à tendência dos historiadores culturais de tratar imagens e outros artefatos culturais como espelhos que refletem de maneira direta e não problemática a realidade de um período histórico, pontua que essa abordagem sugere que as imagens e textos são representações fiéis e objetivas do passado, o que é uma visão simplista e muitas vezes imprecisa. Ignora-se a complexidade e o caráter construído dessas representações. Em vez de aceitar as imagens e textos como retratos fidedignos do passado, os historiadores devem, ao seu ver, investigar as condições de produção dessas fontes. Isso inclui questionar o contexto em que foram criadas, quem as produziu, com que intenções e para que público.

Cronistas, em diferentes épocas e lugares do planeta, buscaram navegar pelas fronteiras tênues que separam esses dois domínios, em um esforço constante para discernir entre o "real" e o "imaginário". A análise do discurso voltada para a compreensão e criticidade da literatura produzida por viajantes no século XIX se ergue como uma ferramenta poderosa para desvendar as camadas de significado e as complexas relações de poder que permeiam tais narrativas. Essa abordagem, que se encontra ancorada na linguística, sociologia e filosofia, oferece um panorama crítico para as práticas discursivas, revelando como a linguagem é utilizada para construir realidades, moldar visões de mundo e exercer influência sobre o leitor.

Mussalim (2001, p.123) afirma que “a análise do discurso considera como parte constitutiva do seu sentido o contexto histórico-social; ela considera as condições em que este texto, por exemplo, foi produzido”. O discurso não é autônomo, nem transparente: ele é determinado por um contexto mais amplo, que não é apenas um pano de fundo explicativo, contudo um elemento estruturante da própria significação. Isso está em consonância com a noção de que o sujeito do discurso é também um sujeito ideológico, inscrito em determinadas formações discursivas.

Ao irmos além da mera descrição de paisagens e costumes nos textos de viagem do século XIX, adentramos em um universo intrigante: identificamos as teias de relações de poder que permeiam a produção e recepção dessas obras. Essa análise sob a ótica do discurso nos convida a desvendar as complexas dinâmicas de poder que moldaram esses relatos, revelando-os como algo mais do que simples registros de experiências.

De acordo com Mello (2010), abordar o tema da narratividade representa um desafio substancial, dado que se estabelece uma relação intrincada e artesanal entre o narrador e a narrativa. Neste contexto, emerge a figura do escritor viajante, cuja função transcende a mera escrita para incorporar também a perspectiva de um observador distante de seu ambiente habitual de trabalho. A escrita do escritor viajante está ligada à sua percepção visual e interpretativa do mundo ao seu redor durante a jornada. Além disso, a viagem é encarada como um empreendimento impregnado de propósitos específicos.

Os escritores-viajantes deixam evidenciar em seus textos que sua principal identidade é a de um escritor. Eles viajam como uma forma de buscar inspiração para sua escrita, seja ela ficção, não ficcional, poética ou de outros gêneros literários. A criação literária é o seu foco principal e a viagem se torna um meio para atingir esse fim. Desembarcam em lugares específicos com o propósito de observar detalhes, absorver a sua atmosfera cultural, social, política e também a sua paisagem natural, além de coletar histórias para incorporar em sua escrita visando aguçar a curiosidade de um leitor que apresenta similitudes no tocante à sua cosmovisão.

Um viajante-escritor, por sua vez, é alguém cuja principal identidade é a de um viajante, embora também escrevam sobre suas experiências de viagem. Para ele, a viagem é o foco principal, e eles escrevem como uma forma de documentar e compartilhar suas aventuras e descobertas com outros. A escrita pode assumir diferentes formatos como diários de viagem e livros ou, contemporaneamente, blogs e artigos de revistas.

Ao traçarmos uma linha divisória entre o escritor-viajante e o viajante-escritor, observamos que suas motivações para viajar e suas formas de escrita divergem significativamente. O escritor-viajante, impulsionado por um objetivo literário específico, seleciona destinos com base em sua relevância para a obra em construção. Já o viajante-escritor, guiado pelo prazer e pela curiosidade, embarca em viagens sem um propósito pré-definido, registrando suas experiências de forma

natural e espontânea. A percepção de ambos sobre o que é observado, entretanto, poderá produzir narrativas multifacetadas, ditadas por sua ambição, seja ela acadêmica ou mera documentação de sua vivência.

Identifica-se como ponto de convergência entre os dois tipos supracitados que ambos se esforçam para retratar detalhadamente os aspectos sensoriais, emocionais e culturais de suas passagens por outras terras, possibilitando assim que os leitores se transportem virtualmente para dentro de suas construções imagéticas sobre paisagens e povos visitados ao redor do globo terrestre. Relatar o que se vê é uma habilidade que revela notável complexidade, pois ao se transmitir de forma eficaz as experiências de viagem através da escrita passa-se a delinear o papel crucial desempenhado pelos escritores viajantes na comunicação e preservação das experiências humanas em diferentes contextos culturais e geográficos.

De maneira paradoxal, a tecitura de uma narrativa sobre o vivido pode apresentar acréscimos, distorções e supressões que moldam a percepção do leitor para uma visão sobre “o outro”, o que desperta no ato de historiar uma prudente cautela quanto ao uso deste tipo de documento histórico.

Sobre a arte de relatar, Aranha (2014, p. 398) destaca que a crônica é um texto que reflete a inserção do autor no seu contexto histórico, absorvendo os valores e a cultura de seu tempo, e participando das angústias, dramas e esperanças de sua época. E pontua ainda que ela, como qualquer outro gênero literário, pressupõe um processo de elaboração em que sobressai o olhar do criador enquanto representação do mundo social e histórico no qual ele está inserido.

Outro ponto crucial a ser considerado na construção de uma narrativa é a própria natureza da memória, elemento fundamental na construção dos relatos de viagem. As lembranças do viajante, sujeitas às falhas da memória e às distorções do tempo, podem levar à inclusão de elementos ficcionais no relato, dificultando a separação entre o que realmente aconteceu e o que foi imaginado ou inventado.

Benjamin (1987), em suas “Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”, faz uma distinção entre narrativa e informação. Ele argumenta que a informação, como é entendida no mundo moderno, é instantânea e voltada para a imediata compreensão e consumo, muitas vezes esgotando-se em si mesma. A narrativa, por outro lado, é duradoura, complexa e possui uma camada de profundidade que se revela com o tempo e com a reflexão. O narrador não se preocupa apenas com os fatos, mas com o sentido dos acontecimentos.

Levamo-nos, então, ao seguinte questionamento: Até que ponto podemos confiar na verossimilhança e na fantasia presentes na leitura que uma civilização faz de outras sociedades por meio dos relatos de viajantes, onde se presume haver objetividade do relato de um viajante?

Ao invés de considerarmos o discurso contido nestes textos apenas como um simples meio de transmitir informações objetivas sobre o passado, a criticidade desses documentos nos habilita a inferir como as escolhas linguísticas, os silêncios e as omissões dentro do discurso histórico refletem e reproduzem relações de poder e ideologia de um centro irradiador.

Ao se debruçar sobre a escrita de um povo distante, seja por meio de contato direto ou pesquisa aprofundada, o autor se vê diante de um universo de possibilidades narrativas. Cada decisão tomada, desde a seleção do que incluir e excluir até a estruturação da escrita e o tom adotado, revela um universo de reflexões e posicionamentos que moldam a percepção do leitor sobre o tema abordado.

Escolhas são consequências de intenções. O resultado delas é a criação de um conceito geral sobre o outro e também sobre o cenário em que este vive e que é para o escritor distante espacialmente, culturalmente e historicamente. Por sua vez, no contexto do século XIX, essas imagens foram instrumentalizadas por agentes governamentais e econômicos para reforçar suas posições de dominação sobre povos de diferentes lugares do planeta considerados à margem de uma visão europeia de progresso marcado pela ascensão da indústria, do capitalismo financeiro e de novas relações de trabalho.

Ao analisar a relação entre saber e poder na sociedade, Foucault (2014) empreende uma crítica genealógica das ciências humanas, demonstrando que o discurso funciona como um instrumento para a construção da realidade social e para a manutenção das relações de poder. Ele não se trata apenas da linguagem falada ou escrita, mas sim de um sistema de regras e normas que moldam a forma como pensamos e falamos sobre o mundo. Este, por sua vez, se caracteriza por sua positividade (o que é dito) e sua negatividade (o que é silenciado).

No tocante ao século XIX, a visão europeia sobre o continente americano no século supracitado é entoada por uma mistura de admiração, desdém e interesse estratégico. O continente era uma fonte de riqueza a ser explorada. Viajantes europeus viam a América como uma terra de oportunidades e liberdade, especialmente após as revoluções democráticas e as ondas de imigração para os

Estados Unidos. Essa visão romantizada do “Novo Mundo” como um lugar onde os indivíduos poderiam escapar da opressão e alcançar o sucesso, ou seja, uma “América como a terra das oportunidades”.

Embora, os relatos de viagem do século XIX tenham contribuído para a construção de saberes sobre o mundo, é crucial reconhecer que a visão dos viajantes europeus era frequentemente permeada por preconceitos e estereótipos em relação aos povos indígenas e africanos escravizados na América.

Souza (2019, p. 244) pontua que as impressões da realidade do Brasil estavam fortemente marcadas pelos padrões comportamentais europeus, especialmente da sociedade vitoriana. Essa visão distorcida da realidade servia para justificar a dominação colonial e a exploração econômica.

O aumento do interesse científico e antropológico pela América, com exploradores, cientistas e antropólogos europeus estudando a geografia, a flora, a fauna e as culturas dos povos nativos americanos alimentou um crescente interesse público na América como um objeto de estudo e exploração.

Analogamente, os relatos de viagem e crônicas, embora possam retratar ambientes exóticos e distantes, são frequentemente influenciados por eventos, personagens e vivências reais dos viajantes. Independentemente do espectro em que se manifestam - real ou ficcional -, é crucial compreender que a escrita transcende sua mera função informativa, revelando-se também como um ato de criação no qual o autor molda e transforma suas ideias em uma forma tangível e duradoura.

Segundo Ricoeur (1995, p. 23), no cruzamento entre ficção e História, quanto maior é a preocupação em descrever a realidade por meio de recursos estilísticos, mais o escritor se distancia do real, resultando na autonomia da obra em relação à realidade. Afirma-nos ainda que o aprimoramento da técnica narrativa decorre da preocupação com a fidelidade e realidade.

Já no contexto ficcional de obras cujo tema Viagem assume uma posição de centralidade, este não surge em um vácuo distante da realidade, mas está intrinsecamente ligada a ela, interagindo e se entrelaçando constantemente. Mesmo que apresentem elementos fantásticos e surreais, estas têm suas origens profundamente enraizadas na observação da vida cotidiana, nas experiências pessoais do autor, nos preconceitos herdados e nas dinâmicas sociais e culturais da época em que foram concebidas.

Reis (1995) afirma que uma obra literária é a simulação do real realizada pela linguagem literária, pois a literatura é um ato discursivo. Se a esfera da ficção muitas vezes se apoia na criatividade e na inventividade do autor para conceber mundos e personagens que parecem distantes da nossa realidade, ela também possui uma capacidade singular de nos proporcionar análises e questionamentos profundos sobre a condição humana e o mundo que nos cerca. A ficção muitas vezes serve como um espelho da realidade concreta, refletindo não apenas as experiências individuais do autor, mas também as complexidades da sociedade e da cultura em que ele vive. Ao destacar que mesmo narrativas aparentemente distantes da realidade têm suas origens na observação e na experiência vivida, a citação expressa a natureza interconectada da ficção e da realidade.

A viagem, sob a ótica da ficção literária, permite aos escritores se sentirem livres para tatear e dissecar temas delicados e controversos, desafiar as normas e de questionar a realidade de maneiras que podem ser mais difíceis de abordar em um contexto estritamente factual, oferecendo a liberdade de explorar novos mundos e possibilidades e até mesmo reforçar preconceitos.

Já sob o prisma da realidade contida no ato de narrar o que se vê, lembra-se ao escritor sobre a importância de ancorar as suas narrativas históricas na experiência humana concreta, entretanto não se deve excluir que a subjetividade permeia todo o ato de fazer a sua escrita.

O cruzamento entre esses dois domínios revela-nos a verdadeira magia da literatura, motivando-nos a questionar, refletir, imaginar, estabelecer e abstrair conceitos gerais. A relação entre ficção e realidade na literatura é, portanto, uma via de mão dupla, com cada uma influenciando e informando a outra de maneiras complexas e multifacetadas.

Relatos de viagem se configuram como um gênero literário rico e diverso, composto por narrativas que relatam as experiências, descobertas e reflexões de um viajante durante sua jornada. Mais do que meros guias turísticos, essas obras transcendem a simples descrição de lugares, convidando o leitor a embarcar em uma imersão profunda em diferentes culturas, paisagens e modos de vida. Desde os relatos de exploração e conquista dos primeiros viajantes, passando pelas crônicas de peregrinações religiosas e pelos diários de naturalistas e exploradores científicos, até os modernos relatos de mochileiros e blogueiros de viagem, a literatura de viagem

sempre teve como objetivo principal instigar a curiosidade, ampliar horizontes e promover o intercâmbio cultural.

A utilização de relatos de viagem, como fontes historiográficas, dá aos historiadores importantes substratos para a tecitura de uma compreensão mais abrangente sobre as diferentes culturas e paisagens ao redor do mundo bem como são capazes de revelar a cosmovisão cultural, social e político daqueles que as documentam.

Scatena (2009, p. 01-02) afirma que o uso de textos de viajantes como fontes historiográficas remonta às origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Pontua ainda que historiadores como Capistrano de Abreu construíram obras historiográficas baseadas em tais fontes, de forma a contemplar a diversidade de temas e enfoques sobre o cotidiano.

1.2 Relatos de viagem nos primórdios da historiografia

Ao longo de milhares de anos inúmeros autores relataram suas experiências de viagem em diversos lugares do mundo, oferecendo aos leitores um horizonte interpretativo sobre terras distantes. Na Antiguidade Clássica, o historiador grego Heródoto escreveu a obra monumental "Histórias", onde buscou registrar eventos históricos de forma sistemática e organizada, cobrindo uma ampla gama de tópicos, desde mitologia até política, geografia, cultura, economia e costumes, fornecendo um panorama abrangente do mundo antigo.

Besselaar (1962) pondera sobre o historiador grego:

Heródoto não é mitógrafo, mas "logógrafo", sendo o que nos comunica uma coleção de "lógoi", isto é, de "histórias" baseadas em documentos (experiências adquiridas por ele próprio durante suas viagens; contactos pessoais com várias pessoas na Grécia e no estrangeiro; o confronto de diversas testemunhas; o exame de monumentos literários e arqueológicos). Em suma, o que se nos patenteia neste proêmio de Heródoto, é uma atitude "científica" diante dos fatos históricos, contanto que tenhamos o cuidado de não interpretar a palavra "ciência" no sentido cartesiano. (BESSELAAR, José Van Den. Heródoto, pai da História. p. 05).

Seus textos nos oferecem um ângulo de observação interessante sobre as culturas antigas do Mediterrâneo e do Oriente Médio. Ao fazer isso, Heródoto intencionalmente não apenas noticiou aos seus leitores sobre o mundo além das

fronteiras helênicas, mas também despertou seu interesse e curiosidade em relação a esses lugares distantes.

No entanto, faz-se necessário reconhecer que sua abordagem em relação às viagens e às culturas estrangeiras não está isenta de questionamentos. A crítica à escrita historiográfica do historiador grego sobre seus relatos de viagens se baseia principalmente em dois pontos: a subjetividade e a credibilidade de suas fontes. Além de misturar relatos com mitos e lendas, sua narrativa frequentemente expõe os preconceitos e estereótipos sobre o “outro”. Heródoto muitas vezes descreve os povos estrangeiros de maneira exótica e caricatural que, ao longo dos séculos, contribuiu para perpetuar visões eurocêntricas e depreciativas.

Flores (2011, p.11-16) afirma que ao observar os bárbaros, Heródoto olha para si mesmo, porque compara as diferentes culturas com os helenos, oferecendo um ponto de partida interessante para uma análise sobre a relação entre a autoimagem cultural e a visão externa existente em sua obra. Pontua ainda que Heródoto construiu a História sob duas variáveis: o espaço e o tempo.

As adjetivações construídas por ele sobre os povos estrangeiros, chamados de bárbaros, frequentemente buscam retratar como primitivos e selvagens em comparação com os gregos, o que revela uma tendência a julgar outras culturas com base nos padrões da sua.

Ao mesmo tempo em que explorava o mundo além da Grécia, Heródoto também ajudou a consolidar a identidade grega ao destacar os feitos e a grandeza da sua cultura ao mesmo tempo em que reconheceu suas interações e influências com outras civilizações.

Embora tenha viajado extensivamente e coletado informações em primeira mão, Heródoto também baseou suas narrativas em relatos de terceiros, muitas vezes sem questionar suficientemente a veracidade ou a parcialidade dessas fontes. Isso suscita debates sobre a confiabilidade de suas informações e a possibilidade de distorção dos eventos ou das culturas descritas.

1.3. Marco Polo e suas viagens

No avançar dos séculos, na Baixa Idade Média, a questão da credibilidade de relatos de viajantes volta a se apresentar na leitura dos textos da viagem de Marco Polo ao continente asiático. O explorador europeu registrou no livro "O Livro das

Maravilhas" as suas aventuras pelas terras orientais, incluindo a China, o Império Mongol, oferecendo aos leitores europeus do século XIII um panorama sem precedentes dessas regiões exóticas e suas ricas culturas. Descreveu paisagens, cidades e costumes que encontrou ao longo do caminho, o que contribuiu para alimentar a imaginação e a curiosidade de uma Europa ansiosa por explorar novos horizontes.

Embora algumas das histórias do aventureiro medieval possam ter sido exageradas ou mal compreendidas e pairam dúvidas se de fato o mesmo visitou terras orientais, sua obra representou um marco na literatura de viagem, inspirando gerações de viajantes e escritores a buscar o desconhecido.

Há de se considerar que os relatos deste autor tiveram um impacto significativo na Europa, estimulando o interesse pelas terras distantes no extremo-orient e influenciando as percepções europeias sobre a geografia, o comércio e a cultura asiática. Interpretar suas viagens historicamente também envolve examinar como seus relatos foram recebidos e interpretados na Europa medieval e como contribuíram para a expansão do conhecimento geográfico e cultural na época.

Busanello (2012, p. 20), ao se referir ao relato poliano em terras do Império Mongol, aponta que as narrativas do viajante desempenharam um papel crucial ao desafiar as percepções europeias predominantes sobre os mongóis. Antes dessas descrições este povo era frequentemente visto de forma negativa na Europa, como bárbaros ou invasores. Seu relato, ao apresentar um império avançado e sofisticado, contrariou essas visões preconceituosas, mostrando que o mundo oriental possuía uma riqueza e uma complexidade que eram desconhecidas ou subestimadas no Ocidente.

Polo descreveu cidades e povos que, em termos de prosperidade e riqueza, superaram muitas das cidades europeias da época. Isso não só alterou a percepção dos mongóis, como também revelou uma nova dimensão do mundo que a Europa não havia experimentado diretamente. O retrato de um império organizado e tecnologicamente avançado contrastava fortemente com a visão estereotipada que predominava na Europa medieval.

1.4 Viagem: diálogo entre ficção e realidade na obra literária de Júlio Verne

Júlio Verne, por sua vez, trouxe uma abordagem diferente para a literatura de viagem com suas obras de ficção científica. O escritor francês explorou temas voltados à descoberta de novas paisagens, transportando seus leitores para lugares exóticos e aventuras emocionantes.

Obras como "A Volta ao Mundo em 80 Dias" e "Vinte Mil Léguas Submarinas" capturam a imaginação com suas narrativas envolventes e personagens intrépidos que se aventuram por terras desconhecidas e enfrentam desafios extraordinários. Ainda que suas histórias sejam ficcionais quanto à trama que seus personagens performam, Verne ainda assim capturou o espírito da literatura de viagem, oferecendo aos leitores uma chance de explorar o mundo de maneiras que talvez nunca tenha imaginado.

Faz-se necessário ressaltar que suas obras estão ambientadas no contexto do século XIX, marcado por uma revolução tecnológica e de meios de transporte e que moldaram o mundo moderno como o conhecemos hoje.

Almeida (1998) pondera que o romance de aventuras se relaciona com o desenvolvimento da ciência e da técnica, além do processo de expansão ocidental. Ao analisar as obras supracitadas, com destaque especial para "A Volta ao Mundo em Oitenta Dias", argumenta que as narrativas refletem as mudanças de tempo e espaço decorrentes de invenções e descobertas, incluindo a exploração de territórios desconhecidos e a busca por novas riquezas. Observa-se dois planos de fundo explorados nestes livros: o papel central da ciência e da técnica e o impacto do expansionismo ocidental.

Quando Phileas Fogg e Passepartout foram em direção ao oriente para cumprir com sua promessa de cruzar o globo, o fizeram atravessando o Canal de Suez a bordo de um navio a vapor. Este ponto de conexão entre o Mar Mediterrâneo e o Mar Vermelho é considerado uma das maiores obras de engenharia da modernidade e desempenha um papel crucial no comércio internacional e na conectividade global.

O século XIX testemunha uma notável criação de pontes marítimas da Europa com distantes partes do planeta resultando na ramificação do capitalismo industrial e financeiro para distantes regiões do globo terrestre. Essa dinâmica entre fantasia e realidade nas várias formas em que a literatura de viagem se apresenta pode ser analisada sob uma perspectiva historiográfica, visto que assim como há elementos fantasiosos, imprecisos e/ou distorcidos no relato há também em obras ficcionais que

exploram jornadas fictícias à lugares distantes valores ideológicos que norteiam a escrita.

1.5. Por que narrar? A intencionalidade da escrita de viajantes e naturalistas

Relatos de viagem e obras ficcionais que exploram aventuras em terras distantes foram escritos com propósitos específicos, como entretenimento, propaganda política de autoafirmação, promoção comercial, proselitismo cultural e religioso. Dependendo do público-alvo e dos objetivos do autor, há uma tendência a incluir elementos fantasiosos para cativar a imaginação do leitor ou para promover determinadas agendas.

O autor ajusta sua escrita para maximizar o impacto e a ressonância da obra entre leitores interessados por este tipo de conteúdo. Isso pode incluir a escolha de temas relevantes para o público, o uso de referências culturais que ressoem com sua experiência e a adoção de um tom e estilo que sejam mais eficazes para se comunicar com eles.

Os viajantes, ao encontrarem culturas estrangeiras, frequentemente interpretam suas experiências através de lentes culturais e ideológicas próprias. Isso poderia levar a distorções na percepção da realidade, onde aspectos estranhos ou incompreendidos de outras culturas poderiam ser interpretados como fantásticos ou sobrenaturais.

Dussel (1993) propõe que o nascimento da modernidade europeia não pode ser entendido apenas como um processo interno, autônomo e iluminado, como muitas narrativas eurocêntricas sugerem. A modernidade nasce como um discurso autojustificativo e excludente: a Europa define o que é humano e civilizado tomando a si mesma como medida, e todos os demais são desqualificados.

Este povo, o Norte, Europa (para Hegel sobretudo Alemanha e Inglaterra) tem assim um “direito absoluto” por ser o “portador” do Espírito neste “momento de seu Desenvolvimento”. Diante de cujo povo todo outro-povo “não tem direito”. É a melhor definição não só de “eurocentrismo”, mas também da sacralização do poder imperial do Norte e do Centro sobre o Sul, a Periferia, o antigo mundo colonial e dependente” (DUSSEL, Henrique. Desde o Ego Europeu: o “En-cobrimento. p. 22).

O discurso colonial encobre o outro ao impor uma visão de mundo única, apagando a diversidade de formas de existir, de pensar e de organizar a vida. A proposta do autor é por uma ética da libertação, em que se reconheça a injustiça fundacional da modernidade e se escute a voz dos oprimidos, descolonizando o saber e o ser, abrindo espaço para outras formas de produção de conhecimentos e modelos de vida não subordinadas ao padrão europeu.

Zubaran (1999), ao alertar-nos da necessidade de se fazer uma releitura crítica da literatura de viagem por parte de historiadores, pontua que esta teve grande importância na formação de uma estrutura de atitudes e de referências para os europeus e não-europeus. Sob este prisma, a autora busca identificar os critérios europeus para a representação que mediam a construção do “outro”.

A visão etnocêntrica é uma característica recorrente nos relatos de viajantes do século XIX, especialmente daqueles provenientes de países europeus que estavam envolvidos em processos coloniais e de expansão imperialista. Esses relatos muitas vezes refletiam as convicções eurocêtricas predominantes da época, que consideravam as culturas ocidentais como superiores e as culturas não-ocidentais como inferiores ou “exóticas”.

Quijano (2005) reflete que a Europa não só impôs suas formas de conhecimento, ciência e filosofia, mas também marginaliza ou invisibiliza outras formas de saber, principalmente os conhecimentos indígenas e afrodescendentes. O eurocentrismo define o que é considerado conhecimento legítimo, e tudo o que está fora desse paradigma é desvalorizado.

Destacamos que uma parcela significativa dos viajantes-cronistas do século XIX originava-se de nações europeias que se encontravam no auge do imperialismo e da expansão colonial. Nesse contexto, as viagens empreendidas por esses indivíduos não apenas refletiam um anseio por exploração e descoberta, mas também estavam intrinsecamente imbuídas de uma mentalidade colonialista e eurocêntrica que influenciava profundamente suas percepções acerca dos povos e culturas que encontravam em suas jornadas.

Os relatos de viajantes frequentemente retratam outras culturas como inferiores à cultura europeia em termos de civilização, moralidade, tecnologia e organização social. Esse viés apresentava as ideias eurocêtricas de superioridade cultural que sustentavam a justificativa para a colonização e a dominação imperialista.

A subjetividade na escrita da história também se relaciona às lacunas e ambiguidades inerentes ao registro histórico. Muitas vezes, as fontes históricas são incompletas, tendenciosas ou contraditórias, deixando espaço para interpretações diversas e até mesmo conflitantes dos mesmos eventos. Nesse sentido, a subjetividade do cronista pode se manifestar na maneira como ele lida com essas lacunas e ambiguidades, preenchendo-as com conjecturas, suposições ou interpretações pessoais.

A recepção dos relatos de viagem pelo público também desempenha um papel importante na perpetuação de elementos fantásticos. Muitas vezes, relatos mais sensacionalistas ou fantasiosos eram populares entre os leitores, enquanto relatos mais precisos e sóbrios podiam ser considerados tediosos ou menos atrativos.

Diante disso, é essencial abordar a literatura de viagem, em suas várias configurações, de forma crítica, distinguindo os elementos fantasiosos e os fatos históricos e percebendo que a própria narrativa contida no relato pretensamente científico e imparcial nasce como uma afirmação de superioridade de uma parte do mundo ocidental sobre outras áreas do planeta. Isso envolve uma avaliação cuidadosa das fontes utilizadas pelos viajantes, a contextualização das experiências descritas e uma compreensão das motivações que existem por trás dos relatos de viagem.

Nenhum relato histórico é totalmente objetivo ou imparcial. Cada cronista traz consigo suas próprias inclinações, preconceitos e pontos de vista, que inevitavelmente influenciam a maneira como interpreta e apresenta os eventos passados. Essa subjetividade pode se manifestar de diversas formas, desde a escolha das fontes e a seleção de eventos a serem narrados até a maneira como esses eventos são interpretados e contextualizados.

Um dos aspectos mais importantes a considerar é a historicidade do cronista, ou seja, o contexto histórico, social, cultural e político no qual quem escreve está inserido. O narrador é um produto de seu tempo e das circunstâncias que o cercam, e suas experiências pessoais, valores, crenças e preconceitos moldam sua visão do passado. Isso significa que o ofício do historiador não é apenas o de efetuar uma simples transcrição objetiva de eventos, mas sim elaborar uma construção interpretativa influenciada pela perspectiva única do historiador.

O viajante-escritor Henry Koster, filho de um comerciante inglês natural da cidade de Liverpool na Inglaterra, empreendeu uma viagem pelo nordeste brasileiro

na primeira metade do século XIX. Como resultado da viagem, escreveu o livro *Travels in Brazil*, onde descreveu em detalhes diversos aspectos de âmbito social, cultural, político e natural da região.

No prefácio da obra, inicialmente lançada em 1816 e posteriormente traduzida por Câmara Cascudo em 1942 sob o título *Viagens ao Nordeste do Brasil*, o autor afirmou que nunca havia tido a intenção de publicar um livro. Justifica a sua visita à Província de Pernambuco como fruto da recomendação de amigos como remédio para sua pneumonia, sendo motivada pela boa reputação do clima e da população local, conforme informações recebidas. Sobre a intenção de escrever sobre sua passagem pelo Brasil revela-nos que ao retornar à Inglaterra, estes o persuadiram a publicar detalhadamente seus relatos de viagem.

Em sua jornada pelo Brasil no início do século XIX, Henry Koster dedicou um capítulo de sua obra *Travels in Brazil* à província do Ceará. Após alguns dias em Fortaleza, Koster empreendeu uma viagem pelo interior da província, visitando as vilas de Aquiraz, Aracati, Icó, Quixadá e Sobral. Ao longo do caminho, ele se deparou com uma paisagem árida e seca, marcada pela caatinga e pela falta de infraestrutura. As vilas visitadas eram pequenas e pouco desenvolvidas, com a maioria da população vivendo da agricultura de subsistência e da criação de gado.

Costa (2012), ao analisar as opiniões de Henry Koster sobre o Ceará, pontua que a sua colonização se iniciou tardiamente em comparação com outras regiões do Brasil, sendo que apenas no final do século XVII as primeiras vilas começaram a ser fundadas. Durante grande parte do período colonial, o Ceará permaneceu isolado, considerado pelas elites como uma região atrasada, miserável e perigosa, dominada por índios e criminosos. As condições climáticas e naturais do Ceará foram vistas como um grande obstáculo ao desenvolvimento. O autor menciona ainda que as secas eram uma constante ameaça à sobrevivência da população e ao desenvolvimento econômico, sendo frequentemente associadas à miséria generalizada.

Apesar das dificuldades que observou, Koster reconhecia o potencial econômico do Ceará. Ele destacou a fertilidade do solo, a abundância de recursos naturais e a localização estratégica da província, com acesso ao mar e ao interior do país. Koster acreditava que o Ceará poderia se tornar uma região próspera se investisse em infraestrutura, educação e diversificação da economia. Essa leitura da

paisagem expõe o contraste entre a riqueza natural e a distância das noções sobre progresso que se identificavam no Brasil colonial.

Viajar não era um empreendimento acessível à imensa parcela da humanidade. A partir da análise inicial do prefácio da obra de Koster, torna-se possível afirmar que o viajante-escritor dos séculos XVIII e XIX pertencia geralmente a uma classe social privilegiada e detinha uma reputação intelectual e financeira que o habilitou a publicar seus relatos para um público leitor.

Para muitos que se aventuram por terras distantes, a linguagem é um dos maiores obstáculos a serem enfrentados. Ainda no prefácio de sua obra Koster traz como valiosa informação, ainda no prefácio, a notícia de sua proficiência em língua portuguesa onde, segundo o mesmo, “me é mais familiar que a do meu país”.

O atributo de saber falar a língua do país visitado é fundamental para estabelecer contatos com nativos e assim poder registrar com maior riqueza de detalhes o que vê, assim como permite captar melhor as impressões das pessoas com quem estabeleceu diálogo.

Koster fez uma breve passagem que fez pelo Aracati, tendo vindo da província do Rio Grande do Norte. Em sua chegada por via terrestre, registrou o tratamento inicial recebido por seu anfitrião.

Ao aproximar-me do Aracati mandei, adiante, o meu guia de Goiana, levando a carta que recebera do Governador do Rio Grande para o senhor José Fidelis Barrozo (12), rico mercador e grande proprietário. À minha chegada soube que o guia entregara a carta, e o senhor Barrozo dá as chaves de uma sua casa desocupada para que me hospedasse durante minha permanência (KOSTER, 1942, p.160).

O excerto evidencia que, além da habilidade de se comunicar com os habitantes do país anfitrião, um viajante estrangeiro no século XIX necessitava de uma recomendação por parte de uma figura proeminente na sociedade. Viajar nessa época representava uma empreitada desafiadora e arriscada, especialmente em regiões remotas e desconhecidas. Viajantes comumente dependiam de cartas de recomendação como parte integrante de sua logística de deslocamento, buscando assim acesso a hospedagem, transporte, proteção e apoio local. Estas eram frequentemente redigidas por personalidades influentes, como políticos, diplomatas e acadêmicos, que detinham conexões e prestígio na comunidade.

No século XIX, as cartas de recomendação desempenhavam um papel fundamental para os viajantes que buscavam explorar novos territórios e estabelecer conexões sociais e profissionais durante suas jornadas. Essas cartas eram como uma forma de apresentação e endosso pessoal, fornecendo informações sobre a reputação e a confiabilidade do viajante aos destinatários que os abrigam.

Sobre o tratamento que lhe foi dado em sua passagem por Aracati, registra suas impressões.

Durante o tempo em que fiquei no Aracati, o senhor Barrozo providenciou para que eu e os meus fossemos tratados da mesma forma. Este tratamento é comum para as pessoas bem recomendadas. E nobre, e mostra o estado e maneiras entre os indivíduos da alta classe social (KOSTER, 1942, p.160).

O viajante inglês George Gardner, que também era um cientista naturalista e médico, em sua passagem pela cidade de Aracati em meados do século XIX, analisou as possibilidades comerciais de gêneros da flora local. Em seu olhar botânico, registrou que a carnaúba, árvore típica do Nordeste, era empregada para diversas finalidades.

As folhas empregam-se para grande diversidade de fins, como colmo, albardas, chapéus, além de produzirem uma espécie de cêra, tirada das folhas novas, cobertas de uma flôr verde-mar, sacudindo-as logo que se desprendem da arvore. Cada uma dá cerca de cinquenta grãos de um pó esbranquiçado que, reunido em grande quantidade, se lança em uma panela e se dissolve ao fogo. Anos atrás grande porção dele foi mandado para Lisbôa mas não se lhe encontrou nenhuma aplicação útil. Pelos brasileiros é às vezes usada para falsificar a cêra comum (GARDNER, 1942, p.127-128).

A citação das características naturais locais não se faz por mero interesse em descrever a flora local. A história natural, como se verá no segundo capítulo, desempenhou um importante papel na construção do relato de Gardner sobre a paisagem natural do Ceará e do Aracati. Sobre a intencionalidade da sua escrita, revela-nos a dedicatória da sua obra que esta foi oferecida à Sir William Jackson Hooker, vice-presidente da Sociedade de Lineu e Diretor dos Jardins Reais de Kew. Isso sublinha a conexão entre a pesquisa de Gardner e a comunidade científica mais ampla, destacando a importância da colaboração e do intercâmbio de conhecimentos no avanço da compreensão da biodiversidade e ecologia das áreas estudadas.

Depreende-se ainda do texto de sua dedicatória que o viajante adota uma abordagem eurocêntrica na qual o viajante-pesquisador se posiciona como colaborador das ambições comerciais europeias. A prática de observar e documentar

a natureza em suas anotações não ocorre desvinculada de intenções específicas. O intuito é informar a um público leitor sobre as potenciais aplicações de recursos tropicais dentro de um contexto mercadológico capitalista.

Não escapa ainda ao olhar de Gardner, ao comentar sobre sua estadia quinzenal em terras aracatienses o registro da presença de um comerciante inglês na cidade, Mr. Miller, onde em sua casa o viajante estrangeiro ficou hospedado. O capitalismo se ramificou nas regiões periféricas do planeta, seus agentes transnacionais fundaram novos negócios em rincões do globo, prospectando oportunidades comerciais e financeiras.

Ao chegar na sede da cidade, descreveu a paisagem urbana de Aracati como sendo composta basicamente de uma rua longa e larga, situada à margem leste do rio Jaguaribe, com uma população de aproximadamente cinco mil pessoas. Sobre a arquitetura urbana, o viajante-naturalista inglês registra que as suas casas “são geralmente de dois andares”. Pondera, em sua percepção, que a maioria de seus habitantes vivem em condições paupérrimas.

Segundo Barreiro (2002, p. 76-77), a observação dos aspectos urbanos das cidades visitadas não escapava ao olhar do viajante. Essa atenção revelava as contradições experimentadas pela sociedade brasileira em diversos níveis de sua organização, decorrentes das tensões provocadas pela coexistência do antigo com o novo.

Gardner também destaca que a cidade é caracterizada por sua decadência, sendo sua principal atividade econômica centrada no comércio de algodão. Sobre isso, escreveu que “de algodão se exporta anualmente cerca de cinco mil fardos de vinte e cinco mil arrobas e trinta e duas libras de couros, cerca de dois mil”. (GARDNER, 1942, p.126-127).

A descrição da economia do Aracati reforça que os interesses de cientistas e da burguesia comercial e financeira se afinam, onde o discurso de um sujeito potencializa o do outro.

1.6 Origens da literatura de viagem no Brasil

As origens de uma literatura de viagem no Brasil remontam aos primeiros momentos da colonização lusitana. A Carta do escrivão da nau de Cabral, Pero Vaz de Caminha, se constituiu como o primeiro documento descritivo do país. Era

destinado ao rei de Portugal e, por óbvio, deixa evidente uma série de intencionalidades de natureza econômica e religiosa para com as terras recém-conhecidas.

O seu conteúdo revela a descrição do “novo mundo” e de sua natureza, relata o primeiro encontro com os nativos, expressa a esperança de conversão dos nativos à fé cristã católica e serem subjugados ao domínio português além de identificar a importância econômica dessa descoberta ao ressaltar a presença do valioso pau-brasil, onde se poderia extrair uma tinta de coloração avermelhada.

No contexto do século XVI, viajantes europeus como Hans Staden descreveram suas experiências em terras brasileiras, enfatizando o que lhe parecia desconhecido ou exótico.

Silva (1997) assinala para a importância histórica dos relatos de Hans Staden, considerando-os uma importante fonte para compreender a visão europeia sobre as terras e os habitantes do Brasil na época dos descobrimentos. Ele destaca o caráter detalhado e simples da narrativa de Staden, que misturava elementos da realidade e imaginação, refletindo a mentalidade europeia renascentista que via o Novo Mundo como um lugar exótico, cheio de perigos e maravilhas. Enfatiza-se ainda, a importância da obra de Staden como fonte histórica, apesar de estar permeada pelos preconceitos e imaginários da época. O estudo também aborda a popularidade da obra desde sua publicação original em 1557, considerando-a uma mistura de realidade e ficção que fascinou o público europeu.

Durante os séculos XVIII e XIX, com a chegada de cientistas, naturalistas e artistas, a literatura de viagem ganhou um caráter mais documental e científico. Viajantes como os naturalistas alemães Spix e Martius e o francês Auguste de Saint-Hilaire produziram relatos detalhados sobre a flora, fauna, geografia e cultura do Brasil.

A partir do século XIX tornou-se muito popular escrever sobre viagens. Esse tipo de literatura é composto por uma diversidade de gêneros: cartas, diários, crônicas, relatos de viajantes, dentre outros. Com o avanço da Revolução Industrial, navios a vapor passaram a singrar através dos oceanos, trazendo e levando mercadorias e pessoas de e para diferentes procedências. Com isso, histórias locais, suas paisagens naturais, suas lendas e mistérios passaram a exercer um fascínio entre europeus, conquistando um público leitor em camadas sociais letradas.

O romantismo tornou muito popular esse gênero de escrita. Narrativas sobre lugares distantes e que possuíam aura de exotismo despertavam interesses de camadas letradas cuja base se tornava cada vez mais ampla, sobretudo entre a classe média emergente.

Toller (2007) considera que visões míticas sobre a América serviram como ferramentas ideológicas para desumanizar os povos colonizados e legitimar a dominação europeia. A ideia do "bom selvagem" retratava os indígenas como seres puros e próximos da natureza, mas também ingênuos e necessitados de orientação e civilização, o que justificava a colonização como um ato benevolente. Em contraste, o "mau selvagem" era visto como bárbaro, violento e incivilizado, necessitando ser subjugado ou eliminado.

As percepções advindas de relatos de viagem são, também, uma forma de produção de conhecimento, visto que os conceitos que embasam a produção de narrativas sobre paisagens e pessoas se relacionam com as concepções sociológicas e científicas de uma época assim como seus conflitos de natureza moral e filosófica.

No que se refere à análise dos relatos de viajantes estrangeiros e naturalistas que visitaram o Aracati no século XIX é preciso, previamente, situar as grandes transformações pelo qual o Brasil passou interna e externamente. Elas impactam diretamente na existência objetiva destes registros e no tipo de informações que é capaz de revelar-nos descritivamente e analiticamente.

Belluzzo (2009, p. 43) pontua que na primeira metade do século XIX, com a transferência da corte portuguesa para o Brasil e a consequente abertura dos portos ao comércio internacional, intensificou-se a chegada de viajantes europeus, atraídos pela vastidão de um território ainda pouco conhecido. Foi somente a partir desse momento que o país passou a adquirir maior visibilidade internacional, após ter sido mantido, durante três séculos, sob relativo sigilo pelos portugueses, em nome da proteção das riquezas naturais da Colônia. Viajantes que desembarcaram no Brasil nas primeiras décadas do século XIX tinham a oportunidade de confrontar, por meio de sua vivência direta, as imagens e opiniões que circulavam pela Europa a respeito do país.

Muitos viajantes europeus, influenciados pelos ideais do Iluminismo e posteriormente do Romantismo, viam o Brasil ora como uma terra de promissora riqueza natural a ser explorada racionalmente, ora como um espaço exótico e

primitivo, sujeito à tutela civilizatória do Ocidente. Tais discursos contribuíram para reforçar estereótipos e legitimar projetos coloniais e científicos.

O século XIX se destacou por um intenso movimento de viajantes, exploradores e estudiosos que empreenderam jornadas ao redor do mundo em busca de novos territórios, vivências e aprendizados. A vinda da corte para o Brasil não apenas desencadeou uma série de transformações políticas, sociais e econômicas no país, mas também estimulou a exploração e o registro das diversas regiões e culturas brasileiras por parte de viajantes europeus e de outras origens. Esses eventos contribuíram significativamente para a expansão do conhecimento geográfico, etnográfico e cultural sobre o Brasil e suas diferentes paisagens e povos.

Sarat (2007, p. 48) considera que a abertura do país e o incentivo à imigração projetavam a possibilidade de estreitar relações comerciais e ampliar mercados consumidores, objetivos compartilhados por diversos viajantes, sobretudo aqueles vinculados a representações políticas e interesses mercantis. Teorias como a da “superioridade racial”, da “eugenia” e do movimento de “higienização”, que emergiram e se consolidaram ao longo do século XIX, têm sido amplamente investigadas por estudiosos de diferentes áreas.

A presença da corte portuguesa no Brasil criou um ambiente propício para a realização de expedições científicas, explorações geográficas e estudos etnográficos. Os viajantes do século XIX foram atraídos pelas vastas riquezas naturais, culturais e históricas do Brasil, bem como pela oportunidade de documentar e estudar um país que se tornara o epicentro do império português.

Em 1822, o Brasil iniciou o seu processo de independência e rompeu com mais de três séculos de dominação lusa. O Estado brasileiro foi criado e, com isso, os brasileiros passaram a estabelecer relações diplomáticas com o mundo sem a tutela de Portugal.

É fundamental salientar que ocorreu um notável aumento nas interações entre o Brasil e outras nações, resultando em um incremento significativo da presença estrangeira no país. Esse fenômeno propiciou uma maior documentação e registro de diversos aspectos da vida colonial e do período pós-independência por parte dos visitantes estrangeiros. Destaca-se, nesse contexto, a participação de viajantes do sexo feminino, como é o caso da inglesa Maria Graham, cujas viagens abrangeram extensivamente várias partes do mundo, incluindo tanto a América do Sul quanto a América do Norte.

Dentre os viajantes mais notáveis desse período estavam naturalistas, artistas, escritores e cientistas, cujas expedições e estudos ajudaram a mapear, descrever e compreender a diversidade geográfica, biológica e cultural do Brasil. Muitos exploradores europeus, especialmente naturalistas, geógrafos e cartógrafos, embarcaram em expedições pelo território brasileiro com o objetivo de mapear suas paisagens, identificar recursos naturais e estudar a flora e fauna locais. Essas expedições contribuíram significativamente para o conhecimento científico sobre o Brasil e sua integração ao contexto global.

Como resultado dos dois processos históricos acima mencionados, as fronteiras marítimas nacionais estavam abertas ao fluxo de visitantes estrangeiros. O país era visto, pelas nações europeias, como exótico, seja pela exuberância de suas paisagens naturais e diversidade de povos que aqui viviam, seja pelas possibilidades de empreender comercialmente.

Territorialmente o Brasil era uma jovem nação de dimensão colossal, porém sem densidade demográfica significativa e quase completamente inexplorado pelo capitalismo mercantil. A maior parte dos adensamentos populacionais eram concentrados relativamente próximos ao mar. A navegação de cabotagem era amplamente usada para conectar as capitais do norte e do nordeste ao governo do Rio de Janeiro, sede da monarquia brasileira.

O oceano Atlântico era a porta de saída para o mundo exterior e as redes fluviais rasgavam o interior dos vastos sertões, constituindo-se como rotas portuárias que escoavam produtos agropastoris de povoados distantes do litoral. Registra-se a passagem de diversos pesquisadores e viajantes que escreveram sobre o Brasil sob diferentes ângulos: Maria Graham, Alexander Van Humboldt, Von Martius, dentre outros.

1.7 Literatura de Viagem e ciência no Século XIX

A relação entre literatura e ciência é complexa e abrange áreas que vão desde a exploração de temas científicos na ficção até o uso da narrativa como ferramenta de comunicação científica. Embora, sejam frequentemente vistas como domínios distintos, tanto a literatura como a ciência compartilham elementos fundamentais que as tornam complementares e interconectadas.

Navas (2020) explora a relação entre a literatura e a ciência, analisando como esses campos do conhecimento, historicamente considerados antagônicos, podem na verdade ser complementares. Ciência e a literatura, em suas considerações, não são disciplinas completamente separadas. Elas frequentemente se entrelaçam e se enriquecem mutuamente. A autora destaca que a literatura pode contribuir para uma compreensão mais profunda da ciência, ao passo que a ciência pode oferecer novas perspectivas para a criação literária.

Essas narrativas compreendem habitualmente uma variedade de aspectos, que vão desde notas sobre a geografia e a cultura até a história, as pessoas e os costumes dos lugares visitados. Além disso, tais obras incorporam as impressões pessoais e as reflexões do autor acerca de suas experiências de viagem, conferindo-lhes uma dimensão subjetiva e interpretativa. A literatura de viagem, logo, não só serve como um registro factual das jornadas realizadas, mas também como uma expressão da percepção individual do autor sobre os locais e as culturas exploradas, contribuindo para uma compreensão mais ampla e complexa do mundo.

A literatura de viagem pode assumir uma variedade de formas, incluindo diários de viagem, relatos de expedições, memórias, ensaios e obras de ficção inspiradas em viagens reais.

Viajantes-autores estrangeiros escreveram sobre os habitantes brasileiros, os diferentes aspectos da vida social, usos e costumes, além de empreenderem uma descrição da fauna e flora. Progressivamente a visão pitoresca sobre a flora, a fauna e a população brasileira apresentam significativas modificações de concepções, sobretudo com o desenvolvimento do pensamento iluminista europeu que impulsionou a Europa à uma nova era de expansão colonialista voltada a atender às necessidades oriundas de novos processos produtivos e de organização social e econômica.

Durante os séculos XVIII e XIX, houve um aumento significativo na exploração científica do Brasil, influenciando a literatura de viagem da época. Naturalistas, como Alexander Von Humboldt e Charles Darwin, forneceram relatos detalhados da geografia, flora e fauna brasileiras, contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento científico sobre o país. Ao mesmo tempo, o romantismo estimulou uma nova visão da natureza exuberante e das culturas indígenas, como evidenciado nas obras de viajantes como Auguste de Saint-Hilaire e Johann Moritz Rugendas.

Na historiografia contemporânea identificamos a utilização de relatos de viagem em obras de renomados autores como Francisco Adolfo de Varnhagen, com sua obra *História Geral do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda, em sua tese “Visão do Paraíso” e Capistrano de Abreu, em seu livro *Capítulos de História Colonial*. Esses escritores, ao utilizarem este tipo de fonte documental, contribuíram significativamente para a compreensão e interpretação dos contextos históricos, sociais e culturais de suas épocas.

A literatura e a ciência buscam compreender e dar sentido ao mundo ao nosso redor, embora o façam de maneiras distintas. Enquanto a ciência se baseia na observação, experimentação e análise sistemática para investigar os fenômenos naturais e sociais, a literatura muitas vezes explora a complexidade da experiência humana por meio da imaginação, da reflexão e da expressão artística.

A ciência, frequentemente vista como um pilar da objetividade e da racionalidade, não está imune à influência da subjetividade, especialmente quando consideramos sua interação com discursos políticos e ideológicos. Embora, a ciência busque seguir um método sistemático baseado em evidências empíricas para chegar a conclusões, sua aplicação e interpretação muitas vezes são moldadas por uma variedade de fatores subjetivos, incluindo interesses políticos, ideológicos e econômicos.

É importante reconhecer que a ciência é realizada por seres humanos, que são suscetíveis a preconceitos, pressões sociais e influências externas. Os cientistas podem ter suas próprias crenças, valores e perspectivas, que podem influenciar a seleção de questões de pesquisa, a interpretação de dados e até mesmo a comunicação de resultados. Além disso, esta muitas vezes é realizada em contextos institucionais que podem ter agendas políticas ou econômicas específicas, o que pode afetar a direção e o financiamento da pesquisa.

A ciência também pode ser instrumentalizada como uma forma de legitimar ou deslegitimar determinadas visões de mundo, onde é frequentemente usada como uma ferramenta para reforçar uma agenda política ou ideológica específica, em vez de buscar a compreensão objetiva da realidade.

No século XIX, o Brasil era frequentemente retratado por viajantes europeus através de uma lente que refletia suas próprias noções de progresso e atraso, moldadas pela era da Revolução Industrial e pelo imperialismo europeu. As percepções desses viajantes sobre o Brasil, seus costumes e paisagens, eram

influenciadas por uma mistura complexa de curiosidade exótica, preconceitos eurocêntricos e ideais de civilização. Por outro lado, o atraso tem sido frequentemente relacionado a sociedades consideradas menos desenvolvidas, geralmente aquelas fora do contexto europeu e norte-americano.

Pratt (1999, p. 35-37) apresenta-nos a ideia de “consciência planetária”: a consolidação das formas burguesas de subjetividade e de poder como etapa de expansão fundamental do capitalismo, em busca de matéria-prima e expansão do comércio costeiro para o interior. As estratégias narrativas estão associadas ao expansionismo imperial europeu, legitimando a autoridade burguesa.

Para muitos viajantes europeus do século XIX, o Brasil era visto como uma terra exótica e misteriosa, repleta de paisagens exuberantes, como a floresta amazônica e povos indígenas considerados "primitivos" pelos padrões europeus da época. Essa visão romântica da natureza tropical e da cultura "exótica" muitas vezes contrastava com a percepção de atraso associada à falta de desenvolvimento econômico e tecnológico, especialmente quando comparado às potências europeias.

Por um lado, os viajantes europeus frequentemente admiravam a exuberância natural do Brasil, descrevendo suas vastas florestas, rios imponentes e praias intocadas com uma mistura de fascínio e admiração. No entanto, essa admiração muitas vezes era acompanhada por uma sensação de superioridade cultural, com os viajantes europeus considerando-se civilizados em contraste com o que percebiam como uma sociedade menos avançada.

Essas percepções eram frequentemente reforçadas pela observação dos costumes e modos de vida dos brasileiros, que muitas vezes divergiam das normas europeias. Os hábitos alimentares, vestimentas e rituais religiosos dos brasileiros eram frequentemente interpretados pelos viajantes europeus através de uma lente de estranhamento cultural, reforçando a ideia de diferença e, por vezes, de inferioridade.

Todavia, é importante reconhecer que as percepções dos viajantes europeus sobre o Brasil no século XIX eram profundamente influenciadas por sua própria posição social, política e cultural. Muitos desses viajantes eram agentes do imperialismo europeu, cujos relatos frequentemente serviam para justificar a dominação colonial e a exploração econômica das terras "descobertas". Assim, suas narrativas sobre o Brasil muitas vezes refletiam não apenas suas observações objetivas, mas também seus próprios interesses e preconceitos.

2. O NATURALISMO COMO ELEMENTO DE ANÁLISE DA PAISAGEM E DAS PESSOAS NO BRASIL DO SÉCULO XIX

2.1 O Naturalismo como corrente científica

A literatura de viagem do século XIX se cerca de dupla função: estética e instrumental. Esta, por sua vez, se mostra comprometida com os grandes projetos ideológicos de seu tempo, em especial a construção de identidades nacionais e o avanço da ciência como força civilizatória. Sobre este aspecto, Daflon (2013, p. 421) afirma “que a literatura teria uma função pedagógica e, conseqüentemente, política, a ponto de submeter-se a construção literária à premência de comunicar conhecimento científico ao público leitor” e que “a condição de literato se cerca de propósitos associados ao nacionalismo e à modernização”.

As influências do naturalismo na escrita de viajantes e naturalistas do século XIX, são expressões de um movimento mais amplo que transformou as representações do mundo natural e humano. O comportamento humano e as estruturas sociais passaram a ser explicados com base em uma visão científica que foi fortemente influenciada pela biologia, pelo determinismo e pelos avanços nas Ciências Naturais. Enfatiza a influência do meio, da hereditariedade e das condições ambientais sobre os indivíduos, moldando as narrativas de viagem com uma pretensa visão objetiva e descritiva da realidade e das ações dos homens.

A paisagem que os viajantes se referem é uma paisagem habitada por muitas coisas inclusive por seres humanos, os quais também foram muito olhados. Porém, por mais importante que essas questões sejam, e reconhecendo que elas estão também completamente atravessadas por discursos científicos que encerram debates, representações e disputas importantíssimas sobre a “natureza humana” e aqui me refiro as paisagens que encontramos nesses relatos sobre índios, negros, as mulheres os habitantes locais (AMARAL, 2003, p. 60).

A paisagem descrita pelos viajantes não é apenas um recorte do mundo natural, mas um espaço carregado de sentidos, povoado por elementos culturais, sociais e simbólicos. Os relatos de viagem operam uma seleção do que deve ser visto, nomeado e descrito, e essa escolha nunca é neutra. O olhar do viajante, muitas vezes proveniente ou vinculado às elites intelectuais, produz sentidos sobre o território e seus habitantes, organizando-os dentro de uma lógica que pode variar entre a curiosidade científica, o exotismo, a inferiorização ou a idealização.

Almeida (2013) ressalta que a moralidade desempenhou um papel crucial tanto na produção quanto na crítica da literatura naturalista. Nesse contexto, a natureza emerge como um elemento central do gênero, atuando não apenas como uma metáfora, como também como um tema persistente. O autor argumenta que as avaliações sobre o naturalismo, por parte de defensores e críticos, se fundamentam em concepções divergentes da natureza. Enquanto alguns defendiam uma visão de uma "bela natureza", caracterizada por um ideal de beleza e moralidade, outros, representados pelos próprios autores naturalistas, optaram por retratá-la em sua plenitude, incluindo suas facetas mais brutais e cruéis.

A visão dos naturalistas, especialmente no contexto das expedições científicas do século XIX, estava fortemente ligada à crença de que a observação direta da realidade, mesmo nas suas facetas mais duras e violentas, era essencial para a compreensão profunda dos problemas sociais e naturais. A natureza e a sociedade poderiam ser examinadas de forma objetiva, como realidades passíveis de estudo científico.

Ao descreverem as violências do mundo natural ou as desigualdades e opressões nas sociedades que estudavam, os naturalistas acreditavam que essa exposição franca era o primeiro passo para a mudança. O conhecimento, portanto, era visto como um meio de cura, seja no sentido de mitigar os impactos da exploração colonial e das injustiças sociais, ou de harmonizar as relações entre o ser humano e o ambiente natural. A ciência e a racionalidade poderiam oferecer soluções aos males da sociedade e foi um dos pilares da visão positivista, amplamente difundida no século XIX, que influenciou tanto o pensamento científico quanto político da época.

Sob outro ponto de vista, a visão romântica enxergava a natureza de maneira idealizada, como algo intrinsecamente positivo e capaz de promover o desenvolvimento ético e espiritual do ser humano. Para estes, quando observada através de uma lente romantizada, teria o potencial de inspirar uma elevação moral, funcionando como um modelo de pureza e equilíbrio a ser seguido. O contato com a natureza poderia melhorar a sociedade, não através da exposição de sua brutalidade, mas pela inspiração de virtudes.

Podemos afirmar que autores naturalistas defendiam que o comportamento humano é condicionado por uma combinação de forças externas e internas, como a hereditariedade, o meio social e as circunstâncias econômicas. Dessa forma, o naturalismo explicava o indivíduo não como um agente autônomo movido por

emoções e escolhas pessoais, mas como um produto de fatores biológicos e sociais que impactam seu destino e suas ações.

No cerne do naturalismo científico encontramos uma visão determinista sobre o ser humano. A ciência, nesse sentido, passou a ocupar um lugar central ao fornecer as ferramentas metodológicas e conceituais para investigar essas influências de maneira sistemática e objetiva.

A tendência naturalista se expressou por meio de descrições meticulosas da natureza, ao lado de uma observação rigorosa dos costumes e comportamentos humanos em diversas culturas e geografias ao redor do planeta. Historicamente, essa visão se articula a um movimento mais amplo do século XIX, em que a curiosidade científica e a exploração das terras desconhecidas coexistiam com o desejo de entender a diversidade cultural existente nelas.

O relato construído sobre a natureza pelos cientistas naturalistas não se limitava unicamente à transmissão da grandiosidade e diversidade do mundo: refletia um esforço consciente de sistematizar e classificar o desconhecido. Esse empreendimento estava profundamente alinhado à valorização crescente do empirismo científico, que visava organizar o conhecimento através da observação rigorosa e da catalogação dos fenômenos naturais. Ao proceder dessa maneira, os naturalistas não apenas ampliaram o entendimento sobre o mundo, mas também consolidaram uma abordagem metodológica que priorizava a objetividade e a busca por leis universais que pudessem explicar a complexidade natural.

É importante observar as bases multidisciplinares do processo de apropriação da natureza. Vitte (2011) pondera que a geografia tropical surge como uma disciplina fortemente vinculada ao imperialismo, que usou as condições naturais adversas dos trópicos (clima, doenças) como justificativa para a exploração e colonização dessas regiões. Ao basear-se nos estudos de Pierre Gourou, afirmou que este autor formalizou essa visão, influenciando tanto a academia quanto às políticas coloniais francesas, ao destacar os desafios que o mundo tropical apresentava para a civilização ocidental. O mundo tropical era caracterizado pela indolência e pelo atraso, sendo inferior ao mundo temperado. A partir de uma perspectiva eurocêntrica, associaram o clima tropical a uma incapacidade de desenvolvimento humano, reforçando discursos de superioridade racial e civilizatória.

Sob esse prisma, emerge o determinismo geográfico: uma teoria que postulava que o ambiente físico, incluindo o clima, determinava o desenvolvimento das

sociedades. Para os intelectuais europeus dessa época, as regiões de clima temperado, particularmente a Europa Ocidental, eram vistas como naturalmente propensas ao progresso e à civilização, enquanto os trópicos eram descritos como regiões hostis ao avanço social e intelectual. Esse pensamento é visto fortemente nas narrativas de viajantes que visitaram o Nordeste e o Ceará no contexto do século XIX.

Essa construção de inferioridade racial estava intimamente ligada à ideia de que o clima tropical gerava condições que inibiam o desenvolvimento cognitivo e moral. Desse modo, povos africanos, americanos e asiáticos que viviam nessas regiões eram vistos como preguiçosos, indisciplinados e incapazes de progresso autônomo. O racismo científico e o determinismo ambiental se entrelaçaram, fornecendo justificativas teóricas para a dominação e exploração coloniais.

A compreensão do racismo científico enquanto prática discursiva estruturante da modernidade ocidental permite-nos analisar as formas pelas quais a diferença foi convertida em desigualdade e a diversidade cultural e biológica transformada em hierarquias naturalizadas.

Silveira (1999), pensa o racismo não como desvio ou erro científico, mas como um discurso historicamente situado, funcional e ideologicamente engajado com os projetos coloniais e políticos do Ocidente.

No século XVIII, o racismo se manifestava sobretudo como um conjunto de crenças etnocêntricas, baseadas na ideia de que o europeu era naturalmente superior aos demais povos, usando argumentos sobretudo religiosos, filosóficos e estéticos. A ciência ainda não havia organizado essas crenças em um sistema coerente e generalizado, o que só ocorreria na segunda metade do século XIX.

O racismo científico se constituiu, ao longo do século XIX, como um regime de verdade, sustentado pela autoridade institucional da ciência, em um momento em que o saber científico ganhava força como base legitimadora do poder estatal, do discurso educativo e da ordem social. (idem, p.100).

A retórica da neutralidade e da objetividade científica serviu de suporte à formulação de uma gramática racializante do mundo, na qual a raça branca europeia foi representada como ápice da civilização, da moralidade e da inteligência, enquanto os demais povos — indígenas, africanos, asiáticos, latino-americanos — eram posicionados como inferiores, degenerados, infantis ou primitivos. A gênese desse discurso se dá na transição do etnocentrismo tradicional, de base religiosa e cultural, para um racismo sistemático e "cientificamente" formulado.

O enfoque nos costumes e comportamentos humanos recorria à aplicação dos métodos observacionais, característicos das Ciências Naturais, na investigação da complexidade social e cultural de diferentes povos. Os naturalistas pretensamente tratavam as sociedades humanas com o mesmo rigor analítico dedicado ao estudo da natureza, buscando identificar padrões, relações de causa e efeito, e fatores determinantes que moldavam as dinâmicas sociais e culturais. Dessa forma, a observação sistemática se tornava uma ferramenta essencial para compreender a diversidade humana à luz das mesmas premissas científicas utilizadas na exploração do mundo natural.

O século XIX foi notadamente marcado pelo avanço das ciências naturais, particularmente pela teoria da evolução de Charles Darwin, publicada em *A Origem das Espécies* (1859). As ideias do naturalista britânico exerceram considerável influência na maneira como os escritores viam o mundo. O naturalismo literário buscou aplicar princípios científicos ao estudo do comportamento humano, enfatizando o determinismo biológico e social.

Fernández (2009), revela-nos como as viagens científicas do século XIX, dentro do contexto imperialista europeu, incluindo a de Charles Darwin no HMS Beagle, estão profundamente enraizadas nos processos de exploração, colonização e dominação cultural do período. Sua viagem ocorreu em um momento de grande expansão imperialista da Europa, quando países como a Grã-Bretanha buscavam expandir seu território e controle sobre outras partes do mundo. Essas expedições científicas muitas vezes estavam alinhadas com os interesses econômicos e políticos do imperialismo. Carmona Fernández não explora diretamente essa relação, não obstante a análise da obra de Darwin no contexto imperial revela que a ciência e o conhecimento que surgiram dessas viagens estavam frequentemente a serviço da exploração colonial.

Outro ponto ressaltado por Fernández é a relação entre o domínio sobre a natureza e o domínio sobre povos colonizados. As descrições de Darwin sobre a natureza abundante e diversificada que encontrou em suas viagens podem ser lidas como um esforço europeu para catalogar, entender e controlar o mundo natural. Essa atitude estava intimamente ligada ao projeto imperialista, no qual a exploração científica justificava a ocupação e o controle territorial. O autor sublinha a capacidade de Darwin em narrar essas observações de maneira rigorosa e ao mesmo tempo acessível, contudo não questiona diretamente o fato de que essas descrições se inserem em um processo maior de apropriação colonial da natureza.

A literatura de viagem do período absorveu elementos fundamentais das correntes filosóficas e conceituais vigentes, particularmente no contexto europeu e colonial. Viajantes, exploradores e cientistas eram guiados por uma curiosidade científica que se entrelaçam com o impulso de documentar e classificar o mundo em suas múltiplas dimensões — desde suas espécies até suas culturas e paisagens. Nesse cenário, a viagem transcende o ideal de uma simples aventura romântica, adquirindo contornos de uma investigação empírica.

Viajar passou a ser concebido como uma prática de observação sistemática, onde a coleta de informações e o registro detalhado das experiências serviam ao propósito de expandir o conhecimento sobre a natureza e as sociedades encontradas. Esse processo, inserido no contexto do racionalismo iluminista, objetivava não apenas um desejo de compreensão científica, mas também se alinhava aos interesses das potências coloniais. A viagem era, portanto, uma ferramenta de poder, instrumentalizada para o conhecimento e criação de mecanismos de controle, visando a dominação dos territórios e povos, integrando-se ao projeto imperialista do capitalismo com alcance cada vez mais ramificado.

A literatura de viagem foi utilizada como uma ferramenta de legitimação do colonialismo. Os viajantes do século XIX, especialmente aqueles que escreveram sobre as colônias europeias ou nações pós-processos de independência, frequentemente adotavam um olhar naturalista como método para descrever as populações nativas.

No início da colonização (séculos XVI e XVII), cronistas europeus descreveram o Novo Mundo com uma mistura de fascinação e superioridade. Esse olhar, ao tratar as sociedades nativas como parte da "paisagem exótica", desconsiderava os impactos devastadores da dominação europeia. Ao ignorar ou subestimar as dinâmicas de exploração, resistência e adaptação dessas populações, os relatos dos viajantes contribuem para uma visão eurocêntrica que naturalizava a desigualdade e a hierarquia racial. Assim, ainda que o naturalismo proporcionasse uma tentativa de sistematizar o conhecimento sobre o outro, ele frequentemente colabora com as estruturas de poder e de dominação colonial presentes no século XIX.

Segundo Coello (2006), a representação da natureza americana foi utilizada para legitimar as práticas coloniais. Ao tecer descrições sobre a natureza e os indígenas como selvagens ou "bárbaros", os colonizadores construíram um discurso de inferioridade dos povos do Novo Mundo, o que serviu para justificar a missão

civilizatória e a exploração econômica da região. Para os naturalistas, a observação e a categorização da natureza e da sociedade eram formas de trazer à luz a "verdade" sobre o Novo Mundo. Dessa forma, o naturalismo teve concretamente uma função ideológica, permitindo que a exploração colonial fosse vista como parte de um processo de domesticação da natureza e das sociedades indígenas.

Percebe-se que essa perspectiva era permeada pela crença no determinismo racial e na suposta hierarquia entre as culturas humanas, noções que eram respaldadas pelas teorias científicas vigentes. Nas narrativas de viagem, a categorização de povos, assim como da fauna, flora e geografia, evidenciava o esforço de impor um rigor científico ao que era considerado desconhecido. Esse ângulo de visão, além de reforçar estereótipos e preconceitos, refletia uma tentativa de organizar o mundo segundo parâmetros eurocêntricos, integrando o discurso científico à lógica de controle e exploração colonial.

Said (1996, p.19), em sua clássica obra *Orientalismo*, promove uma discussão sobre a construção de uma estratégia discursiva através da qual o Ocidente construiu uma imagem distorcida e simplificadora das culturas não-europeias e em especial as orientais, inserindo-as em uma estrutura hierárquica que as posicionava como inferiores e essencialmente diferentes da sua própria civilização. Essa construção não foi apenas cultural, mas também política, funcionando como uma justificativa ideológica para a dominação imperial.

O Ocidente não apenas reafirmava sua própria identidade como racional, civilizado e superior, mas também legitimava a intervenção e o controle colonial sobre essas regiões. Dessa forma, o orientalismo, mais do que uma simples representação cultural, servia como um dispositivo de poder, em que o conhecimento sobre o "Outro" se articula com a lógica imperialista de exploração e subjugação. A Europa e suas experiências históricas, culturais e científicas foram colocadas no centro de toda análise, ignorando ou desvalorizando as contribuições, complexidades e especificidades das sociedades não-europeias, reduzindo-as a meros "outros" em relação à norma ocidental.

As Ciências Naturais ofereceram métodos de análise de paisagens e povos não-europeus. Autores como Humboldt, Agassiz e outros que viajaram pela América do Sul, por exemplo, fizeram descrições detalhadas das paisagens naturais, flora, fauna e, ao mesmo tempo, apresentaram os habitantes indígenas como parte de um cenário natural a ser investigado. A postura científica da observação empírica se

misturava a uma perspectiva colonialista, que tratava essas populações como "exóticas", "primitivas" e subordinadas a uma visão eurocêntrica do progresso e da civilização.

O naturalismo impactou profundamente a maneira como as paisagens eram retratadas na literatura de viagem. O estilo se distinguia pela precisão detalhista ao descrever a fauna, a flora e a topografia, refletindo uma valorização da objetividade e da exatidão na representação da natureza. Buscava-se capturar o mundo natural de forma minuciosa e científica, integrando a observação rigorosa ao relato literário, ao mesmo tempo em que reforçava a importância do olhar analítico e metódico sobre o ambiente explorado.

Diferente do romantismo, que muitas vezes idealizava a natureza como um refúgio espiritual ou uma força sublime, os autores naturalistas descreviam-na de maneira crua e factual, relacionando-a ao campo de possibilidades econômicas que poderia oferecer. Essas descrições detalhadas buscavam revelar as leis que regiam tanto o mundo natural quanto o humano, aproximando a literatura de viagem de um documento científico.

Ao assumir uma perspectiva determinista e materialista, o naturalismo se consolidou em um cenário de expansão capitalista e imperialista, encontrando ali um terreno propício para o desenvolvimento de suas ideias. A confiança na observação objetiva e na explicação das condições humanas e naturais por meio de leis científicas, como o darwinismo social, ofereceu ao colonialismo europeu uma base ideológica robusta.

Domingues (2009) destaca que no século XIX o conhecimento da natureza foi intrinsecamente ligado à exploração econômica. As ciências naturais foram fundamentais para a expansão territorial e econômica do Brasil, legitimando a exploração dos recursos naturais. O conhecimento científico, especialmente adquirido por meio das expedições naturalistas, serviu tanto para entender a biodiversidade quanto para justificar a colonização do interior do país. A autora cita Michel Foucault para argumentar que, no século XIX, as ciências naturais e a ideologia política estavam interligadas. A classificação das espécies naturais também se refletia em uma classificação social, onde a noção de civilização, em oposição à barbárie, justificava a subjugação dos povos indígenas e a transformação deles em objetos de estudo científico.

As colônias, abundantes em recursos naturais e habitadas por povos considerados "primitivos" pela ótica eurocêntrica, passaram a ser representadas não apenas como territórios de exploração econômica, mas também como objetos de investigação científica. Essa combinação entre ciência e economia fortaleceu a lógica imperialista, transformando os espaços coloniais em laboratórios para a aplicação de teorias deterministas e justificando, sob o manto do progresso e da "civilização", a dominação sobre esses territórios e populações.

A literatura de viagem, por meio de uma abordagem naturalista, não apenas descrevia o "outro" (as populações indígenas e as paisagens desconhecidas) como objeto de estudo, mas também ajudava a consolidar uma visão de mundo que naturaliza a hierarquia racial e o domínio europeu. A sua objetificação nas descrições de viajantes-naturalistas revelava o olhar colonizador que via os nativos não como sujeitos de sua própria história e cultura, mas como "espécimes" a serem analisadas, catalogadas e compreendidas dentro de um paradigma científico eurocêntrico.

Essa forma de narrativa contribuiu para a ideologia colonial, conforme vimos no primeiro capítulo, ao retratar os povos colonizados como parte de um cenário natural a ser controlado e explorado. A mesma lógica que classificava espécies de plantas e animais em hierarquias ecológicas era aplicada aos seres humanos, justificando a exploração dos recursos naturais e das populações nativas em nome do progresso científico e econômico.

A expansão do capitalismo global no século XIX foi impulsionada pela necessidade de matérias-primas, mercados e novas fontes de trabalho. O imperialismo europeu envolveu a transformação da natureza e das sociedades colonizadas em mercadorias e força de trabalho.

2.2. Lineu e sua influência nas práticas imperiais

Carl Lineu, amplamente considerado um dos naturalistas mais influentes da história, desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento da taxonomia moderna e na organização sistemática do estudo da história natural. Sua contribuição mais significativa reside na criação do sistema binomial de nomenclatura, um método inovador que estabeleceu padrões para a classificação dos seres vivos.

Ao atribuir a cada espécie um nome composto por dois termos em latim — o gênero e a espécie — Lineu não apenas trouxe ordem à identificação das espécies,

mas também proporcionou uma base sólida para o avanço da biologia. Esse sistema permitiu que os organismos fossem catalogados de forma consistente, facilitando a comunicação científica e o progresso no entendimento das relações entre os diferentes seres vivos. Sua abordagem sistemática permanece central no estudo da biodiversidade, refletindo sua importância duradoura na biologia e nas ciências naturais.

Em sua obra *Systema Naturae* (1735) estabeleceu uma hierarquia taxonômica em diferentes níveis: reino, classe, ordem, gênero e espécie. Essa estrutura não só organiza as plantas e animais, mas também sugeria uma relação evolutiva entre os organismos, algo que mais tarde foi desenvolvido pelas teorias de Charles Darwin.

O método de Lineu contribuiu, no âmbito do imperialismo no século XIX, com seu sistema de classificação da natureza, para apoiar os projetos expansionistas e colonialistas das potências europeias no século XVIII e XIX. Reforçava-se, por sua vez, as políticas de aculturação e exploração dos recursos naturais e humanos, baseadas na premissa de que os europeus tinham o direito de dominar e "civilizar" as regiões coloniais.

Percebemos ainda a influência do pensamento cartesiano e da Revolução Científica, que promoviam uma separação entre o ser humano e o mundo natural, posicionando o primeiro como sujeito observador e o segundo como objeto a ser manipulado. A redução da natureza a um conjunto de "objetos" permitiu que os recursos naturais fossem tratados de maneira utilitarista. Em vez de ser uma entidade com valor intrínseco, o ambiente natural passou a ser visto sob uma lente instrumental, onde sua função era principalmente fornecer recursos para a exploração e o progresso humano.

A taxonomia lineana contribuiu para que as potências europeias mapeassem e categorizassem os recursos naturais das terras conquistadas de forma sistemática, transformando a natureza exótica em algo conhecido, classificável e, mais importante, controlável.

Embora Lineu não tenha desenvolvido teorias explícitas sobre a supremacia racial, sua classificação dos seres vivos foi, de certa forma, utilizada para legitimar a ideia de hierarquias naturais que, mais tarde, influenciaram as justificativas pseudocientíficas do racismo. Sua classificação das "variedades" humanas, apresentada na décima edição do *Systema Naturae*, categoriza diferentes grupos

humanos com base em características físicas e comportamentais, sendo influenciada por estereótipos culturais e eurocêntricos.

Munanga (2004, p. 01) aponta que uso inicial de "raça" nas ciências naturais revela como conceitos que foram inicialmente desenvolvidos em contextos biológicos foram, posteriormente, transpostos para outras áreas, como a antropologia e a sociologia, onde passaram a ser usados de forma controversa para classificar grupos humanos sob a perspectiva do darwinismo social.

Muito embora o sistema de Lineu tenha sido uma tentativa de sistematizar e descrever a diversidade humana com base em critérios observáveis, muitos de seus critérios estavam ligados a preconceitos eurocêntricos da época. Ele atribuía características comportamentais e morais a diferentes grupos humanos, associando raça e cultura a aspectos físicos, o que deu origem a ideias racistas que persistiram no discurso científico por séculos.

Lineu aplicou o método científico para categorizar os seres humanos dentro da ordem natural, abordando-os como parte integrante do reino animal. No entanto, suas taxonomias não foram isentas de influências culturais: as descrições de diferentes grupos humanos que ele produziu carregavam, de forma implícita, estereótipos raciais e concepções eurocêntricas da época. Essas classificações, longe de serem neutras, abriram caminho para a formulação do chamado racismo científico, um discurso pseudocientífico que forneceu base para a legitimação de hierarquias sociais e a manutenção de sistemas coloniais, reforçando ideias de superioridade racial e desigualdade entre povos.

Na literatura de viagem, isso se refletia nas descrições detalhadas das potencialidades econômicas dos territórios colonizados. As narrativas de exploradores e cientistas frequentemente destacavam os recursos naturais, como minerais, madeira e terras aráveis, que poderiam ser aproveitados pelas potências europeias. Além disso, a própria natureza passou a ser vista como uma mercadoria a ser controlada e administrada de acordo com os interesses do capitalismo global.

Fetz (2011, p. 44) afirma que nos séculos XVIII e XIX, a ciência passou a se articular com diferentes práticas sociais, desempenhando um papel multifacetado ao reunir em torno de si diversas funções. Não se limitando ao campo do saber técnico, ela se entrelaçou com esferas como a literatura, a arte e a estética, influenciando e sendo influenciada por elas. Essa conexão ampliou seu impacto cultural e social,

permitindo que a ciência se tornasse um recurso estratégico para os Estados nacionais.

Ao produzir um discurso que se pretendia objetivo e universal - aparentemente independente da subjetividade humana, embora formulado por ela, a ciência ofereceu uma justificativa racional para legitimar as ações e políticas desses Estados, fortalecendo sua autoridade e poder. Assim, ela não apenas avançou no domínio do conhecimento, mas também desempenhou um papel central na construção de narrativas de controle e modernização.

A pesquisa científica, especialmente a biologia e a geografia, desempenhou um papel central na expansão capitalista do século XIX. Esta era muitas vezes financiada por governos e empresas privadas e visava mapear e classificar o mundo natural em benefício das metrópoles europeias. A literatura de viagem naturalista, nesse sentido, fornece não apenas descrições estéticas, mas também dados valiosos sobre a viabilidade econômica e a administração colonial.

A partir do momento em que o mundo natural era descrito e categorizado em termos científicos, ele podia ser administrado como parte de uma economia global em expansão. A extração de recursos, a agricultura em grande escala e o comércio internacional dependiam de um conhecimento detalhado dos territórios coloniais, que, por sua vez, era fornecido por meio da ciência naturalista e das narrativas de viagem.

2.3 Naturalismo na Literatura de Viagem no Brasil

A literatura naturalista, ao se propor a dissecar os impulsos e condicionantes que regem a vida humana, adota uma postura quase científica em sua abordagem. O naturalismo rompe com a idealização romântica e se aproxima de uma análise crua e detalhista das forças que moldam o indivíduo, como os instintos primitivos, as pressões sociais e as condições materiais de existência.

Castello (1953) pondera que Sílvio Romero e Tobias Barreto tiveram grande relevância na divulgação de novas correntes de pensamento científico e filosófico no Brasil, destacando a influência do evolucionismo, positivismo e sociologia na recepção do realismo e naturalismo literários. Ambos, contribuíram notadamente na formação do pensamento crítico e cultural do período, sendo mediadores de teorias europeias — como a evolução darwiniana e o método sociológico de Hippolyte Taine — em um contexto brasileiro ainda em transição para a modernidade intelectual.

Essa incorporação de novas ideias não se limitou a um transplante direto, contudo configurou um ambiente favorável ao desenvolvimento de uma literatura mais crítica e realista. Romero, por exemplo, não apenas introduziu esses conceitos como ferramentas de análise social, mas também defendeu a necessidade de uma poesia científica, alinhada ao progresso científico e ao espírito de objetividade da época. Isso reflete a influência do positivismo, que promovia uma visão racional e empírica do mundo.

Por outro lado, ainda segundo sua análise, Romero não difundiu especificamente as teorias estéticas do realismo ou naturalismo em sua essência, mas sim os fundamentos científicos e sociais que prepararam o terreno para a aceitação dessas escolas. Assim, o naturalismo no Brasil, especialmente nas obras de autores como Aluísio Azevedo, foi mais do que uma imitação do modelo europeu. Ele foi adaptado às peculiaridades da sociedade brasileira, explorando questões como desigualdade social, racismo e condições ambientais, temas frequentemente ausentes das literaturas europeias.

Ao assemelhar-se a um estudo clínico da alma humana, o ser é entendido como resultado de suas circunstâncias. A palavra "dissecar" é particularmente apropriada, pois sugere um método rigoroso, quase cirúrgico, que desmistifica e expõe as motivações ocultas, frequentemente de caráter animal ou irracional, que orientam o comportamento humano. Essa exploração minuciosa inclui não apenas os aspectos biológicos e fisiológicos, mas também os fatores psicológicos e sociais, em uma tentativa de traçar um retrato abrangente e impessoal da condição humana.

O naturalismo, com sua ênfase na observação científica e no determinismo, exerceu um papel significativo na maneira como os viajantes estrangeiros (e, eventualmente, brasileiros) descreviam a paisagem, a fauna, a flora e as populações locais. Essas descrições naturalistas ajudaram a consolidar uma visão de Brasil como um território a ser explorado e catalogado, refletindo tanto as tendências científicas da época quanto os interesses coloniais e capitalistas.

Souza (2019, p. 252-253) destaca o papel central das viagens naturalistas no processo de institucionalização das ciências no Brasil, particularmente no século XIX, quando a ciência começou a se estruturar como parte integrante do projeto de construção da nação. A menção ao colaboracionismo entre cientistas estrangeiros, especialmente europeus, revela como o Brasil se inseriu no cenário científico internacional, adotando práticas e modelos de investigação científica, especialmente

os franceses e alemães, que eram referências de excelência na época. Esse intercâmbio de conhecimento contribuiu diretamente para o desenvolvimento das ciências no país, influenciando a forma como o Brasil construiu suas instituições científicas.

Além disso, o apoio do governo imperial e o financiamento de expedições científicas foram cruciais para a exploração e compreensão do vasto território brasileiro. As comissões responsáveis por investigar e mapear o território desempenharam um papel essencial não apenas na ampliação do conhecimento científico sobre o Brasil, mas também na definição e consolidação de suas fronteiras, tanto entre os estados internos quanto em relação às nações vizinhas. Essas expedições naturalistas, portanto, tiveram um impacto duplo: fortaleceram a ciência como uma instituição emergente no Brasil e contribuíram para a construção da identidade territorial e política do país. A ciência, política e território estavam profundamente interligados, com a produção de conhecimento sendo utilizada não apenas para fins científicos e também como uma ferramenta de poder e controle sobre o espaço e a soberania nacional.

Sobre isso, Santos (2011) oferece-nos uma análise detalhada sobre a primeira expedição científica no Brasil, que visava explorar e catalogar a região do Ceará. O estudo investiga as experiências dos cientistas envolvidos na Comissão e as tensões entre o centro do Império e as províncias brasileiras. Contextualiza a Comissão como parte de um esforço maior do Império para consolidar o controle sobre o território nacional, especialmente as áreas mais distantes da Corte, como o norte do Brasil. A escolha do Ceará como ponto de partida para a Comissão, segundo a dissertação, estava ligada não só ao interesse científico, mas também a um projeto político de centralização, que visava integrar as províncias ao projeto de nação idealizado pelo monarca D. Pedro II. Este objetivo incluía o mapeamento de riquezas minerais e a tentativa de transformar o conhecimento científico em uma ferramenta para o progresso e desenvolvimento.

Já em âmbito nacional, durante o século XIX, o Brasil foi um destino frequente para naturalistas e cientistas europeus que viam o país como um vasto laboratório natural. Exploradores como Alexander von Humboldt, Carl Friedrich Philipp von Martius e Johann Baptist von Spix realizaram expedições científicas, com o objetivo de estudar sua biodiversidade. As obras desses viajantes, influenciadas pelo naturalismo, caracterizavam-se por descrições minuciosas da geografia, fauna e flora

brasileiras, além de observações detalhadas sobre os povos indígenas e a população mestiça.

Bailão (2016) aponta que os naturalistas frequentemente recorriam a termos românticos e científicos para descrever as paisagens, mostrando a coexistência de um discurso iluminista e romântico. A produção de mapas e gravuras, embora baseados em observações diretas, também eram estilizados para atender às expectativas científicas e artísticas da época. Ele menciona, por exemplo, o *Atlas zur Reise in Brasilien* de Spix e Martius, onde as paisagens eram retratadas em gravuras que seguiam padrões estéticos europeus, o que influenciava a forma como essas regiões eram imaginadas e descritas.

O país era retratado como um espaço de imensa riqueza natural e diversidade biológica, onde as leis da natureza podiam ser observadas em sua forma mais pura. Identificamos nos registros de naturalistas o oferecimento de um retrato detalhado dos biomas brasileiros, como a Floresta Amazônica, o Pantanal e a Mata Atlântica, exaltando suas características exóticas e suas potencialidades econômicas. Essas descrições objetivas, baseadas em observação empírica, contribuíram para a construção de um imaginário europeu sobre o Brasil como um território virgem, selvagem e à disposição da exploração científica e econômica.

2.4. Paisagem e História

A paisagem não se restringe a uma representação estática e neutra do espaço, como se fosse apenas um pano de fundo físico onde sociedades se desenvolvem e eventos históricos se desenrolam. Pelo contrário, ela se manifesta como um agente dinâmico e constitutivo dos processos históricos e culturais, participando ativamente na construção das narrativas e identidades que moldam o curso da história. Nesse sentido, a paisagem é interativa, visto que influencia decisões humanas, e, simultaneamente, é transformada por essas ações ao longo do tempo. Assim, o espaço natural é construído, incorporando camadas de significados históricos, que vão além de sua configuração material, revelando tensões sociais, mudanças culturais e formas de apropriação do território.

Conforme Silva (1997, p. 297-299), a historiografia tem explorado, ao longo do tempo, múltiplas abordagens e interpretações sobre essa relação complexa. O autor

ressalta que a história da paisagem se estende a períodos muito mais remotos do que se poderia imaginar à primeira vista.

A partir do século XIX, o pensamento alemão, influenciado pelo idealismo e pelo romantismo, procurou estabelecer uma dicotomia entre Natureza e Cultura, considerando a natureza como independente do ser humano. No entanto, essa perspectiva evolui, passando a ser reconhecida como produto de uma extensa atividade humana, refutando a concepção de que as forças naturais são externas ao processo histórico.

Com o surgimento da Escola de Annales, no início do século XX, a análise histórica passou a empreender uma abordagem mais ampla, não se pautando apenas pela perspectiva econômica e política, mas também incorporando em suas abordagens a geografia, a topografia, o clima e outros aspectos do ambiente físico.

O historiador francês Fernand Braudel introduziu a ideia de "longa duração", defendendo a importância de estruturas de longo prazo e processos sociais persistentes na história. Em seu trabalho, "O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Felipe II", explorou as influências do clima, da geografia e da ecologia na formação de padrões históricos duradouros. Ele destacou a importância de fatores geográficos, como a localização de portos e a disponibilidade de recursos naturais, na dinâmica histórica. Não há cidades sem mercado e sem estradas; alimentam-se de movimento. [...] seja qual for a sua localização ou forma, um bazar, um mercado, uma cidade, são o termo de uma multiplicidade de movimentos [...] (BRAUDEL, 1983, p. 351).

Historiadores passaram a interpretar a paisagem não como um cenário inerte ou meramente decorativo, mas como um agente ativo nos processos históricos, capaz de influenciar as dinâmicas sociais e, ao mesmo tempo, ser transformada por elas. Nesse sentido, a paisagem atua de forma dialética: molda o desenvolvimento das sociedades — ao oferecer recursos, impor limites ou sugerir possibilidades de uso e ocupação — e é reconfigurada pelos usos e significados que diferentes grupos atribuem a ela ao longo do tempo. A paisagem, sob este ângulo, participa da produção das narrativas históricas, sendo ao mesmo tempo expressão material de práticas sociais e um meio através do qual se constroem memórias e identidades coletivas.

Gaddis (2003, p. 30) propõe aos historiadores “penetrar na névoa” que representa o passado para extrair detalhes, tanto em âmbito artístico quanto em sua sensibilidade científica. Os relatos de viagem como fonte assumem uma triangulação

entre história, paisagem e literatura, assumindo como um campo fértil para a compreensão histórica em âmbito local.

A história natural, dentro da historiografia, está intrinsecamente ligada não apenas à evolução das ciências naturais, mas também às mudanças culturais e intelectuais que redefiniram a percepção humana sobre o mundo natural. Ela denota o entrelaçamento entre o avanço científico e as transformações no modo como as sociedades compreendem e interagem com a natureza. Assim, o desenvolvimento da história natural não se limita ao progresso técnico, mas envolve uma reconfiguração mais ampla de ideias, valores e representações culturais que influenciam a maneira como o ambiente natural é observado e interpretado ao longo do tempo.

Tradicionalmente, a história natural foi entendida como o estudo sistemático da natureza — envolvendo a catalogação de plantas, animais, minerais e outros elementos do ambiente natural —, mas seu papel na historiografia ultrapassa o simples acúmulo de conhecimento científico. Revela como diferentes sociedades, em diferentes épocas, interagiram com o mundo ao seu redor e como essas interações se entrelaçam com questões políticas, econômicas e culturais.

Kesselring (2000) enfatiza que os relatos de viagem devem ser entendidos como uma interseção entre literatura, história e ciência, e não como registros puramente objetivos. Ele explora a articulação entre história e conhecimento ocidental, analisando como os relatos de naturalistas, durante a expansão europeia, moldaram a visão sobre as terras e povos do "Novo Mundo". Além de observadores, os naturalistas atuaram como agentes culturais, consolidando uma imagem exótica das culturas locais sob uma perspectiva eurocêntrica, reforçando tanto a noção de superioridade cultural quanto a legitimação do domínio territorial e da exploração científica.

A Revolução Científica dos séculos XVI e XVII, marcou uma nova fase para a história natural. Naturalistas como Carl Linnaeus e Georges-Louis Leclerc, Conde de Buffon, buscaram criar sistemas mais precisos de classificação e uma compreensão empírica e racional do mundo natural. Esses desenvolvimentos coincidiam com a ascensão do empirismo na Europa e a história natural tornou-se cada vez mais uma ciência orientada pela observação e experimentação.

A história natural, assim, começou a se dissociar das tradições míticas e teológicas que haviam marcado durante a Idade Média. Historiadores da ciência frequentemente destacam essa mudança como uma transição entre duas formas de

entender o mundo: uma baseada na autoridade e na revelação, e outra que colocava a observação e o método científico no centro.

No século XVIII, com a expansão colonial europeia, a história natural tornou-se profundamente interligada ao projeto imperialista. As grandes expedições científicas, financiadas por potências coloniais, tinham como objetivo explorar, catalogar e controlar o mundo natural das colônias. Nomes como Alexander von Humboldt, que explorou vastas regiões da América Latina, exemplificam esse novo tipo de naturalista-explorador, cujo trabalho não só ampliava o conhecimento sobre ecossistemas desconhecidos, mas também justificava a exploração econômica desses territórios.

Para Olarte y Malagón (2001) a história natural foi utilizada como ferramenta para consolidar o domínio colonial europeu sobre as terras e povos do Novo Mundo. Através da exploração científica, catalogação de recursos naturais e apropriação do conhecimento indígena, a história natural não apenas forneceu legitimidade à conquista, como facilitou a extração e uso desses recursos em benefício dos impérios europeus. A ciência se alinhava aos interesses imperiais, transformando o conhecimento local em bens transferíveis para a metrópole, incluindo plantas medicinais e outros recursos considerados valiosos. A prática científica, assim, não era neutra, mas profundamente imbricada em projetos de exploração e dominação.

Pratt (1999) sugere que a história natural durante esse período foi essencial para transformar a natureza em um recurso econômico, já que essas expedições científicas frequentemente eram patrocinadas por governos ou por sociedades científicas com interesses econômicos explícitos. A ciência natural, nesse sentido, tornou-se uma extensão da economia política imperial, fornecendo o conhecimento necessário para maximizar a exploração das colônias.

2.5. O pesquisador-naturalista: as narrativas sobre as paisagens

O ato de descrever, nomear e classificar está presente nas ações exploratórias de naturalistas. Essas atividades não apenas se relacionam ao conhecimento científico, mas também refletem um processo de apropriação simbólica e epistemológica do espaço, vinculado aos interesses coloniais e imperialistas. A descrição é um ato que visa capturar a aparência, os hábitos e o ambiente dos elementos observados (plantas, animais, paisagens, povos). Esse processo serve

como ponto de partida para o entendimento científico e também para comunicar as descobertas a leitores europeus curiosos sobre o “exótico”. A nomeação, por sua vez, almejava atribuir nomes a espécies e fenômenos naturais e não sendo, por óbvio, um processo neutro. Já a classificação se refere ao ordenamento do mundo natural.

No tocante à presença de viajantes-naturalistas e artistas estrangeiros no Brasil durante o período colonial, Oberacker (1997) destaca que esses exploradores contribuíram para a construção de um imaginário europeu sobre o país ao capturarem tanto as paisagens naturais quanto aspectos culturais e sociais da sociedade brasileira da época.

Procedendo principalmente alemães, holandeses e austríacos, desempenharam, segundo o autor supracitado, um papel essencial na coleta e sistematização de informações sobre a fauna, flora e costumes locais, muitas vezes em nome de projetos científicos e imperiais europeus. Destaca-se a dimensão ambígua desse processo, que, ao mesmo tempo que registrava a diversidade local, promovia uma visão eurocêntrica e justificava o domínio colonial.

Artistas estrangeiros, por sua vez, influenciaram a iconografia da nação, retratando tanto a exuberância da natureza quanto as populações indígenas e africanas, principalmente nas expedições científicas holandesas. O autor pondera ainda sobre como essas representações foram moldadas pelas percepções europeias e acabaram alimentando discursos que marginalizam as culturas locais em favor de um projeto colonial idealizado.

Sussekind (2008), por sua vez, examina o naturalista do século XIX como um agente central na articulação entre ciência, literatura e poder, destacando seu papel além da mera observação e catalogação científica. Em suas análises, ela evidencia que o naturalista não se limitava à investigação empírica da natureza, mas também atuava na produção de uma narrativa cultural e simbólica que contribuía para a legitimação do colonialismo.

Ao descrever e classificar o mundo natural, o naturalista ajudava a construir uma visão eurocêntrica que reforçava o domínio e controle colonial, ao transformar territórios e culturas em objetos de conhecimento e exploração. Essa figura se posicionava como intermediário entre o saber científico e o discurso imperial, evidenciando como ciência e poder se entrelaçam.

Uma viagem, uma descrição de paisagem “brasileira”, outra caminhada, uma figura típica; outra ainda, o desenho detalhado de um grupo. Longas descrições, a certeza de que se pautam num olhar de viajante, e rápidas indicações de itinerário. Mais importante até que o relato da viagem, que a narrativa, parece ser o inventário de paisagens, tipos e quadros locais, aos quais se deve ir classificando à medida que aparecem. E segundo o olhar não de um viajante qualquer, mas de um naturalista (SUSSEKIND 2008, p. 43).

Sobre as percepções de viajantes e naturalistas, estabelece uma diferença de percepção e de formas de registrar “o que vê” ao afirmar que “se ao viajante cabe narrar, fixar tipos e quadros locais, ao naturalista caberia classificar, ordenar, organizar em mapas e coleções o que se encontra pelo caminho” (idem, p. 45).

A expressão “jardim sem Adão”, de Sussekind, é uma crítica à visão fragmentada e exotizante que a ciência e a literatura europeia aplicam ao descrever as paisagens do Novo Mundo, especialmente no Brasil. Essa metáfora sugere um cenário paradisíaco, contudo incompleto e sem protagonismo humano local. Os relatos de viajantes e naturalistas europeus retratavam o Brasil como um “jardim” de grande potencial, desconsiderando ativamente os habitantes locais, tratando-os como parte do cenário e apresentando a paisagem como algo a ser controlado e apropriado.

Nada que se aproxime, tampouco, do jeito de “eterno Adão” de viajantes e escritores locais que, diante de paisagem que creem só na natureza ou costumes e figuras visualizados como pitorescamente naives, intemporais, passam a colecioná-los e descrevê-los. Sem maior reflexão, como tábula rasa a que se colam de imediato etiquetas classificatórias e descrições (SUSSEKIND 2008, p. 268).

O trecho critica a abordagem de viajantes e escritores que veem a paisagem e os costumes como elementos “intemporais”, considerados apenas como “natureza” ou exotismo. A figura do “eterno Adão” indica que esses observadores se comportam como descobridores, ignorando as complexidades culturais e tratando o mundo como uma “tábula rasa” para receber descrições simplistas e rótulos. Essa perspectiva eurocêntrica não apenas idealiza a paisagem pelo seu valor econômico e colonial, mas também reflete uma apropriação simbólica do território, apagando tradições locais. O naturalista, atuando como mediador entre o desconhecido e o público europeu, não só documenta a fauna e flora, mas também promove a domesticação simbólica das terras coloniais, legitimando o domínio e a exploração imperial.

A natureza tropical era vista como um “laboratório” onde podia exercer controle e poder, categorizando e transformando o natural em recursos econômicos e

científicos, além de desumanizar as populações locais ao descrevê-las como primitivas ou exóticas, reforçando a supremacia europeia. A alegoria de Adão, explorada pela autora, representa o europeu que se coloca como o "primeiro homem" a nomear e apropriar-se da natureza, refletindo o mito bíblico de domínio e poder de nomeação sobre o mundo.

2.6. Representações sobre o Ceará pela ótica dos viajantes e naturalistas

No século XIX, o Ceará, foi palco de diversas expedições de viajantes naturalistas que, movidos por interesses científicos, econômicos e até mesmo políticos, anotaram suas impressões sobre a natureza, a cultura e a sociedade da região. Contribuíram para a construção do conhecimento científico sobre o Brasil e contribuíram para a formação de uma imagem do Ceará no imaginário europeu e também nacional. Destacamos alguns naturalistas que visitaram e registraram suas passagens em livros: Georg Wilhelm Freyreiss, Carl Friedrich Philipp von Martius, Johann Baptist von Spix, George Gardner e Emil Goeldi.

Faz-se necessário contextualizar o fato de que a vinda de viajantes naturalistas para o Ceará no século XIX significa um momento significativo para o entrelaçamento dos interesses da ciência, da exploração capitalista e as dinâmicas sociais e culturais do lugar. Empreenderam a documentação e elaboraram uma compreensão sobre características naturais e humanas do Ceará, ao mesmo tempo em que revelaram as complexidades e contradições de suas próprias perspectivas.

Os relatos de viajantes e naturalistas despertaram o interesse europeu pela exótica diversidade do Ceará. Esses textos muitas vezes misturavam observações científicas com impressões pessoais, refletindo tanto a beleza natural quanto às dificuldades enfrentadas pela população local.

Expedições como a do naturalista português João da Silva Feijó, que esteve no Ceará no final do século XVIII e início do XIX, ajudaram a constituir um corpo de conhecimento sobre a flora, a fauna e os recursos naturais da região. Suas descrições, muitas vezes detalhadas e minuciosas, revelam uma abordagem científica típica da época, que visava classificar e ordenar o mundo natural dentro das categorias desenvolvidas pelas ciências europeias. Feijó, por exemplo, ao estudar a fauna e a flora cearense, associava as espécies que encontrava ao sistema linneano

de classificação, contribuindo para a inserção do Brasil nas discussões internacionais sobre história natural.

Silva, Lopes *et al.*, (2003) destacam que os interesses em explorar as potencialidades econômicas do Ceará remontam ao final do século XVIII, período em que o naturalista João da Silva Feijó se destacou por suas contribuições ao desenvolvimento dos estudos de História Natural na região. Além de investigar a fauna e flora locais, dedicou-se à exploração dos recursos minerais, como prata, cobre e ouro. Ademais, realizou observações relevantes de caráter paleontológico, ampliando o conhecimento científico sobre a geologia e a história natural da Capitania do Ceará.

Observa-se que o Ceará, na época, era uma região de interesse tanto por suas paisagens distintas, como a caatinga, quanto pelas dificuldades impostas pela aridez, o que atraía a curiosidade científica sobre os mecanismos de adaptação da flora e fauna locais. A atuação de Feijó na região, logo, se inseriu nesse contexto de desbravamento científico, fazendo parte de um esforço mais amplo de pesquisadores da época para mapear e entender o território brasileiro.

Ao analisarem as paisagens cearenses, os naturalistas frequentemente faziam observações sobre o potencial econômico da região. Os relatos sobre a flora e a fauna incluíam sugestões sobre a utilidade das espécies nativas para a agricultura, a medicina e a indústria europeia, reforçando a lógica extrativista que pautava muitas dessas expedições. Também registraram que fenômenos climáticos como a seca, em especial, foi um dos elementos que mais marcaram as descrições da região, sendo frequentemente associada ao caráter exótico e inóspito do sertão.

A compreensão histórica das sociedades, longe de se resumir à coleta objetiva de dados e eventos, exige uma abordagem crítica sobre as formas pelas quais tais sociedades foram representadas e simbolicamente construídas ao longo do tempo. Nesse sentido, Chartier (1991), propõe uma reflexão metodológica fundamental: como o mundo social é acessado, compreendido e reorganizado a partir de representações que são sempre situadas, disputadas e inscritas em práticas culturais específicas.

Ao aplicar essa perspectiva à análise das representações do Ceará no século XIX, tal como aparecem nos relatos de viajantes, administradores imperiais, naturalistas e missionários, é possível compreender como esse espaço foi figurado

não apenas como uma região geográfica, mas como um objeto de significação política, moral e cultural.

As representações não refletem diretamente a realidade, todavia operam como construções simbólicas que visam ordenar o mundo. No contexto do Império brasileiro, o Ceará oitocentista foi largamente representado como um espaço periférico, marcado por um clima hostil, uma população rústica e práticas culturais vistas como arcaicas.

Relatos de viajantes como Spix e Martius, Debret, entre outros, evidenciam essa tendência: ao descreverem o sertão, os hábitos alimentares, os modos de vestir e as construções urbanas, não o fazem de modo neutro, mas a partir de valores europeus e de uma lógica civilizatória que opunha o “moderno” ao “atrasado”, o “centro” à “margem”. O Ceará, assim, foi representado como um território a ser disciplinado, normatizado e integrado ao projeto nacional, mediante o progresso técnico, a racionalização do trabalho e a homogeneização dos costumes.

Chartier (1991) destaca ainda que as representações estão ligadas a disputas de poder simbólico. Quem representa exerce uma forma de domínio: define o que deve ser visto, compreendido, valorizado ou silenciado. Sob esse prisma, as imagens disseminadas pelas descrições científicas sobre o Ceará oitocentista contribuíram para construir um imaginário que associava o Nordeste ao atraso, à seca, à pobreza moral e à necessidade de intervenção civilizatória. Essas representações cumpriram uma função política: naturalizar desigualdades regionais, justificar políticas centralizadoras e invisibilizar as formas autônomas de vida e de resistência cultural da população local.

Outro ponto essencial levantado ainda pelo historiador diz respeito à materialidade dos textos e aos modos de leitura. Sobre isso, pondera que a existência de contrastes entre as expectativas e os interesses, por vezes profundamente distintos, que diversos grupos de leitores projetam sobre a prática da leitura. As práticas leitoras são, assim, condicionadas por tais determinações, das quais decorrem as múltiplas formas de apropriação dos textos, formas essas que variam conforme os recursos intelectuais disponíveis aos leitores e conforme as distintas relações que estes estabelecem com o escrito (CHARTIER, 1991, p.179).

A circulação de relatos sobre o Ceará não se deu de maneira abstrata; ao contrário, os textos eram lidos, ouvidos e apropriados por leitores diversos, cada qual dotado de repertórios culturais e interesses próprios.

Uma das categorias mais recorrentes dos relatos de viagem sobre o Ceará é a da natureza e paisagem, com descrições que variam entre o exótico e o inóspito. O sertão, em particular, é frequentemente retratado como árido, marcado pela escassez de água e pela recorrência das secas, o que conferia à região um caráter quase mítico de resistência natural. Essa imagem, contudo, é atravessada por estereótipos que associam o meio ambiente à ideia de isolamento e atraso, reforçando uma concepção dicotômica entre civilização e barbárie.

A população local também constitui objeto central dessas representações. Os viajantes lançam sobre os habitantes (indígenas, negros, mestiços e brancos pobres) um olhar ora curioso, ora depreciativo, influenciado por paradigmas raciais e evolucionistas vigentes à época. O tipo sertanejo, por exemplo, é muitas vezes descrito como rústico, resistente e resignado diante das adversidades do clima, mas também como inculto, supersticioso ou moralmente inferior, o que revela os julgamentos de valor implícitos na narrativa.

Quanto aos costumes e práticas cotidianas, destacaram em suas narrativas as observações sobre vestimentas, alimentação, festas populares e manifestações religiosas. Tais elementos culturais são frequentemente interpretados de forma caricatural ou pejorativa, sendo vistos como resquícios de um mundo “primitivo” ou “atrasado”, em contraste com os modelos europeus de sociabilidade e progresso. A religiosidade popular, em especial, é muitas vezes lida como expressão de superstição ou fanatismo.

Outro ponto também observado por viajantes é o interesse pela produção e atividade comercial da região, com destaque para a pecuária, o cultivo de algodão, o extrativismo vegetal. A economia local é, em geral, caracterizada como rudimentar, baseada em práticas pouco sofisticadas e de baixa produtividade, o que reforça a imagem do Ceará como região periférica no contexto do Império. Por outro lado, há menções ao potencial produtivo de certas áreas, sobretudo no litoral, cuja proximidade com os portos facilitava o escoamento de mercadorias.

Não escapam aos seus olhares as representações sobre a infraestrutura urbana e arquitetônica dos lugares visitados. Viajantes registram impressões sobre igrejas, casas, praças, estradas e mercados, quase sempre com críticas à precariedade das construções, à ausência de planejamento urbano e à insalubridade dos ambientes. A comparação com cidades europeias acentua a visão do Ceará como espaço de incompletude ou de “civilização em processo”.

No Ceará do século XIX, a recepção de discursos civilizatórios se deu de forma multifacetada: ao lado da aceitação por elites locais que buscavam inserção no projeto imperial, houve também apropriações críticas, resistências simbólicas e formas alternativas de narrar o espaço vivido — visíveis, por exemplo, nas práticas religiosas populares, nas festas, nas crônicas regionais e na literatura oral.

A noção de representação, nos termos de Chartier, permite ainda pensar a constituição das identidades sociais. O Ceará oitocentista foi representado não apenas em termos espaciais, mas também a partir da construção simbólica de tipos sociais: o sertanejo, o vaqueiro, o cangaceiro, o beato ou o índio “decadente”. Essas imagens, longe de descreverem sujeitos reais em sua complexidade, funcionaram como dispositivos classificatórios — categorias sociais que organizavam a percepção do outro e definiam posições dentro da ordem social e política do Império. As figuras do atraso e da barbárie operaram como signos de inferiorização cultural, a serviço de uma política que excluía amplas camadas da população do exercício pleno da cidadania.

No entanto, o fascínio pela dureza da paisagem não se restringia à sua desolação. As expedições naturalistas também destacaram a biodiversidade do semiárido e as adaptações extraordinárias da fauna e da flora àquelas condições extremas. Esse tipo de descrição alimentou tanto o imaginário científico quanto o literário, inserindo o Ceará no mapa da ciência ocidental como um laboratório natural que, embora desafiador, oferece ricas possibilidades de exploração e estudo.

Ferdinand Denis, um viajante e intelectual francês, foi um dos muitos europeus do século XIX que se dedicaram a descrever o Brasil, incluindo o Ceará, através de uma perspectiva que combinava curiosidade científica, interesse etnográfico e uma perspectiva eurocêntrica.

O autor esteve no Brasil no início do século XIX, período em que o país era ainda pouco conhecido na Europa, e registrou suas impressões em várias obras, dentre as quais destacamos *Le Brésil* (1837). Embora suas descrições sobre o Ceará sejam fragmentadas e não o foco principal de seus relatos, ele fez observações importantes sobre a província, destacando principalmente suas características geográficas, climáticas e econômicas.

Sobre a organização socioeconômica do Ceará, comenta: “assim como em Rio Grande, existem vastas planícies divididas em propriedades cuja extensão é desconhecida e que estão cobertas de gado” (DENIS, 1822, p. 165, tradução nossa).

Observa ainda que a atividade pecuária se notabilizou como importante aspecto de sua economia, sofrendo este grande impacto relativo à seca da última década do século XVIII.

Não escapa de suas observações sobre a paisagem do Ceará, a aridez e as condições climáticas adversas. Apesar disso, ele o descreve como uma terra de dificuldades, mas com potencial para o desenvolvimento econômico. A economia cearense era ainda bastante limitada em termos de diversificação, com poucas atividades além da criação de gado e do cultivo de produtos para subsistência. No entanto, ele nota o potencial econômico da região, observando a presença de alguns recursos naturais valiosos, como o algodão, que começava a ganhar relevância como produto de exportação.

Denis também faz referência à costa do Ceará, que ele vê como uma área promissora para o comércio e a exportação. O porto de Fortaleza, embora ainda incipiente à época, é citado como um ponto de contato importante entre a região e o mercado internacional, especialmente para a exportação de couro e outros produtos derivados da pecuária.

Outro viajante que se aventurou nas terras cearenses foi o reverendo Daniel Parish Kidder, um missionário e explorador norte-americano que produziu uma extensa documentação sobre suas viagens pelo Brasil no século XIX. Em sua obra *"Sketches of Residence and Travels in Brazil"* (1845), Kidder oferece relatos detalhados de diversas regiões brasileiras, incluindo o Ceará.

Assim como Ferdinand Denis, Kidder analisou aspectos geográficos, econômicos, sociais, culturais e climáticos da província, apresentando uma visão crítica que reflete não apenas sua curiosidade intelectual, como também uma abordagem característica de muitos viajantes ocidentais da época. Essa perspectiva, frequentemente influenciada por um olhar estrangeiro e, em muitos casos, eurocêntrico, permeou suas observações, moldando sua interpretação da realidade local e evidenciando as limitações e preconceitos que podem acompanhar as narrativas de viajantes de fora.

As grandes riquezas naturais da região, devem ser alinhadas entre os motivos de seu insignificante desenvolvimento. A ordem imperiosa da necessidade — “trabalho ou morte” — jamais perturba o repouso quotidiano do brasileiro, bocejando ao embalo da rede nas horas de sol a pino. A grande massa do povo vive ao “Deus dará”. Suas necessidades são poucas e

simples: conformam-se, em geral, à produção espontânea da natureza (KIDDER, 1943, p.141).

Essa descrição do viajante Kidder revela uma postura ideológica que vê a aparente passividade dos habitantes como uma fraqueza ou uma barreira ao progresso. A expressão "trabalho ou morte" sugere um contraste entre a "indolência" percebida e o imperativo econômico da necessidade. A noção de "bocejar ao embalo da rede nas horas de sol a pino" e a expressão "ao Deus dará" são formas de reforçar um estereótipo de conformismo e resignação, sugerindo que os habitantes vivem de modo a depender apenas do que a natureza oferece espontaneamente, sem ambição por mudanças ou melhorias. Ignora fatores estruturais e históricos, como a exploração econômica, a concentração de terras e a falta de políticas públicas que impactam o desenvolvimento local. Sobre o cearense, pondera:

Hordas de nativos habitam o Ceará em estado semi-bárbaro; são, no geral, indolentes e corruptos, alimentando-se principalmente de frutos silvestres ou de culturas ligeiras. De vez em quando roubam. Antigamente estavam muito bem organizados e podiam-se mesmo contratar turmas para o trabalho agrícola (KIDDER, 1943, p.141).

Kidder apresenta os nativos como vivendo em um "estado semi-bárbaro," o que reforça a ideia de que, aos olhos do observador, eles estavam distantes de um ideal de civilização. O progresso, então, é subentendido como a adoção de uma ética de trabalho contínuo e organizado, em oposição à "indolência" e à suposta falta de disciplina dos habitantes.

Sobre a geografia do Ceará, o viajante missionário observou o impacto do clima árido, particularmente as secas recorrentes que afetavam o sertão. Ele descreveu o estado como uma terra marcada por extremos: de um lado, a costa e as áreas férteis ao longo dos rios; do outro, o sertão árido, que sofria com períodos prolongados de seca. Ele ficou impressionado com a resiliência da população que habitava o sertão, lidando com a escassez de água e os desafios naturais que dominavam a vida na região.

É difícil dizer-se qual a maior calamidade dessa região, se as inundações ou a seca. Na estação das águas, as chuvas torrenciais e contínuas danificam o algodão em flor, bem como outras plantações e fazem mutável da terra. Por outro lado, já se passaram anos inteiros sem chuva. Nessas ocasiões a vegetação desaparece e tanto o homem como os animais morrem à míngua em grande quantidade. É penoso ouvir-se a descrição dessas calamidades e da fome que acarretam (KIDDER, 1943, p.141-142).

As secas, como se observa no excerto, apresentam-se como um dos principais desafios enfrentados pela província, destacando seu impacto profundo sobre a economia, a agricultura e as condições de vida da população local. Ele observou que os prolongados períodos de estiagem comprometem diretamente a produção agrícola e o sustento das comunidades.

Cunha (2018, p. 99) ressalta que no século XIX havia a ausência de ação governamental para enfrentar a situação, destacando a falta de uma percepção e de um interesse por parte dos governantes locais para intervir em favor da população mais vulnerável. As técnicas agrícolas rudimentares e as sementes de rápido cultivo tornavam os camponeses altamente dependentes das variações climáticas. Em anos de chuvas favoráveis, a colheita era suficiente para sustentar suas famílias, porém não gerava excedentes que possibilitasse a comercialização fora da Província.

Do ponto de vista econômico, o missionário ponderou que a economia do Ceará estava essencialmente fundamentada na pecuária e na agricultura de subsistência. O gado era criado no sertão e que o couro constituía um dos principais itens de exportação da província. Entretanto, Kidder considerava o comércio cearense relativamente limitado em comparação com regiões mais desenvolvidas, como o Rio de Janeiro e Pernambuco. Ele atribuiu essas dificuldades às deficiências de infraestrutura, apontando a precariedade das estradas e portos como um obstáculo significativo ao crescimento comercial da província.

Kidder, embora atento, exibia uma visão crítica e condescendente em relação às condições do Ceará, comparando-o às regiões mais desenvolvidas do Brasil. Suas observações, marcadas por um olhar estrangeiro, viam o Brasil como um país de potencial, mas prejudicado por dificuldades estruturais e falta de progresso, atribuídas ao legado colonial. Sua crítica enfatizava deficiências de infraestrutura e os desafios climáticos, sem reconhecer plenamente as estratégias locais de adaptação dos habitantes do semiárido.

Capítulo 3: A CONSTRUÇÃO DE ARACATI NO SÉCULO XIX: RELATOS DE VIAJANTES

3.1 Contextualização Histórica de Aracati

Aracati, cidade situada no litoral leste do estado do Ceará, possui uma trajetória histórica marcada por intensos processos de transformação econômica, social e cultural ao longo dos últimos três séculos. Fundada em 1747 pelo decreto do rei D. João V de Portugal, seu desenvolvimento inicial está intrinsicamente ligado à localização geográfica privilegiada junto à foz do rio Jaguaribe, o que lhe oferecia comunicação direta com diferentes praças comerciais no interior do Ceará e demais capitanias.

Durante o período colonial, as charqueadas, ou seja, o processo de salgar e secar a carne para sua conservação, desempenharam um papel central no seu desenvolvimento econômico na economia do Ceará, especialmente durante os séculos XVIII e XIX. A abundância de gado e o fácil acesso ao rio Jaguaribe foram fatores que permitiram com que ela se tornasse um importante polo de produção e comercialização de charque, abastecendo tanto o mercado interno brasileiro quanto o mercado externo. Tal prática econômica não apenas favoreceu o crescimento da cidade - o que pode ser atestado pela opulência de seus casarios coloniais - como também moldou a estrutura social e cultural local, consolidando uma elite econômica baseada na pecuária e no comércio.

No século XVIII, a sua economia prosperou notavelmente com o comércio de gado, de couro e carne-seca, que abasteciam regiões vizinhas e eram exportados para a Europa e o mercado interno. Fazendeiros e comerciantes acumularam considerável poder e influência, o que permitiu o financiamento de edificações opulentas para os padrões locais e a formação de uma cultura urbana que distinguia Aracati das vilas rurais da região.

Para Girão (1985, p.137) conceitua que o Aracati era, desde o século XVIII, um importante entreposto comercial da Província do Ceará graças ao seu porto fluvial. Além de grande exportador de carne de charque, atuava como um importante ponto de contato entre o interior dos sertões e um mundo que, aos poucos, tornava-se global. Afirma ainda que a vila possuía um pujante intercâmbio comercial com a Província de Pernambuco. Seu porto favorecia o escoamento da produção interiorana.

O outrora “pulmão da economia cearense” no século XVIII viu, com a crise da economia da carne de charque, um processo de estagnação econômica. O século XIX, por sua vez, trouxe novas dinâmicas para a urbe, apresentando-a à um cenário de transformação e adaptação. O estímulo à produção de algodão, sobretudo na segunda metade do século supracitado, por força da Guerra de Secessão nos EUA,

provocou um redirecionamento das forças produtivas locais para outros lugares como a capital do Ceará, Fortaleza.

No que se refere à perda progressiva de importância do Aracati em meados do século XIX, Costa (2014, p. 96) destaca o período entre 1845 e 1877 como um momento de prosperidade econômica para o Ceará, impulsionado por fatores climáticos favoráveis e pela valorização do algodão no mercado internacional. Esse cenário permitiu a diversificação das atividades comerciais, incluindo o cultivo de café e a exportação da borracha de maniçoba. Além disso, o excedente de açúcar e produtos de subsistência foi comercializado com outras províncias, favorecendo a sua expansão econômica. Esse dinamismo atraiu novos moradores, ampliou os postos de trabalho e incentivou o crescimento de serviços urbanos, especialmente na capital cearense, que cada vez mais passa a se destacar como um centro político e econômico da Província. Tal fato contribuiu para que a cidade entrasse em estagnação econômica.

No século XIX, diversos viajantes e naturalistas europeus e brasileiros passaram pelo Aracati e realizaram anotações sobre aspectos da sua vida local, da flora e fauna e características de sua cultura, relações sociais e políticas, evidenciando uma paisagem rica e diversa, mas que também revelam as desigualdades e as complexidades sociais da região, incluindo a presença e o papel importante do trabalho escravo na economia local. Tais registros nos oferecem uma imagem do Aracati oitocentista.

A literatura de viagem do século XIX, que abordamos no capítulo 01, serve como uma importante fonte para o entendimento da transformação da sociedade aracatiense. Esses relatos evidenciam como a cidade, mesmo relativamente isolada, participava dos circuitos culturais e científicos da época. A partir das descrições e análises realizadas por esses viajantes, podemos traçar uma imagem detalhada das interações culturais entre a população local e os estrangeiros, bem como das influências europeias sobre a arquitetura e o modo de vida aracatiense.

Viajantes e naturalistas como George Gardner, Henry Koster e Francisco Freire Alemão registraram, em suas anotações, importantes informações sobre a vida econômica e social local, bem como se encontra delineada a cosmovisão que viajantes e naturalistas construíram a partir de seus próprios valores como progresso e atraso, questão que apresentamos na discussão do capítulo 01 e 02.

3.2 Viajantes, naturalistas e suas narrativas sobre Aracati

O interesse científico, econômico ou a simples curiosidade exploratória trouxe ao Aracati, ao longo do século XIX, viajantes e naturalistas que descreveram em suas obras de viagem aspectos captados de suas observações da paisagem natural e interações com o povo local. Desempenharam, de sobremaneira, um papel importante na documentação de aspectos culturais e naturais de Aracati, contribuindo para o conhecimento sobre a cidade e seu papel no contexto nordestino e nacional.

Deve-se destacar que em decorrência da sua posição estratégica, situada próxima à foz do rio Jaguaribe e inserida nas rotas comerciais que conectavam o interior ao litoral, fazia com que essa cidade fosse naturalmente integrada nos itinerários de exploradores e pesquisadores interessados em desvendar o Nordeste brasileiro, suas particularidades naturais, sociais e econômicas.

Os registros de viajantes permitem-nos entender a evolução histórica e cultural de Aracati no século XIX. Eles revelam as características econômicas e sociais da cidade, a diversidade de sua paisagem natural e os contrastes que marcavam a sociedade local. Além disso, destacam como a cidade, ainda que relativamente isolada por estradas e ferrovias, estava inserida nos circuitos de intercâmbio de ideias e práticas da época.

George Gardner, um botânico e explorador escocês, realizou uma expedição pelo Brasil entre 1836 e 1841, com o objetivo de estudar a flora e fauna brasileiras. Em sua passagem pelo Ceará registrou a paisagem, a vegetação e os aspectos sociais e econômicos da região. O viajante, que estava profundamente interessado nas particularidades do clima tropical e em como a natureza influenciava o modo de vida das pessoas, percorreu diversos municípios do Ceará e incluiu a cidade de Aracati em seu roteiro de viagem - não por acaso - onde pôde observar de perto as atividades econômicas locais e as condições de vida da população.

Os que tinham percorrido o interior recomendavam-me convictamente que fosse por mar até Aracati, cidade da província do Ceará, a dois graus e meio ao norte de Pernambuco, e desse porto partisse para o interior, porquanto as estradas eram um tanto melhores que as que partiam de outros lugares da costa, e mais baratos os cavalos (GARDNER, 1942, p. 122).

O excerto acima mostra-nos a precariedade das estradas terrestres, frequentemente descritas como intransitáveis em períodos de chuva ou excessivamente áridas em épocas de seca e que tornava o transporte terrestre caro e demorado. Por isso, as rotas marítimas e fluviais surgiam como alternativas mais econômicas e eficientes. As condições das vias, a disponibilidade de transportes e os custos associados influenciavam a mobilidade e a integração regional.

Ao mencionar o menor custo dos cavalos em Aracati, é justificado pela estrutura econômica local, voltada à agroexportação. A abundância de cavalos e muares permitia preços mais baixos em comparação a outras áreas costeiras. As dificuldades de transporte restringiam a circulação de mercadorias e pessoas no século XIX, limitando a integração entre o litoral e o sertão. Isso criava economias regionais fragmentadas, com baixa circulação de capital e uma dependência de mercados externos. A cidade, por sua vez, facilitava a entrada e saída de mercadorias e pessoas entre o litoral e o interior. Mesmo que precária, as estradas locais e o acesso a cavalos mais baratos tornavam a rota até o sertão mais atrativa e menos custosa.

Em seu olhar naturalista sobre o Ceará, o britânico documentou a vegetação às margens do rio Jaguaribe.

Por longa extensão a margem ocidental é comparativamente alta, mas a oriental é baixa em todo o percurso até a cidade. A parte inferior da margem de oeste é um tanto densamente coberta de pequenas árvores, mas as árvores do mangue são também numerosas em uma e outra margem. Légua e meia abaixo da cidade surgem em grande quantidade as palmeiras de carnaúba (*Corypha cerifera*, Mart.). Esta palmeira da qual atravessei depois imensas florestas, atinge a altura de vinte a quarenta pés e, além de ser a mais abundante, é também uma das mais belas dentre as de igual tamanho. Os troncos das mais novas são em geral inteiramente cobertos de folhas; mas à medida que as árvores envelhecem as folhas inferiores caem, deixando apenas no alto um tufo que se dispõe em forma de bola perfeita. As folhas são em forma de leque e em nada diferente das da palmeira das vassouras, da Europa meridional (GARDNER, 1942, p. 126).

As descrições da paisagem natural local eram um elemento central das narrativas de viajantes, tanto estrangeiros quanto brasileiros. Essas representações imagéticas não eram apenas relatos neutros de observação, mas também construções discursivas que refletiam interesses científicos, econômicos, culturais e políticos (conforme discutimos no capítulo 02). A paisagem era descrita como um recurso a ser catalogado, classificado e eventualmente utilizado para fins econômicos e políticos.

Da Costa Falcão *et al.*, (2016) conceitua que para muitos naturalistas do século XIX, a ampla gama de sensações experimentadas durante suas viagens podia ser

descrita por meio da ciência. Esses viajantes não se limitavam a produzir conhecimento científico no local, mas buscavam vivenciar diretamente os fenômenos: ver com os próprios olhos, ouvir e sentir no próprio corpo. Registravam tanto as sensações quanto os fenômenos observados, alinhando suas experiências aos métodos científicos vigentes na época. As transformações na História Natural da Ciência ocorridas nos séculos XVIII e XIX marcaram um período de crescente especialização e profissionalização entre seus praticantes. Observa-se, de forma evidente, o esforço de diversos autores da História da Ciência em expandir o conhecimento, desempenhando papéis como os de botânicos ou naturalistas-viajantes. Esses estudiosos direcionavam, cada vez mais, sua atenção para os sistemas fisiológicos e os funcionamentos internos.

Para além da natureza George Gardner registrou suas impressões sobre o cotidiano das cidades e vilarejos que visitou no Ceará, destacando o contraste entre as grandes propriedades rurais e as condições de vida mais humildes da população. O viajante chegou ao Aracati em 19 de julho vindo de Pernambuco a bordo de uma escuna, fretada por dois comerciantes portugueses de nome Pinto que eram residentes na cidade de Icó, margeada pelo rio Jaguaribe, e que mantinham relações econômicas com o Aracati. Ambos eram considerados pelo viajante como pessoas influentes (GARDNER, 1942, p. 122).

Em seu relato, observa-se que em meados do século XIX o Aracati mantinha ainda um relevante intercâmbio de sua elite comercial com Recife, evidenciado pelo fluxo comercial que se documenta em diversos registros mercantes da época. Na embarcação que os trouxera haviam 19 tripulantes.

Chama-nos a atenção o registro feito por ele sobre a presença de escravos. Não se explica, na sua menção ao fato, qual a destinação que seria dada aos mesmos. (idem, p.123). Brasil (1997, p. 297-298), registra em seu Ensaio Estatístico Sobre a Província do Ceará que a população de escravos no Aracati, até 1860, era quantificada em 2. 029 pessoas, sendo a sua população livre composta de 17. 658 pessoas. Embora numericamente inferior, o número de pessoas escravizadas não era desprezível, representando cerca de 10% da população total da vila. Esse dado desmistifica uma imagem ainda recorrente na historiografia e no senso comum de que o Ceará (e particularmente o sertão ou suas regiões litorâneas secundárias) seriam apenas periferias irrelevantes da escravidão no Brasil. Pelo contrário, o Aracati,

enquanto importante entreposto comercial e zona de produção pecuária e agrícola, estava plenamente integrado às dinâmicas da economia escravista.

Após três dias em mar, George Garner chegou, por volta do meio-dia, na barra do Aracati, onde atualmente se situa no município de Fortim, emancipado nos anos 1992. Após ter a sua bagagem e passaporte fiscalizados por um fiscal de alfândega, teve permissão para alugar um barco para transportar seus pertences, pelo rio, até o Aracati, que, segundo sua descrição, situava-se à “doze milhas rio acima” (GARDNER, 1942, p. 126).

O rio Jaguaribe enfrentava, na altura de meados do século XIX, severos problemas que impactavam a logística de seu porto em decorrência da baixa calagem de seu leito, o que contribuía para que barcos de maior porte ficassem encalhados em bancos de areia. A alternativa para compensar esse problema era o de contratar o serviço de uma pequena embarcação para transportar mercadorias e pessoas até a sede da cidade (GARDNER, 1942, p. 126).

Ao chegar na sede da cidade, o inglês George Gardner descreveu a paisagem urbana de Aracati como sendo composta basicamente de uma rua longa e larga, situada à margem leste do rio Jaguaribe, com uma população de aproximadamente cinco mil pessoas. Sobre a sua arquitetura urbana, registra que as suas casas “são geralmente de dois andares”. Pondera, em sua percepção, que a maioria de seus habitantes vivem em condições paupérrimas. (idem, p.126).

Em sua noção de progresso e atraso fortemente influenciado pelo protagonismo do Reino Unido como grande potência industrial dos anos 1800, conceitua o Aracati como uma cidade decadente e cuja principal atividade econômica girava em torno do comércio de algodão. Sobre isso, escreveu: “de algodão se exporta anualmente cerca de cinco mil fardos de vinte e cinco mil arrobas e trinta e duas libras; de couros, cerca de dois mil” (GARDNER, 1942, p. 126-127).

Após a crise do comércio de carne de charque, o algodão, em curto espaço de tempo, passou a ser um dos pilares da economia cearense no século XIX, rivalizando com os couros na pauta de exportações. A crescente demanda mundial por algodão, impulsionada pela Revolução Industrial, favoreceu o Ceará. A produção cearense atendia a mercados internacionais, integrando o estado às dinâmicas do capitalismo global.

Santos (2018, p. 52) pondera que processo de transformação econômica e social do Ceará vinculado à internacionalização do comércio do algodão. Este produto

adquire relevância econômica, tanto pelo aumento de sua produção quanto pelas expectativas de desenvolvimento que ele trazia para a província. Fortaleza, com isso, cresce em importância política e econômica.

Em sua narrativa sobre a posição econômica desempenhada pela cidade de Aracati àquela época, Gardner registra ainda que “pouco algodão, porém, se cultivava perto da costa, sendo a maior parte dele, bem como dos couros, trazida do interior, ao fim da estação chuvosa, em grandes carros, geralmente puxados por seis juntas de bois” (idem, 1942, p. 127).

O fragmento revela ainda as dificuldades de deslocamento pelo interior da província do Ceará. O rio Jaguaribe e sua ribeira favoreciam o intercâmbio entre o litoral e a vastidão do sertão de diferentes gêneros de matérias-primas. As terras férteis do sertão eram mais adequadas ao cultivo do algodão do que as regiões litorâneas, o que explica a concentração da produção longe da costa. A interdependência entre interior e litoral era mediada por rotas de transporte que convergiam para os portos, como o de Aracati e especialmente o de Fortaleza, conectando as áreas produtoras aos mercados externos.

Goularti Filho (2011, p. 411) afirma que na primeira metade do século XIX, o fluxo comercial entre as cidades litorâneas ainda era limitado. No entanto, com o início da navegação de cabotagem nacional, essa realidade começou a mudar, impulsionando a expansão do setor comercial. Com o crescimento das atividades econômicas no Império, especialmente na formação dos complexos agroexportadores regionais, iniciou-se um esforço para incentivar e apoiar a criação de um sistema de transporte baseado na navegação a vapor e nas ferrovias. O governo imperial desempenhou um papel fundamental nesse processo, adotando medidas como a garantia de juros para os investimentos em ferrovias e a concessão de subvenções à navegação, visando estimular o desenvolvimento desses meios de transporte.

Prosseguindo em suas observações, Gardner também analisa as possibilidades comerciais de gêneros da flora local. A carnaúba, árvore típica do Nordeste, era empregado para diversas finalidades.

As folhas empregam-se para grande diversidade de fins, como colmo, albardas, chapéus, além de produzirem uma espécie de cêra, tirada das folhas novas, cobertas de uma flôr verde-mar, sacudindo-as logo que se desprendem da árvore. Cada uma dá cerca de cinquenta grãos de um pó esbranquiçado que, reunido em grande quantidade, se lança em uma panela e se dissolve ao fogo. Anos atrás grande porção dele foi mandado para Lisboa

mas não se lhe encontrou nenhuma aplicação útil. Pelos brasileiros é às vezes usada para falsificar a cera comum (GARDNER, 1942, p. 127-128).

Em sua quinzena em terras aracatienses, Gardner observou a presença de um comerciante inglês na cidade, Mr. Miller, onde em sua casa o viajante estrangeiro ficou hospedado (GARDNER, 1942, p.129). A simples presença local de alguém com essa procedência desempenhando atividade comercial denota que o capitalismo, à medida em que se ramificava às regiões periféricas do planeta, seus agentes transnacionais fundavam novos negócios, prospectando oportunidades comerciais e financeiras.

O Ceará, no Segundo Reinado, conforme Takeya (1994, p.114-115) recebeu uma grande leva de imigrantes europeus, que fundaram diversas casas comerciais no interior do Ceará, principalmente para a prática do comércio de algodão e gêneros da flora local. Famílias como Gradhvohl, Levy e Habisreutinger fundaram em Aracati, na segunda metade do século XIX, filiais de suas empresas na Europa voltadas à exportação de produtos comercialmente lucrativos como a cera e a palha de carnaúba

Conforme mencionamos no capítulo 01, a vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808 e o processo de independência iniciado em 1822 favoreceram a presença do capitalismo mercantil inglês nestas terras americanas. Fundadores de casas comerciais, compravam e exportavam gêneros locais e vendiam em seus estabelecimentos mercadorias importadas.

Outro viajante que visitou o Aracati foi Henry Koster, um dos viajantes estrangeiros que exploraram o Brasil no início do século XIX e que deixou um registro valioso sobre o Ceará, especialmente sobre a cidade de Aracati. Em sua obra *Travels in Brazil* (1816), ele descreve suas impressões sobre diferentes regiões do país, oferecendo uma perspectiva rica sobre o cotidiano, a natureza e as práticas culturais das localidades que visitou. No Ceará, particularmente em Aracati, ele observou aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais que ajudam a compor uma visão detalhada da vida local durante o período colonial. Sobre a paisagem local desta parte da Província do Ceará registrou.

No dia seguinte chegamos ao Aracati, distante sete léguas do lugar onde tínhamos dormido, mais ou menos às cinco horas da tarde. Grande parte da viagem nesse dia ocorrera entre charcos d'água salgada e várzeas coberta de carnaubais. Os altos troncos, despidos de ramos, coroados no topo pelas palmas, como os coqueiros, fazendo rumor ao menor sopro de vento, a cor e aridez do terreno onde nenhuma relva apontava e raramente alguns arbustos, davam uma impressão melancólica a esses plainos (KOSTER, 1942, p. 159-160).

Nota-se em sua percepção sobre sua chegada ao Aracati que há uma observação meticulosa e objetiva do ambiente. A descrição dos "charcos d'água salgada" e das "várzeas cobertas de carnaubais" denota a percepção da paisagem de forma sensorial e detalhada. A imagem dos "altos troncos, despidos de ramos, coroados no topo pelas palmas" remete à busca naturalista por transmitir a realidade nua e crua da natureza, muitas vezes associada a uma atmosfera melancólica, como notado pelo próprio autor. Essa característica também se relaciona ao determinismo naturalista, que destaca a influência do meio ambiente sobre a experiência humana e a formação de comunidades.

A "impressão melancólica" evocada pela paisagem é uma metáfora potente que dialoga com o sentimento de abandono frequentemente associado às terras do interior nordestino na literatura e nos relatos de viajantes. Esse tom melancólico não é apenas uma observação estética, mas também uma expressão das dificuldades de sobrevivência em um ambiente árido, onde os recursos eram escassos e a natureza, imponente, condicionava a dinâmica social e econômica.

A menção aos "carnaubais" põe em evidência uma planta com importância econômica e ecológica na região nordestina. Durante o período colonial e imperial esta era valorizada tanto por suas múltiplas utilidades – como a extração de cera e fibras – quanto por seu papel no ecossistema das várzeas semiáridas. O autor, ao registrar a aridez do terreno e a ausência de relva, aponta para as condições ambientais desafiadoras que moldavam a vida local.

Buriti & Aguiar (2008, p. 11-12) destacam a perspectiva colonialista de Henry Koster em seu relato sobre os trópicos, situando-o no contexto mais amplo do orientalismo e das formas modernas de observação e descrição do "outro". Como britânico, estava imerso em uma visão eurocêntrica, que moldava tanto sua percepção quanto sua representação das paisagens e povos que descreveu. Também apontam para o papel do orientalismo moderno, entendido como um discurso que vai além dos limites geográficos do Oriente para moldar interpretações sobre qualquer espaço considerado "não-civilizado". Assim, o relato de Koster não é neutro; ele reflete e perpetua estruturas de poder e de conhecimento que marginalizam os territórios e culturas descritos, ao mesmo tempo em que os interpreta a partir de um ponto de vista imperial e europeu.

Por fim, a análise insere Koster em um momento histórico de consolidação do olhar moderno, caracterizado pela tentativa de sistematizar e classificar o mundo a

partir de categorias ocidentais, reforçando a posição de superioridade do colonizador. Essa dinâmica, ao mesmo tempo que explora a alteridade, a define em termos que atendem às expectativas e interesses coloniais.

Outro ponto que chama a atenção do viajante, ao chegar em Aracati, são as condições de navegabilidade do rio Jaguaribe e de seu porto. Sobre isso ele ponderou que:

A areia é tão movediça na embocadura desse rio que os pilotos dos barcos costeiros são obrigados a empregar todas as precauções possíveis em cada viagem, entrando no porto como se o desconhecesse. O rio se alarga depois da barra, a ponto de formar uma espaçosa baía. O porto só poderá ter importância quando não existir outro obstáculo além da pouca profundidade d'água. Apenas os barcos costeiros podem entrar e ouvi dizer que a areia se acumula no leito do rio. Os bancos avançam de cada lado a ponto de tornar-se difícil a navegação, mesmo para os barcos pequenos, a pouca distância acima da barra (KOSTER, 1942, p.162-163).

As dificuldades impostas pela natureza identificadas no excerto limitam o potencial do porto, que só ganha relevância econômica se houver infraestrutura ou condições naturais favoráveis. Os rios eram tanto oportunidades quanto obstáculos. A navegabilidade definia a escolha de locais para a fundação de cidades, determinava rotas comerciais e conectava regiões interiores a mercados mais amplos.

Nogueira (2016, p. 11) afirma que organização das vias de comunicação na capitania do Siará Grande revela como se estruturavam as dinâmicas que asseguravam ao Aracati o papel de principal porto de escoamento da produção da capitania, além de seu destaque como o principal núcleo distribuidor de mercadorias importadas destinadas ao sertão do Jaguaribe, especialmente ao longo do século XVIII e início do século XIX.

O porto, sob sua perspectiva, poderia ter importância caso os obstáculos fossem superados sugere a necessidade de intervenções humanas, como dragagens, canalizações e outras obras de engenharia fluvial. Ao longo do século XIX, especialmente durante o avanço do capitalismo comercial e industrial, houve uma crescente pressão por transformar os rios em vias navegáveis permanentes. Nesse sentido, a relação entre cidade e rio deixa de ser puramente natural e passa a ser mediada pela tecnologia e pelo investimento estatal ou privado.

A dificuldade de navegação apontada no texto influencia diretamente o papel da cidade que se forma nas margens desse rio. Uma cidade com acesso limitado à navegação marítima ou fluvial tende a se desenvolver em escala reduzida, com menor

capacidade de atrair investimentos, comércio e população. Assim, os rios também moldavam as hierarquias urbanas: cidades com portos acessíveis eram favorecidas em relação àquelas com dificuldades, criando centros e periferias econômicas.

Koster destaca o potencial econômico de Aracati, que, à época, despontava como um importante entreposto comercial. A cidade era uma das principais rotas de escoamento de produtos como algodão, couro e outros itens exportados para a Europa e para outras regiões do Brasil. Observou a intensa atividade de comércio no porto do Rio Jaguaribe, que servia como elo entre o interior e o litoral. Este fator foi crucial para a prosperidade da cidade, que se beneficiava de sua posição estratégica e de suas conexões comerciais.

Outro ponto de interesse destacado por Koster foi a vida social e cultural de Aracati. Ele descreve a hospitalidade e a simplicidade dos moradores, destacando a cultura de hospitalidade que encontrou entre as famílias locais. Realizou uma breve passagem que fez pelo Aracati, tendo vindo da província do Rio Grande do Norte. Em sua chegada por via terrestre, registrou o tratamento inicial recebido por seu anfitrião.

Ao aproximar-me do Aracati mandei, adiante, o meu guia de Goiana, levando a carta que recebera do Governador do Rio Grande para o senhor José Fidelis Barrozo, rico mercador e grande proprietário. À minha chegada soube que o guia entregara a carta, e o senhor Barrozo dera as chaves de uma sua casa desocupada para que me hospedasse durante minha permanência (KOSTER, 1942, p. 160).

Revela-se pelo excerto que para além da necessidade de saber se comunicar com as gentes do país anfitrião, um viajante de outra nacionalidade precisava ser recomendado por alguém notório na sociedade. No século XIX, as cartas de recomendação desempenhavam um papel fundamental para os viajantes que buscavam explorar novos territórios e estabelecer conexões sociais e profissionais durante suas jornadas. Essas cartas eram como uma forma de apresentação e endosso pessoal, fornecendo informações sobre a reputação e a confiabilidade do viajante aos destinatários que os abrigarão. Registra ainda o tratamento que lhe foi dado em sua passagem por Aracati, registrando suas impressões.

Durante o tempo em que fiquei no Aracati, o senhor Barrozo providenciou para que eu e os meus fossemos tratados da mesma forma. Este tratamento é comum para as pessoas bem recomendadas. E nobre, e mostra o estado e maneiras entre os indivíduos da alta classe social (KOSTER, 1942, p. 160).

Barreiro (2002, p.71) afirma que viajantes europeus tematizam o refinamento das práticas sociais ligadas às boas maneiras e às formas obsequiosas de tratamento como parâmetros de civilidade. Sob esse prisma, sua apreciação dá suporte à ideia de que homens pertencentes às classes subalternas eram perigosos.

A visão do viajante Henry Koster sobre a hospitalidade recebida no Aracati, proporcionada pelo senhor Barrozo, oferece uma perspectiva sobre as relações sociais no Nordeste do Brasil no século XIX, revelando o papel da hierarquia social, das práticas de hospitalidade e das redes de prestígio e recomendação entre as elites locais. Esse fragmento permite uma análise das dinâmicas sociais entre os membros da alta classe no contexto nordestino, destacando como a solidariedade, o status e a honra desempenhavam papéis centrais nas interações entre pessoas de classe elevada.

O trecho menciona o "tratamento nobre" oferecido a Koster por intermédio de Barrozo, e destaca que esse acolhimento era reservado àqueles "bem recomendados", ou seja, a pessoas que chegavam com credenciais de confiabilidade, como cartas de recomendação ou indicações de membros respeitados da sociedade. Esse tipo de relação de confiança era essencial em uma sociedade onde a palavra e o prestígio eram fundamentais para garantir o pertencimento a determinados círculos.

É importante destacar que as recomendações funcionavam como uma forma de "capital social", especialmente valiosa em regiões mais isoladas como o Nordeste, onde os contatos com o exterior eram escassos e os laços de confiança eram cuidadosamente preservados. A recomendação era um código de acesso às redes locais de apoio e reciprocidade, assegurando ao viajante tratamento diferenciado e acesso aos círculos influentes.

Outro ponto relevante nesse fragmento é a descrição das "maneiras entre os indivíduos da alta classe social" e como a hospitalidade era uma marca de status e honra. No Nordeste, a generosidade e a hospitalidade eram valores essenciais, especialmente entre os senhores de engenho e as elites agrárias, para os quais oferecer abrigo e apoio aos visitantes era uma demonstração de poder e prestígio. Esse comportamento refletia o papel de "provedor" que as elites se atribuíram, e através do qual legitimavam sua posição social e autoridade perante os demais.

No século XIX, o ato de receber um visitante ilustre ou um estrangeiro devidamente recomendado desempenhava um papel estratégico na consolidação do

prestígio social dos anfitriões. Essa prática também promovia o estabelecimento de relações de reciprocidade, que poderiam revelar-se vantajosas em contextos futuros.

Em suas descrições, é possível notar um certo fascínio pela maneira como os cearenses lidavam com os desafios cotidianos, exibindo resiliência e adaptabilidade. A religiosidade também é mencionada por Koster, que observou a importância das festas religiosas e das práticas devocionais para a população. Estas celebrações não apenas serviam como demonstração de fé, mas também desempenhavam um papel fundamental na coesão social da comunidade, sendo ocasiões de encontro e celebração coletiva.

Esses gestos de acolhimento e generosidade pública expressavam uma formalidade e uma etiqueta que buscavam imitar os modelos aristocráticos europeus, adaptados ao contexto colonial e escravocrata do Brasil. A hospitalidade, assim, era não apenas um ato de bondade, mas também um símbolo de status e um elemento cultural que consolidava a hierarquia local e as relações de poder. Por outro lado, essa prática de acolhimento também reforçava a solidariedade dentro da elite, fortalecendo o senso de pertencimento e de distinção em relação às classes menos favorecidas.

3.3. Francisco Freire Alemão

A Comissão Científica do Império, organizada no Brasil durante o século XIX, foi uma iniciativa singular em sua época. Idealizada por D. Pedro II e sob a liderança de Francisco Freire Alemão, visava explorar e documentar sistematicamente as riquezas naturais, culturais e sociais do Nordeste brasileiro, oferecendo ao país informações essenciais sobre sua biodiversidade e a geografia de regiões pouco conhecidas. A passagem dessa comissão pelo Ceará, e especificamente por Aracati, representa um marco na construção do conhecimento científico sobre o semiárido brasileiro, contribuindo para os campos da botânica, zoologia, geologia, etnografia e geografia.

Domingues (1998, p. 108) afirma que a historiografia brasileira frequentemente caracteriza as expedições científicas como iniciativas predominantemente estrangeiras. No entanto, essa perspectiva simplista não reflete integralmente a realidade histórica. Tanto os agentes envolvidos quanto as instituições que organizavam essas expedições não se limitavam a atores externos. O governo imperial brasileiro, bem como administrações provinciais, desempenhou um papel

expressivo no incentivo e suporte a essas iniciativas exploratórias ao longo do século XIX, contribuindo para a construção de um panorama científico nacional.

A importância da Comissão Científica do Império no contexto cearense está diretamente relacionada ao seu trabalho de observação e coleta de dados sobre o ambiente e os recursos naturais do sertão nordestino. Francisco Freire Alemão, médico e botânico de formação, liderava um grupo de naturalistas e especialistas que realizaram expedições e catalogaram espécies vegetais e animais da região. Para o Ceará, que enfrentava desafios específicos como as secas prolongadas e uma economia fortemente vinculada à produção agrícola, a presença da comissão representava uma oportunidade de compreender as características locais e, potencialmente, desenvolver soluções para problemas ambientais e econômicos.

Em Aracati, a comissão focou tanto no levantamento da vegetação e na coleta de exemplares da flora nativa quanto em uma análise das práticas agrícolas e da cultura local. Essa região, que já havia sido explorada anteriormente por naturalistas e viajantes estrangeiros, era um centro comercial e cultural relevante no Ceará, com uma economia conectada ao Rio Jaguaribe. Os estudos realizados em Aracati incluíam a identificação de espécies de plantas nativas, como a carnaúba e o algodão, que possuíam grande valor econômico. Além disso, a observação dos modos de cultivo e das práticas agrícolas tradicionais revelava métodos adaptados às condições do semiárido, que poderiam ser de interesse para o desenvolvimento agrícola da região em uma escala mais ampla.

Outro aspecto importante da expedição foi o impacto nas áreas de geologia e hidrografia. A comissão analisou o Rio Jaguaribe e outros corpos d'água, estudando a dinâmica dos cursos fluviais e o fenômeno das secas, que tanto afligia a população. Esses estudos abriram caminho para uma melhor compreensão dos recursos hídricos do Ceará e impulsionaram debates sobre o aproveitamento das águas e sobre a mitigação dos impactos da seca. Embora não tenha solucionado os problemas regionais, a comissão lançou bases científicas que, posteriormente, influenciariam políticas de manejo e projetos de irrigação e infraestrutura hídrica no Nordeste.

O trabalho da Comissão Científica do Império também tem uma dimensão cultural e social importante. Em contato com os habitantes locais, a equipe de Freire Alemão documentou práticas de sobrevivência, conhecimento popular sobre plantas medicinais e tradições culturais, contribuindo assim para uma visão mais rica sobre a sociedade nordestina.

Outro ponto importante observado na passagem do pesquisador foram aspectos da organização social local. Sobre isso, ponderou que há pouca sociedade: pouca gente se vê às janelas, só nos domingos e dias santos aparecem de tarde; mas isso mesmo pouco. A gente é branca, preta ou mulata, poucos caboclos, ou mamelucos, na rua se veem em serviço pretos e pardos (ALEMÃO, 2006, p. 68). Sua observação revela traços da organização social, racial e cultural da época, que refletem tanto a estrutura escravista quanto as divisões sociais e raciais impostas pela sociedade. Freire Alemão observa que "há pouca sociedade" e que "pouca gente se vê às janelas," exceto em ocasiões específicas como domingos e feriados religiosos, sugerindo uma vida pública discreta, talvez marcada por um ritmo menos dinâmico em comparação com centros urbanos maiores. Essa característica pode estar associada ao fato de que Aracati, apesar de ter sido um polo econômico importante na época do ciclo da carne de charque, era uma cidade de médio porte, com limitações de infraestrutura e dinâmicas sociais concentradas em eventos religiosos.

A menção à composição racial da população – "gente é branca, preta ou mulata, poucos caboclos, ou mamelucos" – reflete a organização racial que pautava as hierarquias sociais do Brasil imperial. Nesse contexto, os brancos, geralmente associados aos senhores de engenho, comerciantes e donos de propriedades, ocupavam uma posição de prestígio, enquanto pretos (em sua maioria, escravizados ou ex-escravizados) e pardos (geralmente, livres ou libertos) eram destinados ao trabalho manual e de serviços. A escassa presença de "caboclos ou mamelucos" sugere uma limitada presença indígena na vida urbana do Aracati, o que pode indicar a migração dos povos indígenas para áreas menos urbanizadas ou a assimilação cultural forçada.

Rocha (2021, p. 217) aborda a visão discriminatória dominante no século XIX em relação às populações majoritárias em regiões periféricas, como o Ceará. Governantes e elites brancas, pertencentes a minorias sociais, desqualificavam a maioria da população com base em critérios sociais, raciais e econômicos. Essa parcela era frequentemente representada como marginalizada, ignorante e violenta, atributos que eram associados a uma suposta inferioridade natural decorrente de sua origem racial, pobreza e falta de educação formal. Isso revela o racismo estrutural e a desigualdade social da época, refletindo uma tentativa das elites de justificar a exclusão social e de naturalizar desigualdades. Ao etiquetar as camadas populares como propensas ao crime, as elites perpetuavam narrativas que consolidavam seu

controle político e social, ao mesmo tempo que ignoravam as dinâmicas econômicas e sociais que reproduziam a pobreza e a exclusão.

O trecho também ressalta a divisão do trabalho entre os diferentes grupos raciais. A observação de que "na rua se veem em serviço pretos e pardos" expõe o papel subalterno reservado a esses grupos, reiterando a lógica da escravidão e da mão de obra servil, mesmo que em um período de mudanças. A sociedade brasileira da época, ainda profundamente marcada pelo sistema escravista, reforçava essas separações raciais e sociais. Os trabalhos manuais e serviços públicos eram predominantemente realizados por pessoas negras e pardas, enquanto os brancos, em geral, eram identificados com o domínio e a supervisão.

No que se refere à política aracatiense na metade do século XIX, Freire Alemão registra que:

Essa família (Caminha) é aqui a mais aristocrática, talvez a mais rica e a que melhor se trata. O seu chefe atual é também o chefe do Partido Conservador ou Carangueijo, como dizem, e tem por oposição a casa dos Pachecos, que estão à frente do Partido Liberal ou Chimango. Estes dominam a patulêia (sendo um pouco mais cavados), principalmente a da cidade. (...). Esta divisa das duas famílias aqui é dominante e muito antiga, segundo diz o boticário Teixeira, e as desavenças começaram pelos ares aristocráticos e maneiras pouco populares (?) dos Caminhas que irritavam a gente menos distinta. O que parece natural é que a culpa não estará só de um lado: se de um havia alguma altivez, nascida de sua posição e mais riqueza, do outro havia inveja e despeito; e sendo estes sentimentos manifestados por atos, começam a azedar-se. Vieram depois as ideias políticas e, achando os ânimos predispostos à divisão, ela se manifestou e tomou o caráter irritante e odiento que tornam sempre estas gentes miseráveis (ALEMÃO, 2006, p. 86).

O fragmento do diário de Francisco Freire Alemão descreve um cenário sociopolítico característico do Nordeste brasileiro no século XIX, em que a política local era profundamente marcada pelas disputas entre famílias oligárquicas. Nesse contexto, Aracati emerge como um microcosmo das tensões sociais, econômicas e políticas que moldavam a cultura política regional.

Palmeira (2006, p. 53) afirma que o contexto mais amplo que dá sentido às mudanças políticas na região é marcado pela progressiva desintegração de um sistema social baseado no latifúndio, no trabalho escravo e na monocultura de exportação, com a família patriarcal como eixo central. Para refletir com maior precisão o momento histórico considerado, trata-se de uma estrutura semi-feudal, onde a violência, embora descentralizada e controlada por uma única classe social, desempenhava o papel fundamental de instrumento para a distribuição do poder.

A referência às famílias Caminha e Pacheco nos mostra o papel central das oligarquias locais na configuração do poder político. A família Caminha, aristocrática e vinculada ao Partido Conservador, e a família Pacheco, ligada ao Partido Liberal, representam facções políticas que, apesar de se alinharem ideologicamente com as disputas nacionais, traduzem as tensões políticas em rivalidades familiares. Esse modelo de política patrimonialista, no qual as relações pessoais e familiares prevalecem sobre os projetos políticos coletivos, era uma característica estrutural da política brasileira no período imperial.

Germano (1997) pondera que a partir de 1850, o Brasil mergulha em um cenário de acirrada disputa ideológica, no qual diferentes visões sobre mudanças sociais se confrontam. Esse período é marcado, sobretudo, pelo embate entre concepções políticas consideradas "novas", associadas a propostas de transformação e modernização, e aquelas vistas como "velhas", que buscavam preservar tradições e estruturas já consolidadas no poder.

O relato evidencia ainda uma sociedade hierarquizada, na qual as elites locais exerciam um poder significativo sobre as classes populares. Freire Alemão aponta que a "patuléia" – termo pejorativo para designar o povo – era mobilizada pelos Pachecos, indicando uma dinâmica de manipulação social por meio do carisma e da proximidade dos líderes liberais. Já os Caminhas, com suas "maneiras pouco populares" e "altivez", reforçavam um distanciamento social típico das elites aristocráticas. Deduz-se que essa divisão, para além dos conflitos de classe, se relaciona ainda com as diferentes estratégias de legitimação do poder.

No que tange à cultura política no Ceará no século XIX, Araújo (2011, p. 13) afirma que a violência era compreendida como uma prática legitimada pelos costumes locais, configurando uma "ética da violência" associada ao ideal do "cabra-macho". Antes da imposição do poder central e de valores urbanos e burgueses, existia um "código de honra" que sancionava a violência como virtude pessoal e mecanismo de normatização social. Esse sistema, baseado nas tradições locais, atribuía à família parental dominante e aos valentões a responsabilidade de garantir a ordem por meio da defesa da honra, da vingança privada e da intimidação, consolidando a "macheza" e a valentia como elementos centrais para a manutenção da respeitabilidade e do controle social.

É importante destacar que a gênese das desavenças entre Caminhas e Pachecos nasceram de "ares aristocráticos" e "inveja", sendo posteriormente

amplificadas pelas ideias políticas. Isso sugere que, no contexto nordestino, as rivalidades familiares frequentemente antecederam e moldavam as disputas partidárias. As ideologias liberais e conservadoras, longe de serem motivações centrais, serviam como pretexto para consolidar alianças e antagonismos locais. A instrumentalização das ideias políticas reflete o caráter personalizado da política imperial, onde os partidos muitas vezes operavam como extensões de interesses familiares e regionais.

A "divisa das duas famílias" assume um "caráter irritante e odioso", o que, segundo o autor, agrava a "miséria" das "gentes". Essa observação alude a um ambiente político de polarização que ultrapassava o campo das ideias para se manifestar em tensões sociais e, por vezes, em violência física. As rivalidades políticas entre conservadores e liberais frequentemente resultavam em episódios de violência no Nordeste, como disputas eleitorais marcadas por fraudes, intimidações e conflitos armados, fenômeno que ficaria conhecido como "voto de cabresto" no início do século XX.

De acordo com Carvalho (1999, p. 77), pertencer a uma "família" vai além de ser um símbolo de poder econômico, especialmente quando se trata de famílias que exercem um poder efetivo na sociedade local. Mais do que isso, a família é o espaço onde se é reconhecido (a) e onde ocorre uma disputa entre classes e frações de classe pelo reconhecimento ou pela imposição do monopólio da violência simbólica sobre a sociedade como um todo. Por isso, é crucial ter nascido em uma família considerada importante e "respeitável", em contraste com aquelas desprovidas de "prestígio", vistas como anônimas e destituídas de "capital simbólico". Esse capital é indispensável para participar das trocas de prestígio e favores, elementos essenciais para ocupar uma posição relevante na estrutura social.

O conflito entre as famílias Caminha e Pacheco também nos denota tensões entre modernidade e tradição. Enquanto os Caminhas, com sua "altivez" aristocrática, simbolizam a manutenção de valores tradicionais e hierárquicos, os Pachecos, ao mobilizar a "patuléia", representam uma tentativa de ampliar a participação popular na política, ainda que de forma limitada e instrumental. Essa dinâmica é emblemática do embate entre as elites conservadoras, defensoras da ordem social tradicional, e as forças liberais, que buscavam, ao menos discursivamente, promover mudanças no equilíbrio de poder.

Os partidos políticos foram extremosos e divididos e animados uns contra os outros de um modo singular: cada partido habitava as casas de uma parte da grande rua; como ainda hoje: numa rua é chimango, a outra caranguejo; cada um tinha sua igreja, não se cumprimentavam; perderam-se as relações de famílias, entre os dissidentes; insultavam-se mutuamente e estava sempre de quem vive? ou alerta uns contra os outros. As eleições eram verdadeiras batalhas, nunca se faziam sem sangue: e é gente tão amestrada nisso, direi antes tão turbulenta, que eram chamados a fazer as eleições em outros lugares. Como nos disse ontem o boticário, praticavam de toda a qualidade de bandalheiras e falsificações (ALEMÃO, 2006, p. 68-69).

O trecho do *Diário de Viagem* de Francisco Freire Alemão oferece uma visão crítica e detalhada sobre a cultura política no Aracati do século XIX, revelando uma sociedade marcada pela intensa polarização política, pela violência e por práticas eleitorais fraudulentas. Freire Alemão descreve a cidade como um espaço em que as identidades políticas permeavam todos os aspectos da vida social, indo além da esfera pública e chegando às relações pessoais e familiares. A divisão partidária entre “chimangos” e “caranguejos” ilustrava uma rivalidade que não apenas separava politicamente, mas também organizava a geografia social e até religiosa da cidade, com cada facção ocupando uma parte distinta da cidade e possuindo sua própria igreja.

Conforme Araújo (2018, p. 346), faz-se importante observar que a noção de representação política adotada pelas casas locais diferia significativamente do conceito de representação presente na filosofia política da época e, ainda mais, do sentido atribuído a esse termo nos dias atuais. Na prática, essa representação não abrangia a maioria da população, mas, ao contrário, estava centrada exclusivamente nos interesses das próprias casas.

O contexto de faccionismo político representado pela rivalidade entre essas duas famílias não se restringia ao Nordeste, mas encontrava, na região, expressão acentuada em uma sociedade onde as relações de poder eram fortemente personalistas. No Brasil do século XIX, especialmente nas regiões periféricas em relação ao eixo de poder no Sudeste, a política se baseava em redes clientelistas e de patronagem, onde lideranças locais, como coronéis e chefes de família influentes, exerciam grande poder sobre a população. Esse sistema alimentava conflitos intensos entre facções, muitas vezes com base em lealdades familiares e comunitárias. O controle e o apoio a um partido não eram apenas uma questão ideológica, mas também de sobrevivência e pertencimento.

A descrição das eleições como "verdadeiras batalhas" e a menção frequente ao derramamento de sangue ilustram uma cultura política onde a violência era uma forma legítima de se resolver disputas eleitorais. Isso se insere em um contexto de escasso desenvolvimento de uma cultura política democrática, onde o voto e as eleições serviam como instrumentos de poder e dominação, manipulados pelas elites locais para manter o controle. Esse processo eleitoral, repleto de "bandalheiras e falsificações, " segundo o próprio autor, ilustra como a integridade dos processos políticos era amplamente violada em benefício de interesses pessoais ou de grupo.

Não escapa ao olhar de Francisco Freire Alemão o seu olhar sobre as tensões sociais e relações de trabalho. Sobre isso, o pesquisador registrou:

Homens brancos trabalhadores. Ouço aqui uma queixa geral contra a indolência e vadiação desta gente, custa-lhes muito a chegar e não têm persistência no trabalho; falham quando mais se precisa deles; eles fazem grandes estragos nas plantações, roubando tudo. Costumam muito furtar, isto é, pedir dinheiros adiantados - safaram-se [...] todos se queixam da falta de polícia, isto é, querem que o governo obrigue esses homens a trabalhar! (ALEMÃO, 2006, p. 72).

Esse fragmento expõe as tensões e o conflito de interesses entre a elite local e a classe trabalhadora, particularmente os homens brancos pobres. Suas observações destacam as queixas da elite sobre a "indolência e vadiação" desses trabalhadores e revelam os conflitos de classe em uma sociedade pós-colonial que ainda operava com fortes resquícios do sistema escravista e de coerção. Esse contexto histórico e social evidencia a dificuldade que as elites enfrentavam para se adaptar a um modelo de trabalho livre e remunerado, após séculos de dependência da mão de obra escravizada.

Barreiro (2002, p. 32-33) afirma que o desrespeito à noção de propriedade privada e prejuízos materiais causados pela subtração generalizada de seus produtos fizeram com que surgisse a ideia de se criar uma polícia rural particular mantida pelos fazendeiros. Nota-se ainda a existência de desequilíbrios estruturais entre o Estado e as elites agrárias. Essa iniciativa mostra a precariedade das instituições públicas no atendimento às demandas de proteção da propriedade privada em áreas rurais, onde o aparato estatal frequentemente é insuficiente ou ausente.

Esses trabalhadores são vistos como preguiçosos, pouco comprometidos e até propensos ao furto e à desonestidade, especialmente quando pedem adiantamentos de pagamento. A crítica reflete, de um lado, uma visão elitista que associa o

trabalhador livre, sobretudo de origem humilde, a uma falta de ética e comprometimento com o trabalho. Essa perspectiva era comum entre as elites brasileiras do século XIX, que viam o trabalhador livre como menos confiável do que o escravizado e como alguém que precisava ser constantemente monitorado e, muitas vezes, coagido.

A queixa generalizada pela "falta de polícia" e o desejo de que o governo "obrigue esses homens a trabalhar" são indícios claros da continuidade de práticas coercitivas, mesmo após o declínio gradual da escravidão e a introdução do trabalho assalariado. Essa demanda revela a mentalidade dos proprietários e das elites locais, que esperavam que o Estado desempenhasse um papel regulador e coercitivo sobre a força de trabalho, garantindo seu controle e disciplina. Esse desejo de imposição estatal sobre o trabalho dos homens livres demonstra como a liberdade, especialmente para os trabalhadores mais pobres, era vista como um problema que ameaçava a produtividade e o controle social.

A representação liberal da propriedade era incompatível com a das classes subalternas. O furto constituía-se como um ato social, que em sua complexidade, havia sido legitimado pelo conjunto das classes subalternas, que o transformara em costume e tradição (cf. BARREIRO, 2002, p. 34).

Historicamente, essa perspectiva é parte de um fenômeno maior no Brasil do século XIX: a adaptação difícil e muitas vezes contraditória ao trabalho livre. A transição para uma economia que precisava contar com trabalhadores assalariados e, portanto, livres, gerou uma série de políticas e práticas voltadas à disciplinarização desses trabalhadores, como as leis de vadiagem e as exigências de comprovação de emprego. Essas práticas são expressões do incômodo das elites diante da perda de controle sobre a mão de obra, um controle que, no período colonial e durante a escravidão, era absoluto.

Além disso, o estigma de "vadiação" reflete uma visão comportamental protestante sobre o trabalho que se consolidava no Ocidente e que atribuía ao trabalho um valor moral. No Brasil, essa moralidade trabalhista era instrumentalizada para justificar a hierarquia social e o controle sobre os trabalhadores de baixa renda. Esse tipo de discurso servia para reforçar a posição dos proprietários e das elites enquanto depositários da "ordem" e do "progresso", ao passo que marginalizava os trabalhadores como "infiéis" ou "preguiçosos", naturalizando sua condição subordinada.

No que se refere à composição da sociedade, Alemão registrou em seu diário que

Já tive ocasião de falar de gente, mas hoje posso acrescentar alguma coisa. Poucos índios, muitos pretos e mestiços ou pardos dão ao povo um caráter especial, ou diverso, do que tenho observado em outros lugares. Alguma atividade mais, mais turbulentas, mais gênero mercantil e, ao mesmo tempo mais ciganismo. E me parece gente mais dominada pelo interesse que por sentimentos generosos. Mais recolhimento nas famílias, e diz que há mais moralidade. Não domina aqui o tipo da beleza, a gente é mais feia (ALEMÃO, 2006, p. 91).

O fragmento acima nos mostra um conjunto de valores e pressupostos próprios do olhar eurocêntrico e cientificista que permeava a Comissão Científica do Império. Sua percepção está inserida em um contexto mais amplo de categorização racial, cultural e moral, típico das elites intelectuais e viajantes do período. Kury (2011, p. 02) afirma que a adoção dos sistemas classificatórios e da nomenclatura propostos por Lineu constituiu um ponto de acesso fundamental ao circuito internacional da história natural. A análise sociológica e histórica desse fragmento da obra de Francisco Freire Alemão expõe as tensões entre identidade local, estereótipos raciais e a visão de progresso e civilização.

Ao afirmar que o Aracati possuía uma sociedade marcada pela presença de "poucos índios, muitos pretos e mestiços ou pardos" exhibe uma visão racializada do século XIX, que hierarquizava as populações segundo critérios de cor e origem, geralmente com preconceitos em relação aos não brancos.

Não escapa ao seu olhar as apreciações estéticas dos aracatienses quando afirma que "não domina aqui o tipo da beleza, a gente é mais feia", Alemão revela um julgamento estético que está profundamente imbricado em ideias raciais do século XIX. A "beleza" era entendida como um ideal eurocêntrico, frequentemente ligado a características físicas brancas.

Barros (2013, p. 75) pondera que o corpo humano reflete as origens, raças, valores e classes sociais, além das transformações culturais das sociedades ao longo do tempo. Desde que o ser humano passou a viver em sociedade, inserido em uma cultura, o corpo deixou de ser apenas uma entidade fisiológica. Ele ocupa, simultaneamente, uma dimensão individual e coletiva, funcionando como limite e suporte das expressões culturais, ao mesmo tempo que evidencia as particularidades de cada indivíduo. A posição social de um sujeito dentro de seu grupo é frequentemente relacionada ao seu corpo, sendo características como vestuário, cor

da pele, tipo de cabelo e até o tamanho das mãos interpretadas como marcas distintivas de raça, gênero, etnia, classe e nacionalidade.

3.4. Reis Carvalho e a Comissão Científica do Império no Aracati

A expedição de Francisco Freire Alemão ao Ceará e ao Aracati, como vimos, se insere em um momento de afirmação do conhecimento científico nacional, no qual o Brasil buscava compreender suas próprias riquezas e peculiaridades naturais por meio de suas próprias iniciativas e cientistas. A comissão científica pioneira contribuiu de sobremaneira para estabelecer as bases de instituições e práticas científicas no país, inspirando futuras expedições e estudos regionais.

Por meio da documentação minuciosa e da produção de conhecimento especializado, a Comissão Científica do Império fortaleceu o campo da história natural no Brasil e trouxe um novo olhar sobre a complexidade ambiental, social e econômica do Ceará, especialmente em áreas como Aracati, cujas riquezas e desafios permaneceram por muito tempo desconhecidos das elites e dos centros científicos nacionais.

Auxiliando no papel de documentação da paisagem e do modo de vida aracatiense, o trabalho artístico de José dos Reis Carvalho, cujas obras produzidas durante sua atuação na Comissão Científica de Exploração do Império representam uma contribuição artística e científica significativa para a compreensão imagética do Aracati na segunda metade do século XIX. Através de seu talento como pintor e ilustrador, ajudou a documentar as paisagens, a fauna, a flora e os aspectos culturais das regiões exploradas pela comissão.

Seu trabalho apresenta notável valor histórico e científico, pois documenta visualmente a paisagem urbana e o meio ambiente em um período anterior às fotografias. Em Aracati, cidade que era um centro comercial importante à época, as ilustrações de Reis Carvalho documentaram a arquitetura colonial e as construções características da cidade, fornecendo um cenário da ocupação urbana e de seus aspectos culturais.

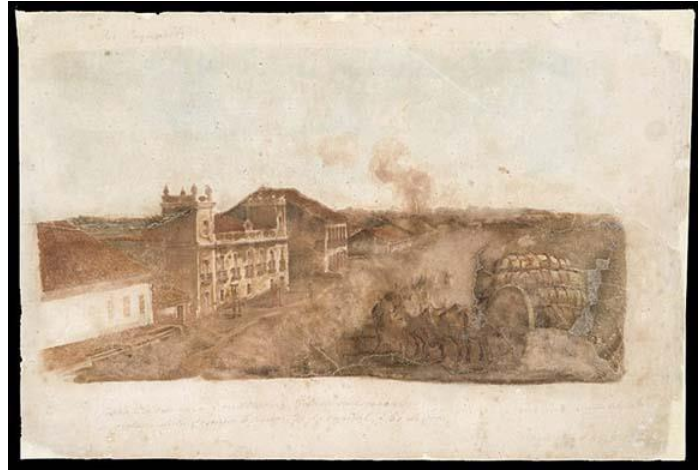


Figura 1: Câmara Municipal de Aracati

Acima temos uma representação da “Casa da Câmara e Cadeia” na cidade de Aracati feita em agosto de 1859 pelo ilustrador Reis Carvalho. Chama-nos a atenção um carro de boi conduzindo algodão, produto com alto valor comercial e que representava parte importante da economia local. O transporte e o cultivo do algodão dependiam de uma força de trabalho composta por escravizados, trabalhadores livres pobres e agregados. Esse sistema evidenciava uma hierarquia social rígida, onde a riqueza das elites era sustentada pelo esforço físico de uma ampla base de trabalhadores, frequentemente explorados em condições precárias.

O uso do carro de boi, uma tecnologia relativamente simples e adaptada às condições do sertão, também reflete as limitações tecnológicas da época. Por outro lado, essa adaptação demonstra a capacidade das populações locais de integrar práticas tradicionais a uma economia capitalista em expansão. Como documentarista da expedição de Francisco Freire Alemão, José dos Reis Carvalho também documentou processos tecnológicos produtivos e adaptativos.

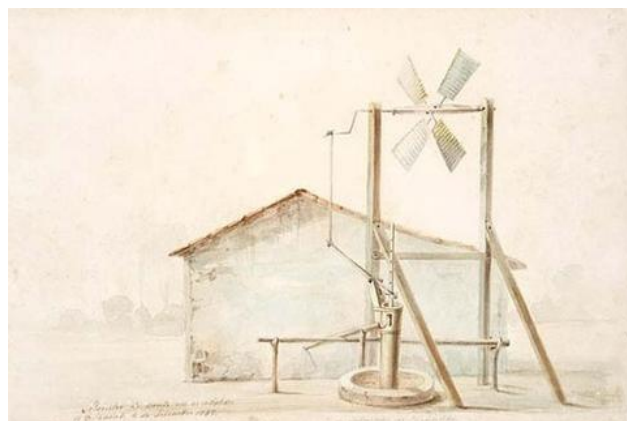


Figura 02: Moinho de Vento nos arredores de Aracati

O registro de um moinho de vento pela Comissão Científica do Império reflete o interesse em documentar e compreender a infraestrutura econômica e social do Ceará, revelando as práticas produtivas da época. Podemos observar o grau de dependência de tecnologias tradicionais, muitas vezes herdadas de práticas coloniais, e o uso intensivo de mão de obra, frequentemente composta por trabalhadores escravizados ou livres pobres.

As miniaturas em aquarelas de Reis Carvalho são, conforme Alves (2021, p. 90) documentos a serviço de uma expedição científica, cujo intuito era conhecer de forma objetiva as características da natureza e suas consequências sobre as atividades dos homens.

3.5. O Aracati das águas

A dinâmica entre a cheia do rio e a cidade é um tema relevante para a história ambiental, uma vez que revela como a natureza e as condições climáticas moldaram o cotidiano, a economia e as estruturas de poder locais. O Rio Jaguaribe, como vimos, era o principal meio de escoamento de mercadorias do Aracati, todavia sua navegabilidade era intermitente devido às variações sazonais das cheias e das secas. Durante o período das cheias, o rio transbordava, alagando vastas áreas da cidade e seus arredores, causando danos às residências, ao comércio e às plantações. Essa vulnerabilidade representava um obstáculo constante para a estabilidade econômica e urbanística, gerando perdas materiais e períodos de dificuldade para a população.

Ao escrever sobre esse fenômeno, o viajante inglês George Gardner afirma, em sua obra *Viagens no Brasil*.

No tempo das águas os caminhos são intransitáveis; em tempo de seca, não se encontra nem água nem erva para o gado. O rio corre perto da cidade e, quando lá estive, no fim da estação das águas, tinha, um pouco menos de um quarto de milha de largura; mas, na força das chuvas, atinge por vezes, doze pés acima do nível ordinário, e então inunda a cidade.¹

¹ GARDNER, George. **VIAGENS NO BRASIL principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841**. Companhia Editora Nacional. 1942. (p.127).

Koster (1942, p.160), outro viajante de origem portuguesa pelo nordeste brasileiro, relata em sua passagem pela cidade, que *“as casas do Aracati não parecem com as vistas n'outras paragens que visitei. Têm um andar superior sobre o térreo. Perguntando a razão, explicaram que as águas do rio inundam algumas veies, obrigando a uma retirada para os altos das residências”*.

A arquitetura das casas de Aracati, com um andar superior utilizado como refúgio durante as inundações, denota uma adaptação arquitetônica diretamente influenciada pelas condições ambientais da cidade e pelas cheias periódicas do Rio Jaguaribe. Essa configuração, incomum em outras regiões do Nordeste segundo o relato de Koster, evidencia como as forças naturais – especificamente o regime fluvial – atuaram como um fator determinante na conformação do espaço urbano e das práticas de construção, moldando um modo de vida caracterizado pela resiliência e pela integração da paisagem natural ao cotidiano local.

Os relatos de cronistas nos permitem observar que historicamente o município de Aracati é afetado pelo dinamismo das águas do rio que lhe margeia. As cheias do rio Jaguaribe, além de se constituírem como uma característica evidente da natureza desta região até a construção do dique de proteção ao redor da cidade a partir de 1985, afetou diretamente o cotidiano de sua população e também em sua atividade econômica no transcorrer de séculos.

Sob uma perspectiva mais abrangente, a interação entre cidades e rios é fundamental para a compreensão da história local em muitas regiões do mundo. Os rios apresentam um papel importante no processo de formação e desenvolvimento das cidades, dando contornos à sua geografia, influenciando suas atividades econômicas e interferindo a dinâmica da vida cotidiana dos seus habitantes ao longo dos tempos.

De acordo com (FACCO, JUNIOR *et al.* p.7).

Historicamente, a sociedade humana está condicionada à vida social e ao espaço geográfico. A paisagem é a materialização imediata e social e, desse modo, precisa ser analisada no contexto do cotidiano, das representações da natureza e dos seus significados, portanto, as representações da paisagem e da cultura constituem a identidade socioespacial. Neste contexto, a paisagem, como categoria de análise, pode ser historicamente contextualizada por conter as marcas da sociedade ao longo do tempo (FACCO, JUNIOR *et al.*, p.7).

Mello (2008) pondera que a história urbana pode ser traçada tendo como eixos as formas de apropriação das dinâmicas hídricas. A trajetória das relações entre cidades e corpos d'água reflete, assim, os ciclos históricos da relação entre homem e natureza.

O viajante George Gardner assinalou em seu relato aspectos geográficos da cidade: que a mesma sofre de constantes inundações advindas pela proximidade em relação ao rio que lhe margeia. Em seu relato, ao tratar do clima do Ceará, ressalta que *“toda a província é, por vezes, sujeita a prolongadas sêcas, a última delas ocorrida no ano de 1825, durante a qual não choveu absolutamente. Grande foi o sofrimento resultante desta calamidade, 'de que o povo ainda fala com supremo horror”* (GARDNER, 1942, p. 128). A alternância de cheias e secas fazem parte do cotidiano nesta região nordestina.

Madureira (2015) trata da história dos rios e como ela pode ser inferida a partir da história das cidades que percorrem. A autora discute as relações e mútuas adaptações entre rios e cidades, afirmando no tocante à relação entre os rios e as suas cidades que é importante conhecer os contextos territoriais e temporais específicos em que as cidades e os seus rios se intercambiam em uma complexa e dinâmica teia de relações.

A relação entre cidades e rios é uma expressão da dialética entre a natureza e a cultura. Os rios são moldados pelas ações humanas nas cidades, mas também influenciam a organização espacial e as práticas sociais urbanas. (CAPILÉ, 2016, p. 82) pondera que ao analisar a história das interações entre natureza e sociedade nesse contexto, argumenta-se que os rios que atravessam os centros urbanos não são meros elementos passivos da paisagem, mas componentes integrados, ativos e dinâmicos na formação e transformação desses espaços. Nesse cenário, as alterações ocorridas nos cursos d'água—sejam elas provocadas por ações humanas ou resultantes de processos naturais—desempenharam papéis significativos no desenvolvimento e na expansão das cidades.

Contudo, a relação entre cidades e rios também teve seus desafios ao longo da história. Inundações periódicas representavam uma ameaça constante para as comunidades ribeirinhas, causando danos significativos e perdas de vidas humanas.

Torres (2013, p. 26) afirma que a relação rio-cidade é histórica e social, permeada de conflitos, portanto não é estática, nem estável.

Rios (2016, p. 61), ao recorrer a relatos de visitantes estrangeiros ao Aracati no século XIX pondera que estes possuem o conhecimento de um outro Ceará: o das inundações. Reconhecer a diversidade dos regimes hídricos no Ceará tem implicações profundas para a historiografia regional. Ao se abrir para a possibilidade de múltiplas leituras – que contemplem tanto a seca quanto as inundações –, os pesquisadores podem evitar a armadilha de uma narrativa monolítica e, assim, captar a riqueza das experiências históricas e ambientais do Nordeste.

A identificação de um “Ceará das inundações”, como propõe a autora supracitada, desafia a visão hegemônica e simplificadora do Nordeste como um espaço unicamente marcado pela escassez de água. Assim, a integração dos elementos naturais à análise histórica revela uma paisagem em constante mutação, na qual a dinâmica dos rios e das cheias contribui para a formação de uma identidade regional plural e complexa.

No contexto do século XIX, o Nordeste era caracterizado pela irregularidade de seu regime hídrico, com rios intermitentes e chuvas sazonalmente imprevisíveis. As cheias, embora periódicas, eram vistas como um alívio para o sertanejo, pois renovavam os solos, enchiam açudes e riachos, e garantiam a subsistência por meio da agricultura e pecuária. Por outro lado, as secas prolongadas, frequentemente descritas em relatórios oficiais e narrativas de viajantes, eram associadas à fome, migração forçada e colapso das estruturas produtivas.

As narrativas científicas foram fundamentais para consolidar uma visão do Nordeste como uma região “problemática”, cujo desenvolvimento estaria condicionado à gestão dos recursos hídricos. A historiografia da época, frequentemente influenciada por essas narrativas científicas, tendia a retratar o sertão como um espaço marcado pela luta constante contra os caprichos da natureza.

Amado (1995, p. 145-151), revela-nos uma construção histórica, discursiva e simbólica complexa para além da esfera institucional e que ocupa lugar central no imaginário, na literatura, na historiografia e nas representações espaciais do Brasil: demonstra que o sertão não é apenas um espaço geográfico, mas uma categoria de pensamento social e cultural, carregada de significados variados, muitas vezes ambíguos. Desde o período colonial, a noção de sertão foi construída pelos colonizadores portugueses como sinônimo de “interior”, “distância”, “desconhecimento” e “barbárie”, em oposição à “costa” ou ao “litoral”, espaços da colonização, da ordem e da cristandade. Essa oposição estruturou a visão colonial do

território: o litoral era o lugar da civilização e o sertão, o da alteridade radical — habitado por “selvagens”, dominado pela “natureza bruta” e fora do controle direto da Coroa.

Alemão (2006, p. 49), apresenta-nos um relato de sua visita à cidade litorânea de Aracati no século XIX.

Nas grandes cheias do Jaguaribe, como uma de 39 e [outra] de 42, toda a cidade fica embaixo d'água, há casas que ficam com água pelas vergas das juntas e pelas ruas andam canoas e lanchas, e de circunstância mui forte. Nessas ocasiões quase toda a gente sai da cidade tirando seus móveis e os que têm sobrado os passam para cima, como fazem as vendas, armazéns e lojas; muitas casas se arruínam e o espetáculo deve ser medonho, porque toda a grande vargem fica submersa, formando um vasto lagamar, do meio do qual surgem as casas ou antes os sobrados e as igrejas. Este estado dura alguns dias, às vezes 15 ou mais (ALEMÃO, 2006, p. 49).

As grandes cheias do Rio Jaguaribe, que periodicamente submergiam a cidade de Aracati e transformavam sua paisagem urbana em um “lagamar” temporário, revelam uma relação de dependência e enfrentamento entre os habitantes e o ambiente, na qual as estratégias de adaptação, a mobilidade forçada e as práticas de armazenamento de bens constituem não apenas uma resposta imediata às forças naturais, mas também um modo de vida marcado pela resiliência e pela adaptação ao ciclo de inundações.

A história ambiental deve ser compreendida como um campo em que a natureza atua como agente ativo, impondo desafios e moldando comportamentos, ao mesmo tempo que evidencia a engenhosidade humana em negociar a permanência em uma região ambientalmente vulnerável.

São as casas dotadas de passeios ou calçadas nas frentes, de tijolo, ou de granito tirado do Areré - estas calçadas são em geral mais altas que a rua, principalmente no lado sul, e algumas têm porões mais altos, isto não é só pela falta de nivelamento da rua, como principalmente por causa das enchentes. Se esta vier ainda a prosperar abrindo-se-lhe ou desobstruindo assim a barra, não será mais difícil dar às casas e ruas uma elevação conveniente para as pôr a salvo das inundações, pois estas não excedem no meio das ruas e nas portas mais baixas de 12 palmos (ALEMÃO, 2006, p. 91).

Os rios, ao mesmo tempo em que oferecem desafios como enchentes, constituem elementos centrais no desenvolvimento das estéticas urbanas, moldando a configuração física e simbólica das cidades, como no caso do Aracati oitocentista,

onde o planejamento urbano reflete tanto uma resposta às dinâmicas naturais quanto uma projeção de prosperidade vinculada ao potencial econômico do rio.

A adaptação das casas às enchentes, com calçadas e porões elevados visa proteger os moradores dos transbordamentos do rio. Essa solução arquitetônica revela uma estética urbana funcionalista, na qual a forma segue a necessidade. As calçadas altas e porões não apenas servem como barreiras físicas, mas também criam um cenário visual que integra a dinâmica do rio à vida cotidiana, transformando o ambiente fluvial em parte indissociável da paisagem urbana.

Essa interação ilustra a tensão entre o desejo de controle sobre o ambiente e a necessidade de coexistência com ele. A estética urbana de cidades ribeirinhas como Aracati resulta dessa relação de negociação contínua, em que a natureza influencia o projeto humano tanto quanto é influenciada por ele.

As cheias de Aracati, sob o prisma da história ambiental, permitem-nos reconhecer o papel do rio não apenas como recurso natural, mas como uma presença que demanda constante negociação e adaptações sociais, econômicas e culturais, tornando evidente a capacidade dos habitantes de configurarem seu modo de vida em sintonia com os ciclos ambientais que definem sua existência.

Alemão sugere ainda no excerto supracitado que o desenvolvimento do Aracati depende de intervenções na barra do rio, indicando o papel central do Jaguaribe na economia local. Essa dependência do rio transparece na estrutura da cidade, que reflete uma expectativa de crescimento baseada no comércio fluvial. O dinamismo do rio, enquanto força natural e vetor de progresso, influencia a estética da cidade, vinculando-a ao simbolismo da prosperidade e da conexão com o mundo exterior.

Ressalta-se ainda que o rio Jaguaribe aparece como uma força dual: é, ao mesmo tempo, um motor potencial de desenvolvimento econômico e um agente de destruição através das enchentes. Essa dualidade é central na historiografia ambiental, que busca compreender como os sistemas naturais são integrados nas narrativas humanas de progresso e catástrofe. Alemão (2006, p. 91) enfatiza a necessidade de "abrir ou desobstruir a barra" para impulsionar a economia, evidenciando o papel dos rios como eixos estratégicos na organização espacial e econômica do Império.

É importante apontar que suas considerações refletem a mentalidade do século XIX, marcada pela crença no progresso científico e técnico como ferramenta para

domesticar a natureza e impulsionar a prosperidade urbana. O discurso científico do naturalista-viajante ao Aracati vê a natureza como passível de reordenação.

A proposta de planejamento urbano apresentada baseia-se no princípio de que a aplicação do conhecimento técnico-científico deve orientar transformações espaciais que favoreçam as condições para o progresso humano. Dessa forma, a narrativa evidencia a inter-relação entre a ciência e os objetivos políticos de modernização e crescimento econômico, características centrais das diretrizes adotadas pelo poder imperial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No transcorrer da minha recente trajetória que resultou na elaboração desta dissertação foram superados inúmeros e difíceis obstáculos. Em primeiro lugar, conciliar as exigências da produção acadêmica com as atividades laborais inerentes a um professor da rede pública de ensino exigiu de mim um exercício de autodisciplina no que tange ao uso do tempo para fazer leituras que subsidiam o seu arcabouço teórico.

Em segundo lugar, o deslocamento e hospedagem na cidade Mossoró onde fica o campus da UERN para assistir as aulas do mestrado obrigou-me a reordenar a minha vida familiar e social. Privei-me de muitos instantes de convivência com meus amigos e parentes. Entretanto, fui recompensado. Fiz novos amigos. Dividimos juntos angústias e inquietações na produção da pesquisa. Também compartilhamos leituras para subsidiar a discussão historiográfica.

Apesar das renúncias e dos necessários momentos de solidão, não me restam dúvidas quanto ao profundo senso de gratidão em poder participar deste programa de mestrado. Este se insere como uma importante política pública que visa elevar a qualidade da formação profissional de docentes em História. As discussões teóricas realizadas em cada aula das disciplinas que compõem a grade do profhistória foram fundamentais para que eu possa repensar minhas práticas como docente da disciplina.

A possibilidade de aplicar conceitos históricos ao microcosmo da sala de aula me motivou a concorrer, no ano de 2022, a uma vaga no referido programa.

Enfatizei no transcorrer das páginas precedentes que a história local oferece ao professor uma grande diversidade de abordagens epistemológicas que contribuem

para otimizar relações de ensino e aprendizagem. Como docente, sempre manifesto a preocupação de estabelecer pontos de contato entre os assuntos que compõem a BNCC (BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR) com o domínio mais próximo de mim e do meu aluno.

Ao optar por analisar as descrições sobre o Aracati no século XIX feita por viajantes estrangeiros como George Gardner e Henry Koster, além das narrativas do naturalista Francisco Freire Alemão à frente da Comissão Científica do Império brasileiro, buscamos situar as realidades e as mudanças pelo qual a urbe passou nesse período. Este município é o quarto mais antigo do Estado do Ceará e suas construções foram reconhecidas, em outras épocas, por sua opulência. Discutir as relações sociais e de poder no âmbito local é desafiador, tanto no campo metodológico quanto no campo da produção histórica em si.

Uma viagem nos ensina a aprender sobre o mundo que se desconhece. O viajante, ao empreender o esforço de visitar terras distantes da sua, se depara com valores e práticas sociais diferentes e, por vezes, conflitantes com seu sistema de crenças. Esses relatos ajudam-nos a reconstituir, no plano historiográfico, um mundo que não mais existe.

A exploração de fontes documentais e textuais de diferentes naturezas oferece subsídios valiosos que nos ajudam a empreender um diálogo interdisciplinar onde aspectos geográficos, históricos e sociológicos são postos em evidência nestas narrativas. Também permite-nos esboçar metodologias fundadas na concepção de transdisciplinaridade, aproximando o diálogo da história com a literatura, favorecendo o desenvolvimento de atividades que aproximam o conhecimento histórico à realidade de estudantes da rede pública.

Tornar a disciplina de História envolvente e que estimule o pensamento crítico e reflexivo requer desfazer a concepção de que ela é uma unidade curricular essencialmente teórica. Envolver o aluno no processo de construção de saberes e despertar no discente a postura de sensibilidade que lhe permita atribuir significados multifacetados ao passado de seu lugar pressupõe uma mudança de postura do próprio profissional do magistério que deverá reconhecê-lo como protagonista de sua própria formação intelectual.

As lacunas existentes na ainda insipiente produção historiográfica do município de Aracati oferece aos historiadores locais possibilidades de estudo de uma ampla

gama de objetos de pesquisa. A escassez de trabalhos acadêmicos sobre o assunto aqui retratado foi determinante para a escolha do tema dessa dissertação.

O levantamento de fontes auxiliares, o método de trabalho adequado ao trabalho delas e os usos didáticos apropriados foram elementos sequenciais do percurso que norteou este trabalho que encontra sua relevância no convite para que professores de história, sobretudo os da rede pública, sejam capazes de se apropriarem do patrimônio material e imaterial que compõe a sua esfera de vivências e sejam capazes de oportunizar aos estudantes experiências que lhes permitam enxergar o passado não como se fosse um elemento fundamentado em si, mas que é capaz de se integrar ao presente.

Estimular a prática da leitura por meio do estudo de relatos de viajantes estrangeiros e naturalistas do século XIX é envolvente. Permite o desenvolvimento de novas competências e habilidades que contribuirão para o aluno desenvolver novos conceitos sobre o mundo que interage. Estabelece um diálogo com proponentes curriculares de uma mesma área de conhecimento (no caso desta dissertação, principalmente com a geografia) e também permite uma reflexão transdisciplinar com a área de Linguagens e Códigos.

Penetrar no universo temporal que não é o nosso, mas que deixa permanências na atualidade é um exercício fundamental para fazer com que o estudante seja capaz de olhar para o espaço histórico a partir do que ele representou no passado e o que representa hoje. As crônicas de viajantes e naturalistas descrevem um tempo que não é o nosso, contudo guarda verossimilhanças com a atualidade. Operam como suportes no entendimento sobre a constituição da cidade de Aracati.

Ao longo desta dissertação, exploramos uma série de relatos de visitantes estrangeiros que viajaram ao Nordeste brasileiro no século XIX, oferecendo valiosas perspectivas sobre essa região e o contexto histórico em que se encontrava. Ficou evidente a riqueza e complexidade desses relatos, que abrangem aspectos diversos, desde a geografia e cultura até as relações sociais e econômicas.

Os relatos de viagem têm se mostrado fundamentais para a compreensão do passado, e, neste estudo, confirmou-se a importância dessas narrativas como fonte primária para a história do Nordeste brasileiro no século XIX. Essas testemunhas oculares ofereceram descrições detalhadas da região, documentando aspectos da vida cotidiana, as características geográficas, as práticas culturais e as dinâmicas sociais da época.

Contudo, é importante reconhecer que os relatos de visitantes estrangeiros também são permeados por perspectivas particulares, preconceitos e estereótipos da época. A visão eurocêntrica predominante à época frequentemente influenciou as percepções e descrições dos viajantes, tornando necessário interpretar esses registros com uma abordagem crítica e contextualizada.

REFERÊNCIAS

- ALEMÃO, Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão**, 1859. Fortaleza: Museu do Ceará: Secult, 2006.
- ALMEIDA, L. T. **Literatura naturalista, moralidade e natureza**. 2013. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- ALMEIDA, Marco Antônio. A Literatura de Aventuras e a Expansão do Ocidente: As Viagens Extraordinárias de Júlio Verne. **Revista de Ciências Sociais: RCS**, v. 29, n. 1, p. 120-132, 1998.
- ALVES, Cláudio José. Aspectos históricos da produção iconográfica do pintor José dos Reis Carvalho e sua participação na Comissão Científica de Exploração (1859-1861). **Revista de História da Arte e da Cultura**, Campinas, SP, n. 15, p. 83-94, 2021. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rhac/article/view/15346>. Acesso em: 21 dez. 2024.
- AMADO, Janaína. Região, Sertão e Nação. **Revista Estudos Históricos**, v. 8, n. 15, p. 145-152, 1995.
- AMARAL, Marise Basso. **Histórias de viagem e a produção cultural da natureza: a paisagem do Rio Grande do Sul segundo os viajantes estrangeiros do século XIX**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- ARANHA, Gervácio Batista. Retratos urbanos: o cotidiano da cidade na ótica dos cronistas. **Revista de Humanidades**, v. 29, n. 2, p. 389-412, 2014.
- ARAÚJO, Reginaldo Alves de. **A parte no partido: relações de poder e política na formação do Estado Nacional Brasileiro, na província do Ceará (1821-1841)**. 2018. 445f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2018.
- ARAÚJO, Raimundo Alves de. **FAMÍLIA E PODER: A construção do Estado no noroeste cearense do século XIX**. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Acadêmico em História do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em História Social. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza. Ceará. 2011.
- BAILÃO, Andre Sicchieri. **Campos, matos, sertões-paisagens imaginadas e expedições naturalistas no século XIX**. Anais eletrônicos do 15º Seminário Nacional

de História da Ciência e da Tecnologia, realizado entre 16 e 18 de novembro de 2016. Florianópolis, SC, 2016. Disponível em: https://www.15snhct.sbhct.org.br/resources/anais/12/1473992952_ARQUIVO_Paper_AndreBailaoSBHCT.pdf.

BARREIRO, José Carlos. **Imaginário e Viajantes no Brasil do século XIX**: cultura e cotidiano, tradição e resistência. Editora Unesp. São Paulo. SP. 2002.

BARROS, Clarissa Dubeux. A beleza e a feiura na contemporaneidade. **Diálogos–Revista de estudos culturais e da contemporaneidade**, v. 9, p. 73-86, 2013.

BRASIL, Thomas Pompeo de Sousa. **Ensaio Estatístico da Província do Ceará**. Coleção Biblioteca Básica Cearense. Tomo I. Fundação Waldemar Alcântara. 1997.

BELLUZZO, A. M. (2009). **O viajante e a paisagem brasileira**. PORTO ARTE: Revista De Artes Visuais, 15(25). <https://doi.org/10.22456/2179-8001.10514>

BENJAMIN, Walter. **Considerações sobre a Obra de Nikolai Leskov**. In: Obras Escolhidas – Magia e técnica, arte e política. 3. ed. São Paulo. Editora Brasiliense, 1987. 1 vol.

BURITI, Catarina de Oliveira; AGUIAR, José Otávio. **História, meio ambiente e sociedade nas obras de Henry Koster e Manoel Arruda da Câmara**: construções culturais da paisagem nordestina no início do oitocentos. In: I COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA. GT 07: História Ambiental: Sociedade e Cultura da Natureza. Perspectivas e Desafios no Campo da História. Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), 1º, 2008. Anais [...]. Campina Grande - PB, 2008. ISBN: 978-85-89674-48-5. Disponível em:

<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/36595>

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Tradução de Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BUSANELLO, Márcia Regina. **O maravilhoso no relato de Marco Polo**. 2012. Dissertação (Mestrado em Língua e Literatura Italiana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/D.8.2012.tde-12032013-091351. Acesso em: 2024-08-11.

BESSELAAR, José Van Den. Heródoto, pai da História. **Revista de História**, São Paulo, v. 24, n. 49, p. 3–26, 1962. DOI: [10.11606/issn.2316-9141.rh.1962.121556](https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1962.121556). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/121556>. Acesso em: 11 ago. 2024.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II**. Lisboa: Livraria Martins. Fontes editora, 1983. Pp.21-100.

CASTELLO, José Aderaldo. Aspectos do realismo-naturalismo no Brasil. **Revista de História**, v. 6, n. 14, p. 437-456, 1953.

CAPILÉ, B. Rios urbanos e suas adversidades: repensando modos de ver as cidades. **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 81-95, 2016. Disponível em: <https://www.halacsolcha.org/index.php/halac/article/view/223>. Acesso em: 9 fev. 2025.

CARVALHO, Benedito. De que família você é? A “família cearense”: distinção, símbolos e poder. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 30, n.1/2, p. 75-87. 1999. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/10076>.

COELLO, Alexandre de La Rosa. **Historias naturales y colonialismo: Gonzalo Fernández de Oviedo y José de Acosta**. Illes i imperis, p. 45-68, 2006.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Fortaleza, capital do Ceará: transformações no espaço urbano ao longo do século XIX. **Revista do Instituto do Ceará**, v. 128, p. 81-111, 2014.

COSTA, João Paulo Peixoto. Terra em ruínas: miséria, violência e poder no Ceará nos relatos de início do século XIX. **TEL Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 3, n. 2, p. 63-79, 2012.

CUNHA, George Henrique. Ensaio sobre a economia da província do Ceará durante do século XIX. **Revista Economia Política do Desenvolvimento**, v. 9, n. 21, p. 98-111, 2018.

CHARTIER, R. **O mundo como representação**. Estudos avançados, 5 (11), 173-191. <https://resvistas.usp.br/eav/article/view/8601>. 1991. Acesso em: 24 mar. 2025.

_____. **O mundo como representação**. Estudos avançados, 5 (11), 173-191. <https://resvistas.usp.br/eav/article/view/8601>. 2002. Acesso em: 24 mar. 2025.

DA COSTA FALCÃO, Cleire Lima; SOBRINHO, José Falcão. A obra de Goethe e o viajante naturalista Humboldt: à prática científica do trabalho de campo. **Ciência e Natura**, v. 38, n. 3, p. 1238-1245, 2016.

DAFLON, Claudete. LACUNAS QUE AS LETRAS BUSCAM SUPRIR: LITERATURA E CONHECIMENTO NO BRASIL. **Interdisciplinar - Revista de Estudos em Língua e Literatura**, São Cristóvão SE, v. 17, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/interdisciplinar/article/view/1335>. Acesso em: 24 mar. 2025.

DENIS, Ferdinand. **Le Brésil, ou, Histoire, moeurs, usages et coutumes des habitants de ce royaume**. Tomo V. Paris. França. 1822.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; DE ASTRONOMIA, Museu; AFINS, Ciências. Expedições científicas no Brasil: circulação de conhecimentos “internacionais” e de objetos científicos “locais” (séc. XIX). _____; LOSADA, Beatriz Zito; PUIGSAMPER, Miguel Ángel. **Um Álbum para o Imperador: A Comissão Científica do Pacífico e o Brasil**. Rio de Janeiro: MAST, p. 103-126, 1998.

_____. **O homem, as ciências naturais e o Brasil no século XIX**. Acervo, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 167–178, 2009. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/107>. Acesso em: 28 set. 2024.

DUSSEL, Enrique. **Desde o “ego” europeu ao “en-cobrimento” do outro**. In: _____. **1492 O encobrimento do outro (a origem do “mito da modernidade”)**. Tradução de James A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993. pp. 17-70.

FACCO, Janete; JÚNIOR, Silva Francisco de Oliveira; CARASEK, Fábio Luiz; CANCELIER, Janete Webler; CONCEIÇÃO, Lisane Regina Vidal. **Os rios e o urbano: rupturas ou continuidades nas cidades médias do Brasil - Chapecó (SC), Brasil**. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/243215>

FERNÁNDEZ, Fernando Carmona. **“El viaje de un naturalista alrededor del mundo” de Darwin y la literatura de viajes**. In: La Literatura en la Historia y la Historia en la Literatura: in honorem Francisco Flores Arroyuelo. Servicio de Publicaciones, 2009. p. 25-36.

FETZ, Marcelo. Expedições científicas no século XIX: o universo da ciência e a diversidade cultural. Cadernos de Campo: **Revista de Ciências Sociais**, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do Discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Edições Loyola. São Paulo. SP. 2014.

FLORES, M. (2011). **Heródoto e a construção da História**. História, 1(3), 9–16. Recuperado de <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2345>

GADDIS, John Lewis. **Paisagens da história como os historiadores mapeiam o passado**. Tradução de Marisa Rocha Motta. Rio de Janeiro: campus, 2003.

GARDNER, George. **VIAGENS NO BRASIL principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841**. Companhia Editora Nacional. 1942.

GERMANO, Idilva Maria Pires. Antigos e modernos: progressismo e reação tradicionalista no Ceará provincial. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v.28, n.1/2, 1997, p.139-142.

GIRÃO, Raimundo. *Evolução Histórica Cearense*. Série: **Documentos do Nordeste**, vol. 5. Banco do Nordeste do Brasil. Fortaleza, Ceará. 1985.

GOULARTI FILHO, Alcides. Abertura da navegação de cabotagem brasileira no século XIX. **Ensaio FEE**, v. 32, n. 2, 2011.

KESSELRING, Thomas; VEIGA-NETO, Alfredo José da. O conceito de natureza na história do pensamento ocidental. Episteme (Porto Alegre): **Filosofia e história das ciências em revista**. Porto Alegre. N. 11 (jul./dez. 2000), p. 153-172, 2000.

KIDDER, Daniel. **Reminiscências de viagens e permanência no Brasil**. Livraria Martins Editora. São Paulo. SP. 1943.

KOSTER, Henry. **Viagens ao nordeste do Brasil**. Tradução e Notas de Luís da Câmara Cascudo. Companhia Editora Nacional. São Paulo – Rio de Janeiro – Recife – Porto Alegre. 1942.

KURY, L. **As viagens luso-americanas e as práticas científicas do século das Luzes**. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História-ANPUH, São Paulo, julho 2011 [Acesso em 2024 dez 24]. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300895704_ARQUIVO_instrucNPQ.pdf.

MADUREIRA, Helena. Os tempos dos Rios e das Cidades. **Revista Convergência Crítica**, v.1, n.7. 2015.

Disponível em < [Os tempos dos rios e das cidades | Revista Convergência Crítica \(uff.br\)](http://www.uff.br/convergenciacritica)>

MELLO, S. S. **Na beira do rio tem uma cidade**: urbanidade e valorização dos corpos d'água. 2008. 348f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1608/1/2008_SandraSoaresMello_até_cap_5.pdf.

MUNANGA, K. (2004). **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. 2004.

MUSSALIM, Fernanda. **Análise do discurso. Introdução à linguística: domínios e fronteiras**, v. 2, n. 2, p. 101-142, 2001.

- NAVAS, Diana. Literatura e ciência: campos antagônicos ou complementares?. **Ciência e Cultura**, v. 72, n. 1, p. 37-40, 2020.
- NOGUEIRA, G. P. Um Porto no Sertão, Um Centro Regional: A Vila de Santa Cruz do Aracati no Século XVIII. **Revista Porto**, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 2. 2016.
- OBERACKER, Carlos. Viajantes, naturalistas e artistas estrangeiros. HOLANDA, Sergio Buarque de (dir.). **História geral da civilização brasileira**. Brasil monárquico. Tomo II. Volume 1. O processo de emancipação. 1a edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- OLARTE, Mauricio; FLÓREZ MALAGÓN, Alberto G. Remedios para el Imperio. Historia natural y la apropiación del nuevo mundo. **Revista de Estudios Sociales**, n. 09, p. 113-115, 2001.
- PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares. Nordeste: violência e política no século XX. **Revista de Ciências Sociais**. v. 7 n.1 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/791>.
- PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império**: relatos de viagem e transculturação. Editora Edusc. Bauru, SP. 1999.
- PEREIRA, Nilton Mullet. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. Anos 90: **Revista do Programa de Pós-Graduação em História**. Porto Alegre. Vol. 15, n. 28 (dez. 2008), p. 113-118, 2008.
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina1. A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais–Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, p. 107-126, 2005.
- REIS, C. **O conhecimento da literatura – introdução aos estudos literários**. Almeidina: Coimbra, 1995. 540 p.
- RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 1995. 286 p. (Tomo II).
- RIOS, Kênia Sousa. **Os Usos da Narrativa – Escrita e Oralidade**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2016.
- ROCHA, A. C. D. (2021). **NOS SERTÕES DOS OITOCENTOS**: escravidão, liberdade e criminalidade nos sertões da província do Ceará (1830-1888). Outros Tempos: Pesquisa Em Foco - História, 18(31), 212–232. <https://doi.org/10.18817/ot.v18i31.829>
- RUSEN, Jorn. **História viva**. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.
- SAID. Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente/Edward W. Said; tradução Tomás Rosa Bueno - São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SANTOS, Paulo César dos. **O Ceará investigado: a Comissão Científica de 1859.** 2011. 174 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza-CE, 2011.

SANTOS, Jonatas Jonas Silva dos. **Entre a “força da terra” e a “indústria do homem”:** algodão, natureza e cultura no Ceará dos oitocentos. 2018.

SARAT, Magda. Literatura de viagem: olhares sobre o Brasil nos registros dos viajantes estrangeiros. **Patrimônio e Memória**, v. 7, n. 2, p. 33-54, 2007.

SILVA, Rafael Pereira da. **As desventuras de um renascentista entre os Tupinambás:** a visão do viajante Hans Staden sobre as terras e os povos do Brasil. *Revista Trilhas da História*, v. 2, n. 3, p. 158-171, 1997.

SILVA, Clarete Paranhos, LOPES, Maria Margaret, FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de M. " **A Trajetória de João da Silva Feijó no Ceará**". ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003.

SILVEIRA, Renato da. **Os selvagens e a massa papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental.** *Afro-Ásia*, 23, Salvador: 1999, p.87-144.

SOUZA, Raick de Jesus. Experiências das viajantes naturalistas durante o século XIX e as representações do Brasil oitocentista. **Revista Brasileira de História da Ciência**, v. 12, n. 2, p. 236-255, 2019.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui – o narrador e a viagem. Companhia das Letras.** Ed. Schwarcz Ltda. São Paulo. SP. 2008.

SCATENA, Stella Maris. Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental. **Cadernos de Seminários de Pesquisa**, v. 2, p. 62-86, 2009.

TAKEYA, Denise Monteiro. O capital mercantil estrangeiro no Brasil do século XIX: a atuação da Casa Boris Frères no Ceará. **Revista de Ciências Sociais: RCS**, v. 25, n. 1, p. 111-145, 1994.

TOLLER, Heloisa. **Bons e Maus Selvagens:** a indispensável visão mítica no Colonialismo/Imperialismo Europeu. *IPOTESI-REVISTA DE ESTUDOS LITERÁRIOS*, v. 11, n. 1, p. 113-124, 2007.

TORRES, Maria Betânia Ribeiro. **As Cidades, os Rios e as Escolas:** Um Estudo das Práticas de Educação Ambiental nas Cidades de Natal e Mossoró. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

Disponível em
https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/13816/1/CidadesRiosEscolas_Torres

[2013.pdf](#).

VITTE, A. C. **Entre o imperialismo e a imaginação, a construção da Geografia Tropical em Pierre Gourou** - DOI: 10.5212/TerraPlural.v.5i1.0001. Terra Plural, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 9–23, 2011.

ZUBARAN, Maria Angélica. **O eurocentrismo do testemunho**: relatos de viagem no Rio Grande do Sul do século XIX. Anos 90, v. 7, n. 12, p. 17-33, 1999.

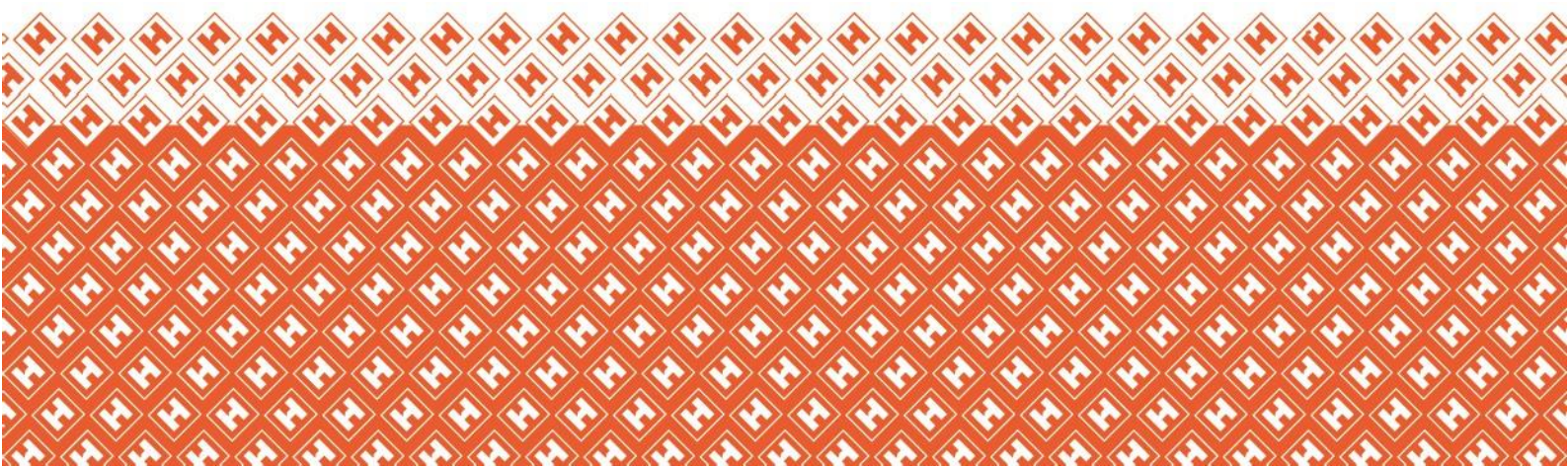
APÊNDICES



CAIO FERREIRA ROCHA

LITERATURA DE VIAGEM: a construção do Aracati oitocentista a partir de relatos de viajantes e naturalistas

MOSSORÓ
2025



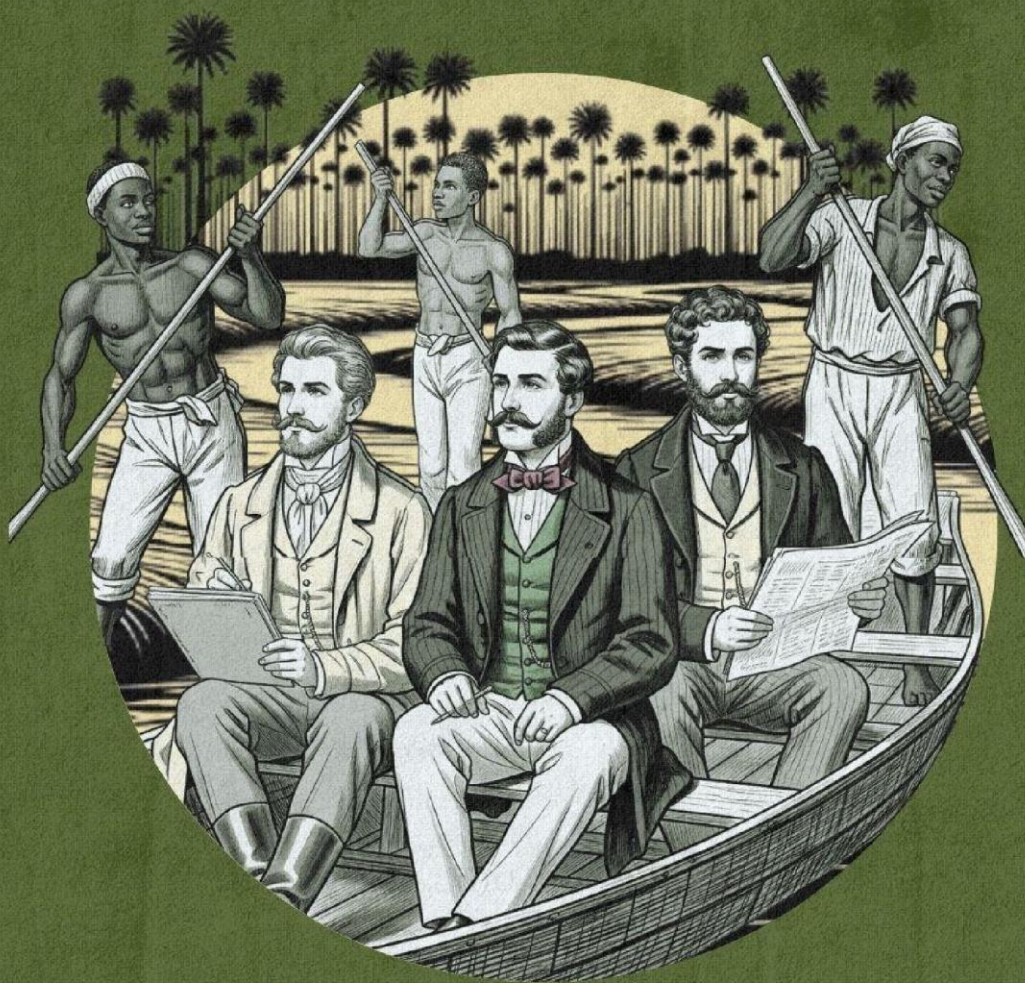
Sequência didática.

Autor: Caio Ferreira Rocha

Orientador: Dr. Leonardo Cândido Rolim.

O ARACATI OITOCENTISTA

Nos relatos de viajantes e naturalistas



O ARACATI OITOCENTISTA

Nos relatos de viajantes e naturalistas





SUMÁRIO

• APRESENTAÇÃO.....	121
• CAPÍTULO 1: A literatura de viagem como fonte histórica: Koster, o viajante.....	122
• Entendendo a fonte.....	123
• Fonte Histórica.....	124
• ATIVIDADES.....	129
• SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA USO E APLICAÇÃO DA CARTILHA DE VISITAÇÃO AO CENTRO HISTÓRICO EM ARACATI-CE POR EDUCADORES E EDUCADORAS.....	130
• CAPÍTULO 2: O papel dos viajantes naturalistas na construção do conhecimento sobre Aracati no século XIX: o relato de George Gardner... ..	133
• Entendendo a fonte.....	134
• Fonte Histórica.....	135
• ATIVIDADES.....	140
• SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA USO E APLICAÇÃO DA CARTILHA DE VISITAÇÃO AO CENTRO HISTÓRICO EM ARACATI-CE POR EDUCADORES E EDUCADORAS.....	142
• CAPÍTULO 3: Narrativas sobre o espaço e a população aracatiense contidas nos relatos do naturalista Francisco Freire Alemão.....	145
• Entendendo a fonte.....	146
• Fonte Histórica.....	146
• ATIVIDADES.....	151
• SEQUÊNCIA DIDÁTICA PARA USO E APLICAÇÃO DA CARTILHA DE VISITAÇÃO AO CENTRO HISTÓRICO EM ARACATI-CE POR EDUCADORES E EDUCADORAS.....	155

APRESENTAÇÃO

Olá, caros estudantes e professores, esta é uma sequência didática orientada para o estudo da história local, sendo confeccionada a partir de pesquisas no âmbito do Mestrado Profissional em Ensino de História na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PROFHISTÓRIA-UERN), objetivando a compreensão e análise das percepções de viajantes e naturalistas que visitaram a cidade de Aracati no decorrer do século XIX.

Ao decidir usar livros de viajantes e naturalistas como recursos de aprendizagem para o ensino de História local e regional, reconhecemos a importância desse tipo de documentação histórica para identificar quais discursos foram construídos sobre a paisagem e as pessoas que viveram no Aracati durante o século XIX e como eles se adequam a uma perspectiva maior que buscou justificar a exploração econômica, a categorização e a discriminação de suas populações a partir da utilização de parâmetros pseudocientíficos.

Esta proposta didática permitirá aos docentes e discentes um contato imersivo com a história local buscando desenvolver criticidade e interdisciplinaridade, buscando ressignificar o passado da cidade tornando a aprendizagem colaborativa.

Desejamos que as atividades propostas e os textos selecionados sejam de grande importância para que estudantes possam desenvolver competências e habilidades voltadas a perceber e entender o passado e suas marcas no presente! Bons estudos!

Aracati



A literatura de viagem como fonte histórica: Koster, o viajante

Os relatos de viagem desempenham um papel fundamental na análise da história de Aracati, pois oferecem registros importantes sobre o cotidiano, a economia, a cultura e a geografia da cidade em diferentes momentos do passado.

Durante o século XIX, Aracati se destacou como um dos principais centros comerciais do Ceará, especialmente devido à exportação de produtos como o algodão e o couro. Nesse contexto, viajantes europeus e naturalistas que passaram pela região documentaram suas impressões, descrevendo aspectos da paisagem, das relações sociais e das atividades econômicas. Esses relatos, ao serem analisados criticamente, permitem reconstruir uma visão mais detalhada do desenvolvimento histórico da cidade.

Henry Koster foi um viajante e escritor inglês que viveu no Brasil entre o final do século XVIII e o início do XIX, especialmente na região Nordeste, onde se estabeleceu por um tempo em Pernambuco. Sua obra mais conhecida, *Travels in Brazil* (1816), oferece-nos um relato detalhado sobre a vida, os costumes, a economia e a paisagem da região nordestina nesse período.

Koster é importante para a análise do Nordeste brasileiro no século XIX porque sua escrita combina observação direta com uma abordagem descritiva rica em detalhes, contribuindo para a compreensão das estruturas sociais, da escravidão, da agricultura (particularmente a produção de açúcar) e das relações entre diferentes grupos sociais. Seus relatos são significativos tanto para a história social e econômica quanto para estudos culturais e da literatura de viagem.



Entendendo a fonte

Henry Koster, um viajante e escritor inglês do início do século XIX, desempenhou um papel importante na formação do olhar europeu sobre o Brasil, especialmente a região Nordeste. Sua principal obra, *Travels in Brazil*, publicada em 1816, oferece ao leitor um relato rico e detalhado sobre os aspectos naturais, econômicos, sociais e culturais da região, fruto de sua longa estadia no país entre 1809 e 1815.

Diferente de outros viajantes que apenas passaram por terras brasileiras, Koster viveu no Brasil, o que lhe permitiu observar com mais profundidade as dinâmicas locais.

Em *Travels in Brazil*, o Ceará é descrito como um ambiente natural seco e a vegetação característica da caatinga, além de ressaltar a hospitalidade dos moradores, apesar das dificuldades. Ele também comenta sobre o isolamento de algumas localidades e a precariedade das estradas, revelando as barreiras físicas e logísticas que dificultavam a comunicação entre o litoral e o sertão.

A visão de Koster é marcada tanto por uma curiosidade científica quanto por um olhar eurocêntrico típico de seu tempo. Ainda assim, sua obra se destaca por tentar apresentar um retrato mais equilibrado e empático do Brasil interiorano, sobretudo se comparada com as descrições caricaturais ou superficiais de outros viajantes. Seu texto combina a observação etnográfica com uma sensibilidade literária, e seu conhecimento do idioma português contribuiu para um contato mais direto com os habitantes locais, possibilitando uma descrição mais detalhada e realista.

Travels in Brazil é, portanto, uma fonte importante para o estudo do Nordeste no início do século XIX, especialmente do sertão cearense. A obra de Henry Koster favorece à compreensão das condições sociais, econômicas e ambientais da região, além de oferecer um testemunho de como o Brasil era percebido por estrangeiros em um momento de transição entre o domínio colonial e a independência.



Fonte Histórica

Obra: Travels in Brazil, escrito pelo viajante Henry Koster

Trecho 01:

Ao aproximar-me do Aracati mandei, a diante, o meu guia de Goiana, levando a carta que recebera do Governador do Rio Grande para o senhor José Fidelis Barrozo (12), rico mercador e grande proprietário. À minha chegada soube que o guia entregara a carta, e o senhor Barrozo dera as chaves de uma sua casa desocupada para que me hospedasse durante minha permanência.

A Vila do Aracati consiste principalmente numa longa rua, com várias outras de menor importância, partindo desta, em rumo do sul. É situada à margem meridional do rio Jaguaribe, em grande parte influenciado pelas marés. A jusante, o rio é vadeável, mas como se estende muito além do grande canal, vários trechos ficam a seco nas vazantes. As casas do Aracati não parecem com as vistas n' outras paragens que visitei. Tem um andar superior sobre o térreo. Perguntando a razão, explicaram que as águas do rio inundam algumas vezes, obrigando a uma retirada para os altos das residências.

A Vila possui três igrejas, a Casa da Câmara e prisão, não tendo conventos. Essa Capitania deve ser pouco sujeita a epidemias. Os moradores vão a seiscentos.



Figura 1- Casarões do Centro Histórico de Aracati.

Fonte: <https://www.anuariodoceara.com.br/ceara-da-cultura/bens-tombados/bens-tombados-pelo-estado/>

Vila do Aracati



Trecho 02

O amigo do meu guia compareceu e a canoa nos esperava. Dois negros empurraram-na com varas quando a água era rasa e remavam nos lugares profundos. Passamos por muitas ilhas bonitas, algumas com gado e noutras o solo era demasiado duro para que a relva brotasse. Essas últimas são intensamente recobertas pelos mangues, crescendo nas margens do rio, o que embaraça, em certos pontos, as ribas, obrigando os proprietários a extirpá-los. O rio é, em alguns pontos, de meia milha de largo, e noutros, especialmente entre as ilhas, mais amplo, tomando volume nas extremidades dos dois braços.

A vila fica oito milhas longe da barra. Fomos a bordo de uma sumaca do senhor Barrozo, tomando um bote comprido,

Sumaca: Pequena embarcação de dois mastros, usada antigamente na América do sul.

atravessando esse passo que é perigoso pela existência dos bancos de areia, semeados em cada braço, sobre os quais a vaga rebenta com violência. A areia é tão movediça na embocadura desse rio que os pilotos dos barcos costeiros são obrigados a empregar todas as precauções possíveis em cada viagem, entrando no porto como se o desconhecesse. O rio se alarga depois da barra, a ponto de formar uma espaçosa baía. O porto só poderá ter importância quando não existir outro obstáculo além da pouca profundidade d'agua. Apenas os barcos costeiros podem entrar e ouvi dizer que a areia se acumula no leito do rio. Os bancos avançam de cada lado a ponto de tornar difícil a navegação, mesmo para os barcos pequenos, a pouca distância acima da barra.



Artigo 01: O Sítio Histórico de Aracati e seu potencial arqueológico como subsídio à arquitetura

Urbanisticamente, o sítio histórico de Aracati conserva a malha urbana colonial com seu arranjo fundiário de parcelamento do solo típico daqueles idos, apresentado e organizado conforme um traçado que privilegia quatro vias desenhadas mais ou menos paralelas ao Rio Jaguaribe, estas com funções originalmente bem demarcadas, articuladas entre si por pitorescas e estreitas travessas.

Duas destas vias configuram-se, ainda hoje, como principais eixos da lógica urbana daquele sítio. Primeiramente, a Rua Coronel Alexanzito, detentora do maior acervo tombado de edificações, fato revelador de sua ancianidade e primeiro foco da ocupação mercantil e residencial da vila oficialmente fundada, na contramão do que rezava a carta régia de 1746, segundo a qual, a vila deveria desenvolver-se a partir da atual praça Cruz das Almas, sítio desterrado do centro histórico. A segunda destas vias, a Rua Coronel Pompeu, origina-se como eixo cuja função bem definida consistia no acesso aos templos da antiga vila colonial.

À exceção da Igreja do Bonfim, temos ao longo da Coronel Pompeu a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e, no foco da perspectiva desta via, a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Brancos. As outras duas vias paralelas ao curso fluvial consistiam em rotas de serviço e morada da gente menos abastada, uma vez que para ali deitavam seus fundos de quintais as casas térreas e de sobrado da nobilitada rua Cel. Alexanzito, antiga Rua Grande. São elas a Rua Santos Dumont, que muito ainda conserva dessa vocação original, e a Cel. Alexandrino, atual foco do comércio local, resultado do desmembramento das antigas glebas que se estendiam até esta via.

Arrematando este sistema de vias paralelas, tem-se inúmeras travessas estreitas, que as perpassam ortogonalmente, cuja função é, além da interligação dos setores urbanos, permitir acesso de serviços aos imóveis privilegiados dispostos nas esquinas.

A seguir apresentamos duas peças cartográficas atinentes à malha urbana de Aracati. A primeira, fragmento de mapa setecentista representa a antiga Rua Grande, primeiro eixo a se consolidar, o qual já apresenta a mesma quantidade de quadras correspondentes às atuais existentes. A segunda imagem, de princípios do século XX,

apresenta-nos o sítio histórico com a estruturação urbana que conhecemos hodiernamente.

É perceptível a semelhança do traçado longilíneo nos dois mapas, formados a partir de debruns do rio Jaguaribe e da Rua Grande, respectivamente. O conjunto arquitetônico de Aracati apresenta-se sob uma volumetria coesa, não obstante ser dinâmica e harmonicamente ritmada, composta por edifícios térreos e assobradados dispostos em proporções mais ou menos equilibradas: ora em sucessões de casas térreas com telhados cerâmicos contínuos e cornija e cimalhas alinhadas, ora em sucessões de linhas alteadas e contínuas das fachadas de sobrados, assim como pela alternância das duas tipologias, onde o gabarito máximo podia chegar até três pavimentos.

O modelo de implantação no terreno seguiu a regra do urbanismo colonial português, com as fachadas alinhadas com a testada do lote e empenas laterais nas divisas das glebas lindeiras, restando amplo quintal para o abastecimento imediato da casa: cacimba, criações, pomar, horta.



ATIVIDADES

RESPONDA NO CADERNO

01. Com base na leitura dos fragmentos dos textos da obra *Travels In Brazil*, de Henry Koster, por que as casas de Aracati possuíam um andar superior, segundo o texto?

- a) Para proteger contra invasões.
- b) Para evitar inundações do rio Jaguaribe.
- c) Por serem mais frescas no calor.
- d) Por influência da arquitetura europeia.

02. Com base na leitura dos fragmentos, qual era o principal obstáculo para a navegação no rio descrito no Trecho 02?

- a) Falta de vento.
- b) Bancos de areia movediça.
- c) Correntezas muito fortes.
- d) Falta de embarcações.
- e) Ausência de estrutura portuária.

03. Com base no trecho do artigo de Ramiro Teles, a Rua Coronel Alexanzito destaca-se por:

- a) Ser via de acesso às igrejas da vila.
- b) Ser originalmente área de moradia das camadas populares.
- c) Conter o maior acervo tombado de edificações históricas e ter sido centro mercantil e residencial.
- d) Estar localizada fora da malha urbana colonial.
- e) Ter sido a última via a se desenvolver na vila.

04. Qual era a principal limitação do porto de Aracati mencionado no Trecho 02?

- a) A presença de navios inimigos.
- b) A pouca profundidade da água.
- c) A falta de infraestrutura portuária.
- d) O excesso de salinização.

05. Como é descrita a estrutura urbana da Vila do Aracati pelo viajante Henry Koster?

- a) Uma praça central com ruas radiais.
- b) Uma longa rua principal com ruas menores saindo em direção ao sul.
- c) Várias ruas paralelas ao rio Jaguaribe.
- d) Um labirinto de vielas estreitas.

06. Conforme os fragmentos do texto do viajante Koster, qual das alternativas melhor define a organização urbanística do sítio histórico de Aracati?

- a) Traçado circular com ruas concêntricas em torno da praça central.
- b) Malha urbana irregular com ruas tortuosas de origem indígena.
- c) Organização em linhas retas, com vias paralelas ao rio Jaguaribe e travessas ortogonais.
- d) Planejamento modernista com amplas avenidas radiais.
- e) Disposição em torno de um centro administrativo fora da malha urbana.

07. Sobre as características arquitetônicas do sítio histórico de Aracati, pode-se afirmar que:

- a) As edificações apresentam volumetria irregular e desordenada.
- b) Apenas casas térreas foram preservadas.
- c) Há uma alternância harmônica entre casas térreas e sobrados, com até três pavimentos.
- d) A maioria das construções é de concreto moderno.
- e) Não existe unidade ou ritmo visual entre as construções.

FIM DO CAPÍTULO

Neste capítulo, você explorou a arquitetura e a organização urbana de Aracati a partir dos relatos de Henry Koster. Reflita sobre o que aprendeu e prepare-se para os próximos conteúdos.

Referências

(Koster, Henry. *Travels in Brasil*, 1942, p.160).

(Koster, Henry. *Travels in Brasil*, 1942, p.162-163).

TELES, Ramiro. O Sítio Histórico de Aracati e seu potencial arqueológico como subsídio à arquitetura. SOARES; Igor de Menezes Soares; SILVA, Ítala Byanca Morais da (org.). *Cultura, política e identidades: Ceará em perspectiva*. Fortaleza: Iphan, p. 265-304, 2014. (p.270-272).

08. O viajante menciona a presença de canoas impulsionadas por:

- a) Velas triangulares, típicas da região.
- b) Mecanismos hidráulicos instalados nos barcos.
- c) Negros que empurravam com varas e remavam em trechos mais fundos.
- d) Motores a vapor importados da Inglaterra.

09. Com base no relato do viajante Henry Koster e o artigo de suporte, faça considerações sobre as influências do rio Jaguaribe na arquitetura da cidade de Aracati.

10. Como Henry Koster descreve a navegabilidade do rio Jaguaribe?

• CHECKLIST

- ☐ Li o enunciado com atenção
- ☐ Respondi todas as questões
- ☐ Revisei minhas respostas.

Tema: *A literatura de viagem como fonte histórica – O Aracati dos anos 1800*

1. Introdução

A literatura de viagem constitui um gênero híbrido que combina elementos narrativos, descritivos e informativos, oferecendo ao leitor uma visão subjetiva e, ao mesmo tempo, documental de diferentes regiões do mundo.

No contexto brasileiro, essas obras desempenharam um papel fundamental na formação de uma imagem do país no exterior, ao mesmo tempo em que influenciaram a construção do saber colonial e pós-colonial.

Entre os muitos viajantes que se aventuraram pelo Brasil no século XIX, Henry Koster se destaca por sua maneira sensível e cuidadosa de observar o que via. Inglês de nascimento, ele escolheu viver no Nordeste brasileiro, onde pôde conhecer de perto a realidade do país e, especialmente, do Ceará. Seus relatos vão além das descrições formais — trazem um olhar atento às pessoas, ao dia a dia, aos desafios impostos pelo clima e às formas de trabalho que movimentavam a região. Com isso, suas palavras se transformaram em registros importantes, que ajudam até hoje a entender melhor o Brasil daquela época, seus contrastes, sua gente e as mudanças que transformavam a sociedade.

Esta sequência propõe analisar o município de Aracati, no Ceará, a partir de relatos de viajantes que o visitaram no século XIX, compreendendo como essas fontes podem revelar aspectos históricos, sociais e culturais de uma época.

2. Objetivos

Objetivo geral:

Compreender a literatura de viagem como fonte histórica, analisando os relatos do viajante Henry Koster sobre Aracati no século XIX para identificar aspectos sociais, culturais e econômicos da cidade.

Objetivos específicos:

- Identificar características da literatura de viagem como gênero textual e fonte histórica.
- Analisar criticamente excertos de relatos do viajante Henry Koster sobre Aracati.
- Estabelecer relações entre os registros dos viajantes e o contexto histórico do século XIX no Brasil.
- Desenvolver a capacidade de interpretação e produção de textos a partir de fontes históricas.

3. Habilidade da BNCC

EM13CHS103 – Analisar a ação dos sujeitos históricos e suas representações em diferentes fontes e narrativas, reconhecendo a importância da multiplicidade de perspectivas para a compreensão do passado.

4. Tempo de execução:

4 aulas de 50 minutos

5. Desenvolvimento da sequência

Aula 1 – Apresentação do tema e contextualização histórica

- **Atividades:**
 - Exposição dialogada sobre a literatura de viagem como gênero e fonte histórica.
 - Discussão sobre o contexto do Brasil e do Ceará no século XIX.
 - Apresentação de Aracati no século XIX: economia, sociedade e geografia.

Aula 2 – Leitura e análise de textos de viajantes

- **Atividades:**
 - Leitura de excertos selecionados de textos do viajante Henry Koster em sua passagem pela cidade de Aracati no século XIX
 - Identificação de elementos descritivos sobre o espaço, a população, os hábitos e as paisagens.

Roda de conversa sobre as impressões do viajante e seus possíveis olhares eurocêntricos.

- **Material:** Textos selecionados (impressos ou digitais), fichas de leitura.

Aula 3 – Produção de texto ou apresentação

- **Atividades:**
 - Proposta de produção: realização de uma aula de campo pelo centro histórico do município de Aracati, explicando detalhes da sua importância para a construção e evolução da cidade ao longo dos últimos trezentos anos. A partir dessa experiência os estudantes serão convidados a criarem um relato de viagem fictício, como se fossem viajantes do século XIX visitando Aracati.
- **Material:** Cadernos, computadores ou celulares, material de escrita.

Aula 4 – Socialização e avaliação

- **Atividades:**
 - Apresentação dos trabalhos produzidos pelos estudantes.
 - Debate final sobre o uso da literatura de viagem como fonte histórica e os limites desse tipo de narrativa.

6. Avaliação

- Avaliação formativa com base na participação, interpretação de textos e produção final.
- Realização de atividade avaliativa composta por questões objetivas e subjetivas.

7. Materiais necessários

- Fragmentos de relato de viagem do viajante Henry Koster.
- Recursos audiovisuais (slides, mapas).
- *Internet* (se disponível).
- Papel, canetas, marcadores, cartolinas.
- Computadores ou celulares para pesquisa e produção.

O papel dos viajantes naturalistas na construção do conhecimento sobre Aracati no século XIX: o relato de George Gardner.

O século XIX foi um período de grande efervescência intelectual, impulsionado pelo Iluminismo e pelo positivismo, que valorizavam a observação empírica e a classificação do mundo natural. Nesse contexto, viajantes e naturalistas desempenharam um papel crucial na construção do conhecimento sobre diversas regiões do globo, incluindo Aracati, no Ceará. Esses exploradores, ao descreverem a fauna, a flora, a geografia e os costumes locais, enriqueceram os estudos científicos e forjaram a percepção externa sobre a região.

Aracati, importante polo econômico cearense no século XIX, atraiu a atenção de viajantes estrangeiros devido à sua relevância no comércio do charque e ao seu potencial como objeto de estudo da natureza tropical. Relatos de naturalistas e viajantes como Henry Koster, Francisco Freire Alemão e George Gardner trouxeram descrições detalhadas da biodiversidade local, contribuindo para a expansão dos conhecimentos botânicos e zoológicos. Esses estudiosos, ao coletarem espécimes e documentarem suas observações, forneceram bases para pesquisas futuras e reforçaram o interesse científico sobre a região.

Além da ciência natural, os relatos de viagem também forneceram valiosas informações sobre a cultura e a sociedade aracatiense. Muitos desses viajantes registraram aspectos do cotidiano, das relações de trabalho e da estrutura econômica local, permitindo uma compreensão mais ampla das dinâmicas sociais da época. A interseção entre a literatura de viagem e a historiografia permite perceber como esses relatos influenciaram a formação de estereótipos e representaram, muitas vezes, uma visão eurocêntrica da realidade aracatiense.

Entretanto, faz-se necessário problematizar a abordagem desses viajantes, pois, em muitos casos, suas observações eram permeadas por preconceitos e interpretações que favoreciam a narrativa colonialista. O olhar estrangeiro frequentemente enfatizava a exotização da paisagem e dos hábitos locais, contribuindo para a construção de imagens que nem sempre correspondiam à realidade vivida pelos habitantes da região. Essa perspectiva influenciou não apenas a ciência, mas também a forma como Aracati foi representada em discursos historiográficos posteriores.

Dessa forma, a atuação de viajantes e naturalistas no século XIX foi fundamental para a construção do conhecimento sobre Aracati, tanto no campo das ciências naturais quanto no da cultura e sociedade. No entanto, é imprescindível um olhar crítico sobre essas produções, a fim de compreender suas limitações e os impactos que tiveram na formação de uma identidade local mediada por narrativas externas.

Durante sua passagem pelo Ceará, no século XIX, George Gardner registrou com sensibilidade os efeitos da seca sobre a região e seu povo. Em meio à paisagem árida da caatinga, ele descreveu com atenção não apenas a vegetação única, mas também as práticas agrícolas e o cotidiano dos moradores locais.

Seus relatos revelam os desafios enfrentados pelas populações em tempos de estiagem, destacando tanto a dureza do ambiente quanto as formas de adaptação desenvolvidas por quem ali vivia. Publicada em 1846, sua obra *Travels in the Interior of Brazil* se tornou uma referência importante para quem busca compreender a biodiversidade do semiárido, as transformações sociais e econômicas do Nordeste e a maneira como a ciência se entrelaça com os relatos de viagem no contexto do Brasil imperial.

Entendendo a fonte

Henry, os relatos de viagem de George Gardner sobre o Nordeste brasileiro, especialmente no que concerne ao município de Aracati, representam importantes registros históricos e etnográficos do século XIX. Ambos viajantes, cada um com sua perspectiva particular, descreveram aspectos geográficos, econômicos, sociais e culturais da região, contribuindo significativamente para a construção do imaginário europeu sobre o Brasil oitocentista.

George Gardner, botânico e naturalista escocês, realizou uma das mais importantes expedições científicas ao Brasil no século XIX. Entre 1836 e 1841, percorreu diversas regiões do país, com especial atenção ao Nordeste, onde coletou plantas, observou paisagens e registrou aspectos da vida social, econômica e cultural. Suas impressões foram reunidas na obra *Travels in the Interior of Brazil, principally through the Northern Provinces, and the Gold and Diamond Districts of that Country, during the years 1836–1841*, publicada em 1846.

Diferentemente de outros viajantes motivados por interesses comerciais ou literários, Gardner tinha uma missão eminentemente científica: catalogar a flora brasileira para instituições britânicas. Ele foi enviado pela Royal Botanic Gardens de Kew, e sua jornada teve grande importância para o conhecimento europeu sobre a biodiversidade do Brasil. Contudo, apesar do enfoque botânico, seu livro revela uma visão ampla e detalhada das regiões por onde passou, com atenção a temas como a escravidão, o cotidiano das populações rurais, os costumes locais e as estruturas sociais.

No Ceará, por exemplo, Gardner observou a vegetação adaptada ao clima semiárido e os desafios enfrentados pela população diante da escassez de água. Ele menciona as secas, a precariedade dos recursos hídricos e o esforço dos sertanejos para sobreviver em um ambiente hostil, aspectos que se tornariam temas recorrentes na literatura regional posterior. Suas observações, embora marcadas por um olhar eurocêntrico e cientificista, oferecem uma descrição valiosa das paisagens nordestinas e da relação entre homem e natureza naquele contexto.

Em suas descrições sobre o Aracati, ele destaca a importância econômica da cidade, especialmente no que se refere à produção e ao comércio de couro e algodão, produtos essenciais para a economia regional da época. Além disso, Gardner fornece informações sobre a vegetação do sertão cearense, descrevendo a Caatinga com precisão científica e enfatizando a adaptação da flora às condições climáticas áridas. Seu olhar, pautado pelo viés científico-naturalista, busca compreender as dinâmicas ecológicas e as interações humanas com o ambiente.

Um traço distintivo de Gardner em relação a outros viajantes estrangeiros do século XIX é sua capacidade de articular a descrição científica com observações sensíveis do ambiente humano e social. Sua formação botânica não o impediu de atentar para o modo de vida das populações locais, ainda que seu foco principal continuasse sendo a natureza.

Fonte Histórica

Obra: Viagens no Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841.

Trecho 01:

Por volta das doze horas do terceiro dia chegamos à barra do Aracati; mas, como era então a hora da vazante, rasa de mais para que pudéssemos entrar, tivemos de focar de fora até quatro horas, quando veio a bordo um piloto, que nos levou às águas profundas e plácidas da foz do rio, barra à dentro, onde ancoramos por essa noite, sendo visitados por um oficial da alfândega, que se mostrou mais meticoloso no exame de minha bagagem que na de qualquer dos outros passageiros. Findo o exame e exibido meu passaporte, tive permissão de alugar um bote para me levar à cidade, situada a doze milhas rio acima, visto que a escuna não podia sair senão no outro dia.

O rio sobre o qual está Aracati chama-se Jaguaribe e tem cerca de uma milha de largura um pouco acima da barra. Por longa extensão, a margem ocidental é comparativamente alta, mas a oriental é baixa em todo o percurso até a cidade. A parte inferior da margem de oeste é um tanto densamente coberta de pequenas árvores, mas as árvores do mangue são também numerosas em uma e outra margem. Léguas e meia. Abaixo da cidade surgem em grande quantidade as palmeiras de carnaúba (*Corypha cerifera*, Mart.). Esta palmeira, da qual atravessei depois imensas florestas, atinge a altura de vinte a quarenta pés e, além de ser a mais abundante, é também uma das mais belas dentre as de igual tamanho. Os troncos das mais novas são em geral inteiramente cobertos de folhas; mas à medida que as árvores envelhecem as folhas inferiores caem, deixando apenas no alto um tufo que se dispõe em forma de bola perfeita. As folhas são em forma de leque e em nada diferente das da palmeira das vassouras, da Europa meridional.

Trecho 02:

A cidade de Aracati ergue-se na margem leste do rio e consiste quase só em uma longa e larga rua. Contém quatro belas igrejas e suas casas são geralmente de dois andares. A população é de cerca de cinco mil almas, em maioria gente paupérrima. Grande quantidade de carne seca se preparava. Aqui em tempos idos para exportação para outras partes do Brasil; mas este comércio tem declinado grandemente, sendo atualmente algodão e couros os principais artigos de exportação. De algodão se exporta anualmente cerca de cinco mil fardos de vinte e cinco mil arrobas e trinta e duas libras; de couros, cerca de dois mil. Pouco algodão, porém, se cultiva perto da costa, sendo a maior parte dele, bem como dos couros, trazida do interior, ao fim da estação chuvosa, em grandes carros, geralmente puxados por seis juntas de bois.

Trecho 03:

No tempo das águas os caminhos são intransitáveis; em tempo de seca, não se encontra nem água nem erva para o gado. O rio corre perto da cidade e, quando lá estive, no fim da estação das águas, tinha, um pouco menos de um quarto de milha de largura; mas, na força das chuvas, atinge por vezes, doze pés acima do nível ordinário, e então inunda a cidade.

[...] As chuvas aqui ordinariamente começam em fevereiro e duram até começos de junho. Toda a província é, por vezes, sujeita a prolongadas secas, a última delas ocorrida no ano de 1825, durante a qual não choveu absolutamente. Grande foi o sofrimento resultante desta calamidade, de que o povo ainda fala com supremo horror. Gados e cavalos extinguiram-se e a perda de vidas humanas na província avalia-se em trinta mil dos habitantes. Gente inumerável pereceu quando procurava alcançar a costa; animais selvagens e domésticos sucumbiam por falta de água e de alimento.



Figura 2- Cheia de 1924. Coleção Abílio Monteiro.

Fonte: <https://www.luacheia.art.br/index.php/news/aracati/item/193-cheia-de-1924>.

Artigo 01: Viajantes do início do século XIX e a representação do sertão brasileiro

(...) o desempenho econômico e a estabilidade política dos Estados europeus estavam cada vez mais dependentes de suas relações com a América, a África e a Ásia. Conhecer melhor o interior desses continentes fazia-se necessário. No contexto descrito acima, grandes expedições científicas internacionais tiveram seu início. Atendendo aos interesses de um aproveitamento mais intenso, rápido e eficaz dos recursos humanos e materiais oferecidos pelas diversas partes do planeta, os cientistas buscavam produzir conhecimentos capazes de identificar e avaliar esses recursos, oferecendo parâmetros para repensar as relações entre o Velho e o Novo Mundo. Nas instruções das academias aos cientistas viajantes encontramos a recomendação de recolher e aclimatar plantas de lugares longínquos, vegetais que seriam úteis para o comércio das grandes potências ou que ajudariam a resolver o

problema da fome dos pobres da Europa – é o caso da batata. A viagem de La Condamine e seus companheiros nos anos 1730, foi o ponto de partida da abertura da América do Sul à comunidade científica internacional. Com a possibilidade de investigar de modo sistemático o interior dos continentes, os naturalistas visitaram regiões distantes para catalogar e classificar plantas, animais, acidentes geográficos e tipos humanos. Procuravam superar a sensação de caos que o contato com a natureza desconhecida provocava nos europeus. Segundo Mary L. Pratt, eles abstraíam os objetos de estudo de suas relações orgânicas e ecológicas, como também de seus lugares nas economias e nos sistemas simbólicos de outras sociedades, redefinindo-os a partir de uma estrutura de conhecimento considerada racional. O naturalista, todavia, era apresentado como “figura benigna”, “simultaneamente inocente e imperial”, pois auxiliava a expansão do comércio europeu sem admitir sua participação no aparato de dominação. Desde os exploradores renascentistas, a América foi vista como a terra de homens primitivos, sem história, que deveriam ser cristianizados. Com a colonização das áreas costeiras do continente, as populações interioranas iriam ser identificadas como as verdadeiramente primitivas. Paralelamente, a ideia de progresso, que se consagrou ao longo do século XVIII, estimulou o surgimento de um novo objetivo para a expansão europeia: civilizar os selvagens de todo planeta. Para tal, seria preciso avaliar se os povos rústicos teriam condições de assimilar os costumes, as instituições e as formas produtivas da Europa civilizada. Assim, a partir do final do século XVIII, o conceito de civilização ofereceu critérios para as avaliações dos viajantes.

Artigo 02: As expedições naturalistas no Brasil no século XIX

O período da Independência foi uma época áurea para as viagens científicas de europeus ao Brasil. Configurou-se aí um padrão que iria se reproduzir por mais de um século: a Europa como locus produtor de conhecimento sobre a natureza brasileira. Esse tipo de saber baseava-se no domínio teórico e prático da história natural e na posse do material necessário para sua execução. Essa espécie de dominação científica era possível em um contexto em que cabia à história natural realizar um grande inventário das espécies do planeta e descrições gerais do clima e da configuração das terras descobertas, conquistadas ou colonizadas. O processo de desenvolvimento do conhecimento científico permitiu que se elaborassem métodos de trabalho que buscavam prescindir dos saberes locais ou, então, torná-los

hierarquicamente menos valiosos. O grande especialista em animais não seria mais o caçador que conseguia ouvir, encontrar os rastros e matar o bicho, mas aquele que teve acesso à carcaça do animal, seu esqueleto, sua imagem fixada em desenhos e até mesmo suas vísceras conservadas em aguardente. O mesmo vale para as plantas: os herboristas de populações que habitavam há milênios em um determinado bioma perderam o lugar de especialistas para cedê-lo a pessoas que acessavam herbários, livros e estufas nas frias cidades europeias. O grande ciclo das expedições científicas do século XIX consolidou uma determinada maneira de produzir conhecimento sobre a natureza.



ATIVIDADES

RESPONDA NO CADERNO

01. Qual era a principal atividade econômica de Aracati no passado, antes do declínio mencionado no trecho 02?

- a) Cultivo de algodão em larga escala.
- b) Exportação de carne seca.
- c) Extração de diamantes.
- d) Produção de sal marinho.
- e) Comércio de escravos.

02. Qual árvore o naturalista George Gardner, ao visitar o Aracati, destaca no trecho 01 por sua beleza e abundância?

- a) Babaçu
- b) Carnaúba
- c) Mangue
- d) Buriti
- e) Juçara

03. Como era a estrutura urbana de Aracati, segundo o trecho 02 da obra do viajante George Gardner?

- a) Várias praças interligadas por ruas sinuosas.
- b) Uma longa e larga rua principal.
- c) Um labirinto de becos e vielas.
- d) Um traçado radial em torno do porto.
- e) Uma cidade murada com fortificações.

04. Segundo o trecho 02, quais eram os dois principais produtos de exportação de Aracati na época da visita de Gardner?

- a) Açúcar e tabaco.
- b) Algodão e couros.
- c) Sal e peixe seco.
- d) Ouro e diamantes.
- e) Madeira e carvão.

05. Como o rio Jaguaribe se comportava na época das chuvas, conforme o trecho 03?

- a) Secava completamente.
- b) Tornava-se estreito e fácil de atravessar.
- c) Inundava a parte urbana da cidade
- d) Desaparecia sob bancos de areia.
- e) Tornava-se salgado devido à maré.

06. Qual foi uma das consequências da grande seca de 1825, mencionada no trecho 03?

- a) Aumento da exportação de algodão.
- b) Extinção de gados e cavalos.
- c) Expansão urbana acelerada.
- d) Chegada de imigrantes europeus.
- e) Fortalecimento do comércio de carne seca.

07. No contexto das grandes expedições científicas internacionais do século XIX, os cientistas europeus buscavam:

- a) Preservar os conhecimentos tradicionais dos povos nativos.
- b) Estabelecer colônias agrícolas no interior dos continentes.
- c) Produzir conhecimentos voltados à exploração dos recursos naturais.
- d) Difundir o cristianismo entre os povos não europeus.
- e) Construir redes de comércio entre América e África.

08. Qual era a situação da população de Aracati no período descrito por Gardner?

- a) Majoritariamente rica e abastada.
- b) Em sua maioria, paupérrima.
- c) Composta principalmente por estrangeiros.
- d) Dividida igualmente entre ricos e pobres.
- e) Formada majoritariamente por escravizados.

09. Segundo Gardner, como o algodão e os couros chegavam a Aracati para exportação, conforme o trecho 02?

- a) Em navios estrangeiros.
- b) Em carros puxados por bois, no fim da estação chuvosa.
- c) Por tropas de mulas vindas da serra.
- d) Em jangadas pelo rio Jaguaribe.
- e) Em trens de carga.

10. Segundo Lorelai Kury, durante o século XIX, o saber naturalista europeu:

- a) Reconhecia os caçadores e herboristas locais como principais especialistas.
- b) Se desenvolveu por meio da valorização da tradição oral indígena.
- c) Suprimiu ou hierarquizou os conhecimentos tradicionais locais.
- d) Origina-se, principalmente, dos relatos nativos brasileiros.
- e) Era produzido exclusivamente por cientistas brasileiros.

Fim do capítulo

O que podemos aprender sobre o passado ao enxergá-lo pelos olhos de um viajante?

Referências

(Gardner, George. Viagens no Brasil. p.125-126).

MIRANDA, Luiz Francisco Albuquerque de. Viajantes do início do século XIX e a representação do sertão brasileiro. In: X Simpósio Internacional do Processo Civilizador - Sociabilidades e Emoções, 2007, Campinas. Cd-Rom: **X Simpósio Internacional Processo Civilizador - Sociabilidades e Emoções**. Campinas: UNICAMP - FEF, 2007. (p.03).

KURY, Lorelai. As expedições naturalistas no Brasil no século XIX: o período da Independência foi uma época áurea para as viagens científicas de europeus ao Brasil. 200 anos depois, devemos refletir sobre o tipo de conhecimento que produzimos e sobre o que queremos para o século XXI. **Ciência e Cultura**, v. 74, n. 3, p. 1-6, 2022. (p.02).

Sequência**Didática**

Tema: O papel dos viajantes naturalistas na construção do conhecimento sobre Aracati no século XIX: o relato de George Gardner.

1. Introdução

Durante o século XIX, o Brasil recebeu diversos viajantes e naturalistas europeus interessados em explorar sua biodiversidade, geografia, costumes e populações. Suas observações, reunidas em diários, livros, desenhos e mapas, contribuíram significativamente para a produção de conhecimento sobre diversas regiões brasileiras. Aracati, no litoral do Ceará, destacou-se como importante porto e centro comercial da época, sendo descrito em diferentes momentos por naturalistas como o inglês George Gardner. Essa sequência didática propõe analisar fragmentos de relatos como fontes históricas, refletindo sobre seus significados, limites e contribuições para a compreensão da realidade social, cultural e natural do Aracati oitocentista.

2. Objetivos**Objetivo Geral:**

Compreender como o relato do viajante-naturalista George Gardner contribui para a construção do conhecimento histórico sobre Aracati no século XIX.

Objetivos Específicos:

- Identificar as motivações do viajante-naturalista George Gardner ao explorar o Ceará e o Aracati no século XIX.
- Analisar os relatos produzidos por esse viajante como fontes históricas.
- Compreender os contextos e os interesses por trás das observações feitas sobre Aracati.
- Desenvolver a capacidade de leitura crítica de fontes textuais e iconográficas.

3. Habilidade da BNCC

EM13CHS103 – Analisar a ação dos sujeitos históricos e suas representações em diferentes fontes e narrativas, reconhecendo a importância da multiplicidade de perspectivas para a compreensão do passado.

4. Tempo de execução:

5 aulas de 50 minutos (total: 250 minutos)

5. Desenvolvimento da sequência

Aula 1 – Contextualização histórica

- **Atividades:**

- Aula expositiva-dialogada sobre o século XIX no Brasil: Independência, interiorização, ciência e viagem.
- Localização do Aracati nesse contexto: papel comercial, social e ambiental.
- Apresentação geral dos principais viajantes e naturalistas que passaram pela região.
- **Materiais:** Slides com imagens e mapas, linha do tempo, quadro sobre os viajantes (nome, país de origem, objetivo da viagem, principais obras).

Aula 2 – Leitura de excertos de viajantes e naturalistas

- **Atividades:**

- Leitura e interpretação de fragmentos selecionados da obra de George Gardner.
- Identificação das descrições sobre Aracati.
- Debate em grupos sobre o olhar estrangeiro: o que valorizavam? O que criticavam?
- **Materiais:** Textos impressos ou projetados; fichas com questões orientadoras para análise.

Aula 3 – Confronto entre fonte e contexto histórico

- **Atividades:**

- Discussão sobre o que o naturalista George Gardner viu e o que deixou de ver (limites da visão estrangeira).
- Análise sobre o papel dos naturalistas como “colecionadores” de paisagens e saberes locais.
- Produção de um mapa mental esquemático com as principais informações relatadas pelo naturalista.

- **Materiais:** cartolina, papel, pincéis, caneta.

Aula 4 – Produção criativa

- **Atividades:**
 - Proposta de criação de um "Caderno de Viagem do século XXI": os alunos assumem o papel de naturalistas contemporâneos visitando o Aracati atual.
 - Produção textual, ilustrações, colagens, descrições — ou criação de minivídeos com relatos narrativos sobre a paisagem natural e urbana atual do município de Aracati.
 - Trabalho pode ser individual ou em grupo.
- **Materiais:** Papel, lápis de cor, celular, computador, aplicativos de edição simples (Canva, Google Docs, PowerPoint).

Aula 5 – Socialização

- **Atividades:**
 - Apresentação dos trabalhos para a turma.
 - Debate final: o que aprendemos com os relatos dos viajantes? Como eles nos ajudam a entender o passado de uma cidade?

6. Avaliação

- Avaliação formativa com base na participação, nas interpretações e nas produções realizadas.
- Realização de uma atividade avaliativa com questões objetivas e subjetivas sobre os textos apresentados nesta sequência didática.

7. Materiais Necessários

- Textos selecionados de viajantes (impresso ou digital).
- Slides e imagens de época.
- Fichas de análise textual.
- Materiais de produção (papel, canetas, lápis de cor, computador, celular).

Narrativas sobre o espaço e a população aracatiense contidas nos relatos do naturalista Francisco Freire Alemão

Ao longo do século XIX, Aracati, situado no litoral do Ceará, foi um dos principais centros econômicos da província, desempenhando papel fundamental no comércio de charque e algodão. Esse contexto atraiu o interesse de diversos viajantes e naturalistas, cujos relatos são fontes valiosas para compreender a paisagem natural, a dinâmica urbana e a vida cotidiana da população aracatiense na época.

Os relatos desses viajantes apresentam uma visão multifacetada de Aracati. Muitos descrevem a geografia peculiar da região, marcada pelo rio Jaguaribe, cujas cheias e secas determinavam o ritmo da vida econômica e social. A arquitetura da cidade também despertava atenção: casas de sobrados e edifícios religiosos refletiam a prosperidade da elite comercial aracatiense. Entretanto, alguns viajantes registraram críticas às condições sanitárias e à precariedade das vias de acesso, problemas comuns às cidades nordestinas da época.

A população aracatiense é frequentemente retratada nos diários de naturalistas e viajantes estrangeiros. O convívio entre brancos, negros e indígenas, assim como os impactos da escravidão, são mencionados nesses relatos. A presença de comerciantes portugueses e a dinâmica das feiras livres são elementos recorrentes, demonstrando a interação entre diferentes camadas sociais.

No campo das observações naturalistas, destacam-se as descrições da fauna e flora locais, que despertavam curiosidade devido às condições semiáridas do sertão. A vegetação da caatinga, o ciclo das secas e a adaptação da população a esse ambiente eram temas frequentemente abordados.

Entre os naturalistas que visitaram Aracati, Francisco Freire Alemão se destaca por seus registros minuciosos sobre a região, incluindo observações sobre a composição do solo, os recursos hídricos e o comportamento da população local. Seu olhar científico se mescla a reflexões sobre a cultura e os desafios enfrentados pelos aracatienses no período.

Dessa forma, os relatos de viajantes e naturalistas são fontes essenciais para compreender a história de Aracati no século XIX. Eles revelam as contradições entre o progresso econômico e as dificuldades estruturais da cidade, bem como a riqueza cultural de sua população. Essas narrativas, ao mesmo tempo em que oferecem um

retrato detalhado da cidade e de seus habitantes, também refletem as perspectivas e os interesses dos estrangeiros e cientistas que as produziram.

Entendendo a fonte

Na passagem de Francisco Freire Alemão pelo Aracati, ele observou aspectos naturais e humanos da região, deixando relatos sobre o clima, a vegetação e as atividades econômicas locais. O Aracati, na época, era um importante centro comercial do Ceará, especialmente devido ao escoamento do charque e do algodão pelo rio Jaguaribe.

Francisco Freire Alemão (1797-1874) foi um naturalista, médico e botânico brasileiro que integrou a Comissão Científica de Exploração, uma expedição patrocinada pelo governo imperial entre 1859 e 1861 para estudar a região nordeste do Brasil. Durante essa missão, ele registrou suas observações em diários que se tornaram fontes valiosas para a compreensão do ambiente natural, social e cultural da época.

O diário de Freire Alemão é uma fonte primária de grande importância para estudos históricos e científicos, já que reúne descrições detalhadas da flora, fauna, geologia e aspectos culturais das regiões visitadas. Sua escrita combina a precisão científica com reflexões pessoais e impressões subjetivas, o que o aproxima das narrativas de viagem do século XIX. Além disso, o diário evidencia as dificuldades enfrentadas pela Comissão, como problemas logísticos, resistência das populações locais e conflitos internos entre os cientistas.

Freire Alemão descreve a cidade com um olhar crítico e atento, destacando as condições sanitárias, a arquitetura e os costumes locais. Suas anotações sobre a natureza também são ricas, abordando a flora característica do sertão e da região litorânea, além das condições climáticas que impactavam a vida da população. Sua passagem por Aracati contribui para um entendimento mais amplo das dinâmicas sociais e ambientais do Ceará oitocentista, além de ilustrar as dificuldades enfrentadas pelos naturalistas na coleta de dados em campo.

Fonte Histórica

Obra: Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861).

Trecho 01:

Eram sete horas quando montamos a cavalo e por um caminho como o da véspera, isto é, maltratado, caminhei até oito horas e meia, indo devagar e por uma chapada quase igual; a essa hora avistava-se ao longe um baixado, que eu presumi logo ser o leito ou vargem do Jaguaribe; com efeito pouco depois, por entre as duas bordas de matas do caminho, avistei eu os tetos de algumas casas atrás duma igreja. Clamei mui contente: “Estamos em Aracati”, que foi sempre descortinando-se e mostrando-se até que o vimos em toda a extensão sem vermos, porém o rio. Chegamos à vargem, como as outras de um barro denegrado rachado, coberto de carnaúbas e limitado em nossa frente por uma porção mais elevada e arenosa e com alguma vegetação detrás da qual está o rio. Esta vargem é bastante larga e estava seca; começamos a ver algumas palhoças e depois entramos por uma cancela, espécie de barreira, donde avistamos rio, e além dele a cidade. A maré está vazia e o rio só oferece a largura talvez 50 braças e com fundo raso porquanto os cavalos apenas nadam umas quatro ou cinco braças no meio do rio; a passagem é em canoas.

As pessoas de pé vêm descalças e, arregaçadas as calças, entram no rio, pois na maré baixa a água se espalha muito e a canoa pela [pega] logo na areia e os cavaleiros entram no rio até a borda da canoa e nela se apeiam, tiram os arreios do cavalo, o cavaleiro dentro da canoa e o cavalo fora puxando por cabresto até a canoa encalhar do outro lado, então sela-se de novo o cavalo e o cavaleiro monta e sai do rio. O canoeiro nem outra pessoa carrega aqui os passageiros; tem a demora da passagem porque os cavalos passaram em duas viagens, não podendo passar mais de três de cada vez; estivemos esperando na praia e expostos ao sol ardente até além das dez horas. Enfim, entramos na cidade e seguimos pela mui grande rua até a casa já ocupada por Manoel e Vila Real, que haviam chegado uns quatro dias antes.

Trecho 02:

Aracati: Pequena cidade situada junto e ao lado direito do rio Jaguaribe, a duas léguas de sua foz, consta de uma rua larga comprida e algumas travessas ou becos, e mais algumas filas de casas, formando praça ou (veja-se planta); tem muitas casas de sobrado e algumas de dois andares, pela maior parte velhas e decadentes, mas tem alguns prédios novos e bonitos. Toda a rua tem largos passeios ou calçadas de tijolo como na capital, ou de pedras brutas, mas bem assentadas, e o meio é de areia funda, [de] mistura com algumas terras, o que produz uma poeira fina e incômoda.

Tem quatro bons templos, mas nenhum está concluído; faltando acima a conclusão de uma ou de ambas as torres, ou do revestimento interno. Em roda da cidade há grande número de palhoças, mas não arruadas. Nas grandes cheias do Jaguaribe, como uma de 39 e [outra] de 42, toda a cidade fica embaixo d'água, há casas que ficam com água pelas vergas das juntas e pelas ruas andam canoas e lanchas, e de circunstância mui forte. Nessas ocasiões quase toda a gente sai da cidade tirando seus móveis e os que têm sobrado os passam para cima, como fazem as vendas, armazéns e lojas; muitas casas se arruínam e o espetáculo deve ser medonho, porque toda a grande vargem fica submersa, formando um vasto lagamar, do meio do qual surgem as casas ou antes os sobrados e as igrejas. Este estado dura alguns dias, às vezes 15 e mais. (p.52).

Trecho 03:

Aracati é um ponto comercial em razão de ser mais perto do Jaguaribe, e o comércio do Crato, do Icó, Quixeramobim etc. etc. se faz por aqui; todavia, não vejo esse movimento que se viu dizer. Vejo a rua quase sempre quieta e deserta — portas e janelas ou sem gente ou fechadas, de vez em quando passam pela rua grandes carros com fardos de algodão puxados por seis e oito juntas de boi. O gado aqui é sem comparação superior ao da capital, onde via sempre bois pequenos, magros, raquíticos puxando os carros, e cavalientes da mesma aparência carregando vários gêneros. Aqui tem o gado uma bela aparência, são de boa estatura e redios. A cidade é muito farta, principalmente de peixe e ovos; as galinhas são raras no mercado, tudo muito mais barato. (p.53).

Trecho 04:

Temos quase defronte da casa em que assistimos o boticário Teixeira, o qual, fazendo a casa em que mora e tem botica depois da enchente de 1839, levantou de paiol ou aterro da casa mais palmo e meio além da altura a que chegaram as águas; porém, em 1842 a enchente foi maior e entrou-lhe pela casa, até palmo e meio de altura, vindo a ser esta mais alta que a de 39 três palmos. Contou-nos o Sr. Barbosa, cunhado do Valentim, que nesta enchente de 42 a água apenas cobriu o ladrilho da casa em que hoje mora. Esta casa está no lugar mais alto da cidade, por estar no princípio da grande rua, mas tem um bom patamar de dois ou três palmos; dá mais que nessa ocasião, andando ele embarcado com outro sujeito numa canoa, pela rua chegando em frente de uma das travessas, a água corria por ela para a vargem com

tal violência que arrastou a canoa e a levou tumultuadamente, dando-lhe encontrões pelas paredes até que, ao sair do beco, formando uma espécie de cachoeira, voltou-se à canoa; ele pôde se agarrar, mas o seu companheiro ia sendo levado pela correnteza e foi saber pelo preto remador, que o foi apanhar. (p.55).

Trecho 05:

Homens brancos trabalhadores. Ouço aqui uma queixa geral contra indolência e vadiação desta gente, custa-lhes muito a chegar e não têm persistência no trabalho; falham quando mais se precisa deles; eles fazem grandes estragos nas plantações, roubando tudo. Costumam muito furtar, isto é, pedir dinheiros adiantados — safaram-se. O preço dum jornaleiro aqui é de 640 [réis] a seco. Todos se queixam da falha da polícia, isto é, querem que o governo obrigue esses homens a trabalhar! (p.55-56).

Trecho 06:

A indústria que tem por matéria-prima os produtos da carnaúba é importante. Da haste de carnaúba se faz todo o madeirame da casa, mais esteios ou forquilhas, fazem-se bicas, ripas etc. O lenho ou madeira externa meio duro e pesado, de cor parda escura, fazem dele bengalas etc. como faz do airós [sic]. Da raiz se fazem cestas e cestinhas de costura e dela se servem como da salsa, do grelo se faz a farinha e excelente tapioca (como hoje me mostra o tenente Bento), das folhas novas se fazem tucum ou fios dorso das folhas como nós tiramos das do tucum, que é excelente em força e duração; as formas de suspender redes são desta. Da mesma folha se fazem bons chapéus, cestinhas, peneiras etc., do talo da folha se faz muita coisa como caçuás etc. etc., a fruta é sustento para o homem e para o gado, da amêndoa torrada fazem café, das folhas desfiadas fazem enchimentos de cangalhas etc. etc. Enfim, da carnaúba se extrai grande porção de cera. Estas palmeiras são infinitas, por toda esta província é lugar em que se não vê outra coisa e por léguas de extensão, todos os lugares baixos e úmidos, vales margens de rios, tudo está inteiramente coberto desta palmeira. Dizem-se que dois milheiros de folhas dão uma arroba de cera. (p.58).

Artigo 01: História e Histórias do Ceará nos apontamentos do Presidente da Comissão Científica do Império (1859-1861)

Ao longo do século XIX, as viagens científicas ganharam forte especialização e, conseqüentemente, isso se refletiu na literatura de viagem produzida pelos

cientistas viajantes. Assim, as memórias, os relatos, os diários, as correspondências, as instruções de viagem e os relatórios científicos apresentavam algumas modificações e reafirmavam-se cada vez mais como elementos essenciais para o bom cumprimento da tarefa do naturalista viajante.

Nos Diários, assuntos pessoais e profissionais aparecem associados, revelando aspectos da viagem científica que dificilmente figuram nos relatórios e nas comunicações oficiais. Longe de conterem apenas informações do plano pessoal, os diários compõem um importante material para a análise da História.

Quase sempre as atividades profissionais aparecem conjuntamente com informações sobre a vida e o cotidiano de quem escreve. Alemão era um curioso costumaz. Homem simples, conversador cativante, por tudo se interessava. Anotava tudo. Nas suas indagações, valia-se tanto da gente de gravata lavada, como ele mesmo se refere aos mais abastados, quanto da gente do povo. Através do seu Diário podemos avaliar o que pensava sobre os mais diversos assuntos, porque seus escritos não se destinavam ao conhecimento público, dessa forma podia dar livre expressão às próprias ideias, sem medo das censuras e do controle social.

A intensa mobilidade da Seção Botânica é evidenciada no Diário. Suas páginas dão conta das inúmeras movimentações ocorridas no transcurso dos povoados e vilas. Ali também estão algumas transcrições de documentos históricos encontrados nas localidades principalmente dos livros das câmaras. Transcreve documentos com os quais entrava em contato e que julgava importantes para a História do Ceará e para a narrativa da viagem, como jornais, revistas, livros e documentos oficiais. Procurava os documentos escritos para que pudessem servir de contrapeso num meio sociocultural preponderantemente iletrado e alicerçado na tradição oral. Por vezes, procura comparar dados coletados nos arquivos com o depoimento de alguma testemunha ocular do acontecimento que investigava.

[...]

Estando a pouco mais de seis meses no Ceará, Freire Alemão arrisca fazer uma análise do povo cearense, classificando-o em duas categorias: a gente acaboclada, ou povo, e a gente branca. Segundo ele, o povo cearense é primordialmente formado pela raça cabocla: “Pondo de parte alguns poucos pretos, e por consequência também alguns poucos mulatos, todo o povo do Ceara é de raça cabocla; mais ou menos mesclada de branco, e também de preto; mas em geral se conserva ainda bem o tipo

americano”. Freire Alemão toma como referencial teórico a hierarquia das raças, teoria recorrente no meio científico no qual atuava. Tais ideias tinham como ponto de partida a obra do naturalista alemão Carl Von Martius, sintetizadas no seu texto “Como se deve escrever a História do Brasil”. Essas ideias eram também compartilhadas por Gonçalves Dias que, entre outras coisas, defendia que a decadência dos índios não era motivada, e sim apenas acentuada pelo contato com os brancos. O poeta indianista, como pesquisador, não estava à frente das ideias do seu tempo, apesar do interesse que demonstrava pela população de índios, negros e sertanejos e seu lugar na formação do povo brasileiro.

ATIVIDADES

RESPONDA NO CADERNO

01. De acordo com Francisco Freire Alemão em seu diário de viagem, a rua principal de Aracati (Rua Grande) era caracterizada por:

- a) Ser asfaltada e estreita, com calçamento moderno.
- b) Ter muitos jardins públicos e bancos de madeira.
- c) Ser larga, com calçadas de tijolo ou pedra e solo de areia funda.
- d) Ser cercada por muros de pedra e iluminada à noite.
- e) Ser pavimentada com paralelepípedos e possuir arborização intensa.

- a) Era utilizada apenas para produção de óleo e lubrificantes.
- b) Tinha uso limitado, sendo mais decorativa do que funcional.
- c) Era abundante e seus produtos tinham múltiplas finalidades.
- d) Era encontrada apenas em regiões áridas e pouco povoadas.
- e) Tinha baixa produtividade e pouca importância econômica.

02. Sobre a carnaúba, Francisco Freire Alemão destaca em seu livro que essa palmeira:

03. No tocante à questão do trabalho, o autor revela uma percepção predominante de que:

- a) Os trabalhadores locais eram organizados em associações.
- b) A mão de obra branca era valorizada e remunerada adequadamente.
- c) Os trabalhadores eram esforçados e persistentes nas atividades rurais.
- d) A população local era vista como indolente e pouco confiável para o trabalho.
- e) O excesso de trabalhadores dificultava a geração de empregos formais.

04. O que diferencia o gado de Aracati daquele observado na capital, segundo o autor?

- a) Em Aracati, o gado era raquítico e subnutrido.
- b) O gado era menor, porém mais resistente ao trabalho pesado.
- c) O gado da capital era superior em porte e força.
- d) Em Aracati, os animais eram mais bem cuidados, fortes e robustos.
- e) Havia apenas gado leiteiro na cidade, diferentemente da capital.

05. Com relação à economia local, Francisco Freire Alemão afirma que:

- a) Aracati era essencialmente agrícola, com destaque para a produção de açúcar.
- b) O comércio da cidade era dinâmico e constantemente movimentado.
- c) Apesar da fama comercial, o movimento nas ruas era escasso e calmo.
- d) A cidade não possuía nenhum contato comercial com outras regiões.
- e) Toda a atividade econômica era baseada na pecuária extensiva de corte.

06. Um dos problemas urbanísticos enfrentados por Aracati nas cheias do rio Jaguaribe era:

- a) O rompimento constante das barragens construídas.
- b) A destruição das pontes que ligavam os bairros.
- c) A inundação da cidade, que ficava submersa por dias.
- d) O aparecimento de doenças tropicais no período chuvoso.
- e) A erosão das encostas e deslizamentos de terra frequentes.

07. No trecho que descreve a chegada a Aracati, qual elemento natural é apontado como marcante na paisagem da vargem antes da travessia do rio?

- a) Plantação de algodão
- b) Carnaubais
- c) Dunas móveis
- d) Campos de pastagem
- e) Manguezais

08. Sobre a travessia do rio Jaguaribe descrita por Francisco Freire Alemão, é correto afirmar que:

- a) A ponte de madeira facilitava o acesso dos viajantes à cidade.
- b) Os passageiros eram carregados nas costas por canoeiros experientes.
- c) As canoas podiam transportar grandes quantidades de passageiros de uma só vez.
- d) A travessia era feita com certa dificuldade, principalmente na maré baixa.
- e) Os cavalos não participavam do trajeto, sendo conduzidos por terra firme.

09. De acordo com o texto, o impacto das grandes cheias do rio Jaguaribe em Aracati inclui:

- a) O aumento do comércio local.
- b) A valorização dos imóveis situados nas margens.
- c) A destruição parcial da cidade e uso de canoas nas ruas.
- d) A migração de moradores para cidades próximas.
- e) A diminuição da atividade pesqueira no rio.

Fim do capítulo

Finalizamos mais um capítulo que ampliou nossa compreensão do tema, promovendo reflexões, questionamentos e aprendizagens. Agora, seguimos com mais base para continuar essa jornada de descobertas.

10. Em relação aos diários dos naturalistas viajantes, o texto destaca que:

- a) Eram voltados exclusivamente à publicação oficial.
- b) Reuniam apenas anotações de caráter íntimo e pessoal.
- c) Misturavam aspectos pessoais e profissionais, oferecendo riqueza documental.
- d) Serviam apenas como esboços para os relatórios finais.
- e) Eram escritos em linguagem cifrada para manter o sigilo científico.

Referências

CAVALCANTE, Francisca Hisllya Bandeira. HISTÓRIA E HISTÓRIAS DO CEARÁ NOS APONTAMENTOS DO PRESIDENTE1 DA COMISSÃO CIENTÍFICA DO IMPÉRIO (1859-1861). **Embornal**, v. 2, n. 3, p. 05-22, 2011.

Espaço para anotações

• CHECKLIST

- ☐ Li, pensei e aprendi.
- ☐ Questionei.
- ☐ Revisei minhas respostas.

Tema: Narrativas sobre o espaço e a população aracatiense contidas nos relatos de Francisco Freire Alemão.

1. Introdução

Os relatos de viajantes e naturalistas que percorreram o Brasil no século XIX oferecem um olhar singular sobre o espaço e a população aracatiense. Esses documentos são fontes valiosas para compreender a formação histórica, cultural e econômica da região. Esta sequência didática busca explorar esses relatos, analisando como Aracati foi descrita e interpretada a partir da expedição de Francisco Freire Alemão à Província do Ceará no fim da década de 1850.

2. Objetivo Geral

Investigar e interpretar as narrativas de Francisco Freire Alemão sobre Aracati no âmbito da Comissão Científica do Império, compreendendo suas percepções sobre o espaço e a população local e suas relações com o contexto histórico da época.

3. Objetivos Específicos

- Relacionar as descrições de Francisco Freire Alemão no âmbito da Comissão Científica do Império ao contexto histórico, social e econômico da época.
- Refletir sobre a influência dessas narrativas na construção da identidade local e na formação de representações sobre o Aracati e região.

4. Habilidade da BNCC

EM13CHS103 – Analisar processos sociais, econômicos e/ou culturais, considerando sua contextualização histórica, seus impactos sobre grupos sociais e sujeitos individuais, bem como as relações de poder estabelecidas.

5. Tempo de Execução

4 aulas de 50 minutos cada.

6. Desenvolvimento da Sequência

Aula 1 – Introdução aos Relatos de Viajantes

- Apresentação sobre a Comissão Científica do Império, seus objetivos e implicações para a construção da ciência nacional.
- Leitura e análise de trechos selecionados de textos do diário de Francisco Freire Alemão, que passou por Aracati em meados do século XIX.
- Reflexão sobre o olhar naturalista espelhado em concepções europeias vigentes e como estas interferem na construção de representações sobre o espaço e a população local.
-

Aula 2 – Contextualização Histórica e Identidade Local

- Discussão sobre o contexto histórico de Aracati no século XIX (economia, cultura e sociedade).

Aula 3 – Produção de Análise e Reflexão Crítica

- Produção de um texto coletivo ou painel temático com base na análise dos relatos estudados.
- Reflexão sobre como as narrativas científicas ajudaram a construir uma percepção sobre a identidade e a história de Aracati.
- Discussão sobre como os relatos de viajantes influenciam a percepção externa da região.

Aula 4 – Apresentação e Sistematização

- Apresentação dos trabalhos e discussão final.
- Proposição de debate sobre a importância do relato como registro histórico buscando promover a análise do discurso contido nestes textos, buscando identificar quais propósitos eles atendem.

7. Avaliação

- Realização de atividade relacionada à análise dos textos

8. Materiais Necessários

- Fragmentos do diário de viagem de Francisco Freire Alemão disponibilizados em textos impressos ou arquivo em pdf.
- Cartolinas, marcadores e materiais para produção do painel coletivo.
- Computadores ou celulares para pesquisa (se possível).
- Quadro e giz/canetão para organização de ideias.

GARDNER, George. **Viagens no Brasil principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841**. Editora Nacional, 1942 (p. 127).